



UNICAMP UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS

HELOÍSA PEREIRA PANCOTTO

**O ESPORTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA, NO BRASIL.**

**SPORT IN PUBLIC POLICIES OF SOCIAL INCLUSION FOR PEOPLE WITH
DISABILITIES IN BRAZIL.**

LIMEIRA

2016

HELOÍSA PEREIRA PANCOTTO

**O ESPORTE NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA, NO BRASIL.**

**SPORT IN PUBLIC POLICIES OF SOCIAL INCLUSION FOR PEOPLE WITH
DISABILITIES IN BRAZIL.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, na área de Políticas Públicas.

Dissertation presented to the Faculty of Applied Sciences, University of Campinas, in partial fulfillment of the requirements for the degree of Master in the area of Public Policy.

SUPERVISOR/ORIENTADOR: MARTA FUENTES-ROJAS

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO/TESE DEFENDIDA PELA ALUNA HELOÍSA PEREIRA PANCOTTO, E PELA ORIENTADORA PROFESSORA DOUTORA MARTA FUENTES-ROJAS.

LIMEIRA

2016

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva - CRB 8/9281

P192e Pancotto, Heloísa Pereira, 1991-
O esporte nas políticas públicas de inclusão social para pessoas com deficiência, no Brasil / Heloísa Pereira Pancotto. – Campinas, SP : [s.n.], 2016.

Orientador: Marta Fuentes-Rojas.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Esporte. 2. Pessoas com deficiência. 3. Inclusão social. I. Fuentes-Rojas, Marta, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Sport in public policies of social inclusion for people with disabilities in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Sport

Disabled people

Social inclusion

Área de concentração: Política Social

Titulação: Mestra em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Banca examinadora:

Marta Fuentes-Rojas [Orientador]

Adriana Bin

Graciele Massoli Rodrigues

Data de defesa: 04-02-2016

Programa de Pós-Graduação: Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

FOLHA DE APROVAÇÃO

Prof^a. Dr^a. Marta Fuentes-Rojas
FCA/UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Adriana Bin
FCA/UNICAMP

Prof^a. Dr^a. Graciele Massoli Rodrigues
ESEF Jundiaí

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

RESUMO

O esporte se apresenta como um dos requisitos indispensáveis para que a pessoa com deficiência possa atingir a dimensão total da inclusão social. Neste contexto surge o seguinte questionamento: As políticas públicas para pessoas com deficiência, no Brasil, consideram o esporte como um meio para a inclusão social? De modo a encontrar resposta ao questionamento, este estudo teve por objetivo verificar nos Planos Plurianuais se o esporte é considerado como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, no Brasil. A pesquisa foi de carácter qualitativo e utilizou-se o método da análise documental. Como resultado principal desse estudo, tem-se que nos Planos Plurianuais a discussão sobre a inclusão social de pessoas com deficiência, começa a ter uma maior visibilidade a partir de 2004 no Brasil com enfoque no cidadão e nos direitos humanos. Porém a relação esporte, inclusão social e as pessoas com deficiência, são tratados como temas específicos e não dentro de um todo, tanto nos planos plurianuais, quanto nas políticas públicas e programas. Foram identificados dois programas que envolvem o esporte, a pessoa com deficiência e a inclusão social, sendo eles: o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade. Cabe apontar que ao longo da história a pessoa com deficiência vem ganhando espaço na sociedade e conseqüentemente sendo mais discutida dentro da Agenda Governamental, principalmente em defesa dos direitos, inclusão social e acessibilidade. Porém, na prática, os investimentos e ações com relação ao esporte não se tornam, em grande dimensão, um meio para a inclusão de pessoas com deficiência.

Palavras Chaves: Esporte; Pessoas com Deficiência; Inclusão Social.

ABSTRACT

The sport is presented as one of the indispensable requirements for the disabled person can achieve the full extent of social inclusion. In this context the following question arises: Public policies for people with disabilities in Brazil, consider sports as a means for social inclusion? In order to find answers to questions, this study aimed to verify the Multi-annual plans if the sport is considered as a means for social inclusion of people with disabilities in Brazil. The research was of a qualitative nature and used the method of document analysis. The main result of this study, it has to be in the Multi-Year Plans the discussion on the social inclusion of people with disabilities, begin to have greater visibility from 2004 in Brazil with a focus on the individual and human rights. But the sport relationship, social inclusion and persons with disabilities are treated as specific subjects and not within a whole, both in multiannual plans, as well as in public policies and programs. two programs have been identified involving the sport, people with disability and social inclusion, namely: the Program Second Time and Sports Program and Leisure City. It should be noted that throughout history the disabled person has been gaining ground in society and consequently being more discussed within the Government agenda, especially in defense of rights, social inclusion and accessibility. However, in practice, investments and actions related to sport does not become a large scale, a means for the inclusion of people with disabilities.

Key words: Sport; Disabled people; Social inclusion.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Humberto e Rita, a minha irmã Beatriz e a todos aqueles que acreditam no esporte como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional em todos os momentos, pela torcida e por compartilharem comigo essa trajetória.

Aos meus pais, Humberto e Rita, que são meus exemplos, sempre me educando com muita sabedoria. Obrigada pelo amor e por sempre incentivar e dar suporte aos meus sonhos.

A minha irmã, Beatriz, que sempre tem um motivo para não me fazer desistir dos meus objetivos. Obrigada por me apoiar sempre, e acima de tudo por compartilhar ideais e momentos, com muito amor.

Ao meu namorado, Murilo, pela paciência e dedicação. Obrigada por estar sempre ao meu lado.

A minha orientadora Professora Dra. Marta Fuentes-Rojas, não somente pela orientação em si, mas também por ser quem você é, sempre carinhosa, atenciosa, amiga, uma professora que eu tenho como exemplo, uma pessoa que sempre acreditou em mim, que me orientou desde a iniciação científica, meu trabalho de conclusão de curso até o mestrado, me apoiando, incentivando e me fazendo criar o gosto pela pesquisa. Gostaria que soubesse que sou sua fã de carteirinha. Obrigada por tudo!

As Professoras Dra. Adriana Bin e Dra. Graciele Massoli Rodrigues, por aceitarem o convite para fazer parte da banca, pelos conhecimentos compartilhados, pelas sugestões feitas na qualificação, pela paciência, pela disposição e por mostrar os seus conhecimentos acadêmicos de forma tão singela. Obrigada!

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA I- ESTRUTURA DE MÉTODO DE ANÁLISE DE CONTEÚDO | 21 |
| TABELA II - DESCRIÇÃO DOS PLANOS PLURIANUAIS DOS ÚLTIMOS 15 ANOS NO BRASIL..... | 38 |
| TABELA III- POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER..... | 42 |
| TABELA IV- PLANOS PLURIANUAIS 2004 A 2011..... | 45 |
| TABELA V- PROGRAMA 2035: ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS..... | 52 |
| TABELA VI- CADERNO LEGADO SOCIAL..... | 57 |
| TABELA VII- CARTILHAS TEMÁTICAS..... | 63 |
| TABELA VIII- CATEGORIAS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA (TA) BENS E SERVIÇOS QUE NÃO NECESSITAM DE RECOMENDAÇÃO DE PROFISSIONAL DA SAÚDE..... | 65 |
| TABELA IX – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS..... | 67 |
| TABELA X – DIRETRIZES DO PROGRAMA SEGUNDO TEMPO..... | 74 |
| TABELA XI – DIRETRIZES DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE..... | 77 |
| TABELA XII - CATEGORIA: ESPAÇO FÍSICO..... | 80 |
| TABELA XIII- CATEGORIA: METODOLOGIA..... | 84 |
| TABELA XIV – CATEGORIA: MODALIDADES ESPORTIVAS..... | 85 |
| TABELA XV - CATEGORIA: MATERIAIS..... | 87 |

LISTA DE SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OMS – Organização Mundial da Saúde

FIEP - Federação Internacional de Educação Física

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

EUA – Estados Unidos

ONU – Organização das Nações Unidas

SPI – Povos Indígenas no Brasil

MP – Ministério Público

PPA – Plano Plurianual

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

OGU – Orçamento Geral da União

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

IFES - Institutos Federais de Ensino Superior

BPC - Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema único de saúde

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

CER - *Centros Especializados em Reabilitação*

SAE - *Serviço de Apoio ao Estudante*

IPEA - *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*

CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social

SNELIS - Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| | |
| CAPÍTULO I - METODOLOGIA..... | 19 |
| 1.1 Coleta de dados..... | 20 |
| 1.2 Análise documental..... | 21 |
| | |
| CAPÍTULO II- O ESPORTE COMO MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | 23 |
| 2.1 As pessoas com deficiência: Uma visão histórica..... | 27 |
| 2.2 Políticas Públicas de inclusão social para pessoas com deficiência..... | 30 |
| | |
| CAPÍTULO III - O ESPORTE NA AGENDA GOVERNAMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA..... | 36 |
| 3.1 Planos Plurianuais de 2000 a 2015..... | 38 |
| 3.1.1 Plano Plurianual de 2000 a 2003..... | 41 |
| 3.1.2 Planos Plurianuais de 2004 a 2011 | 45 |
| 3.1.3 Plano Plurianual de 2012 a 2015..... | 48 |
| 3.1.3.1 Dimensão Estratégica..... | 48 |
| 3.1.3.2 Dimensão Tática: Programas temáticos..... | 50 |
| 3.1.3.3 Agendas Transversais..... | 52 |
| 3.1.4 Olimpíadas, Paralimpíadas e Mega-Evento Esportivo..... | 53 |
| 3.1.5 Plano Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência: “Viver sem Limites”..... | 59 |
| 3.1.6 Plano Brasil..... | 65 |
| | |
| CAPÍTULO IV- PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E ESPORTE E LAZER DA CIDADE..... | 71 |
| 4.1 Programa Segundo Tempo..... | 72 |
| 4.2 Programa Esporte e Lazer da Cidade..... | 76 |

| | |
|--------------------------------|-----|
| 4.3 Categorias de análise..... | 79 |
| CONCLUSÃO..... | 90 |
| REFERÊNCIAS..... | 93 |
| ANEXOS..... | 105 |

INTRODUÇÃO

“O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, é o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhes o seu significado aparente. O documento é monumento.”

Jacques Le Goff

O conceito de esporte sofreu modificações ao longo dos anos em todo o mundo desde sua origem no século XVIII. Sua relevância é evidenciada não só como atividade de lazer ou de competição, mas também por sua importância econômica e como possibilidade para a inclusão social. Esse entendimento requer a participação permanente do Estado (ALVES & PIERANTI, 2007).

Para o entendimento do conceito contemporâneo de esporte em todas as suas dimensões, faz-se necessário analisar dados históricos relacionados à origem desse fenômeno que ao longo dos séculos vem-se modificando e sobrepondo suas características (TUBINO, 2010).

Em uma perspectiva histórica tradicional, o esporte pode ser dividido em: Esporte Antigo (EA), Esporte Moderno (EM) e Esporte Contemporâneo (EC). Sendo que, Da Antiguidade até a primeira metade do século XIX, ocorreu o Esporte Antigo. O Esporte Moderno, concebido depois de 1820 pelo inglês Thomas Arnold, começou a institucionalizar as práticas esportivas existentes, codificando-as por meio de regras e entidades. No final da década de 1980, a partir da aceitação do direito de todos ao esporte, tem início o Esporte Contemporâneo, para o qual a Carta Internacional de Educação Física e Esporte foi o grande marco (TUBINO, GARRIDO e TUBINO, 2006, citado por Tubino, 2010, p.20).

No Esporte Antigo predominavam as atividades relacionadas à sobrevivência do homem, como a caça, corrida e preparação para a guerra, utilizando a luta e esgrima. Já o Esporte Moderno desenvolveu-se em estreita relação com o desenvolvimento da sociedade capitalista inglesa (BRACHT, 2003). Até o final do século XVIII, a prática esportiva era um privilégio da aristocracia na Inglaterra. Esse cenário começou a mudar com a ascensão da burguesia e a difusão do esporte em direção a outras camadas sociais (TUBINO, 1992).

Com a chegada do século XIX, o esporte acompanha as transformações políticas e sociais que tiveram início no século anterior – Iluminismo, Revolução

Industrial e Revolução Francesa (RUBIO, 2002). Institui-se, a partir de atividades da esfera do divertimento das classes dominantes- aristocracia e burguesia emergentes- no seu tempo livre e dos jogos populares. Tendo como pano de fundo o processo de modernização da sociedade que compreende, entre outros aspectos, industrialização, urbanização, tecnologização dos meios de transporte e comunicação, aumento do tempo livre e surgimento dos sistemas nacionais de ensino (BRACHT, 2003).

De acordo com Proni (2008), no final do século XIX, o esporte era entendido a partir de uma visão dicotômica, em torno de dois polos excludentes: de um lado, práticas corporais elitistas, mensageiras de “nobres” atributos do caráter humano; de outro, práticas esportivas populares, passíveis de serem permeadas pelos valores “mundanos” de uma sociedade marcadamente mercantil.

O esporte estabeleceu-se em influente representação de valores e desejos que permeiam o ideário da modernidade, entre eles, a necessidade de superação de limites, a solidificação de identidades nacionais e a busca de uma emoção controlada (MELO, 2010). Fundamentado na tradição helênica da “igualdade de oportunidades” entre os competidores, o esporte serviria perfeitamente a essa mesma ideologia dentro do liberalismo (RUBIO, 2002). De acordo com Bourdieu (1983), esta moral aristocrática, ordenada por aristocratas e afiançada por eles se adapta às exigências da época e “integra” os pressupostos essenciais da moral burguesa da empresa privada e da iniciativa privada.

Com essa cultura, o esporte assume características comuns à sociedade moderna como, secularização, igualdade de oportunidades, especialização dos papéis, organização burocrática, racionalização, quantificação e busca do recorde (GUTTMANN,1979, citado por BRACHT, 2003). Parte da sua legitimidade social está atrelada ao fato do esporte atualizar valores/normas de comportamento e princípios importantes para a ordem social (BRACHT, 2002).

Se no início da sua trajetória o esporte moderno parece ter favorecido a ideia de que a prática com fins educativos e de desempenho poderiam se equivaler, no decorrer do seu desenvolvimento, no século XX, foram identificados vários problemas e gerado importantes críticas que culminaram em uma revisão conceitual do esporte, buscando uma compreensão mais ampla do esporte como fenômeno social e cultural, assim como romper inclusive com a perspectiva única do alto rendimento (KORSAKAS; DE ROSE, 2002).

Melo (2010), ao dissertar sobre o percurso do esporte no século XX, ressalta que:

Conceitualmente, observa-se um exponeciar dimensões do momento anterior: o caráter de diversão torna-se mais notável com a

massificação da prática, a diversificação de interesses e a lógica comercial cada vez mais empurrarão a dimensão moral para o âmbito dos discursos. O caráter de competição e de superação de resultados se imporá, dialogando claramente tanto com o internacionalismo que marca o segundo momento da Revolução Industrial quanto com as necessidades de construção de identidades nacionais. Pode-se dizer que a nova moral que se gesta de alguma forma se desloca dos indivíduos para os coletivos. Nesse cenário, paulatinamente a ideia de que se trata de uma prática de amadores será substituída pela de profissionalização: de atletas, dirigentes e de muitos outros profissionais que progressivamente atuarão no campo, um claro processo de especialização (p.114).

Pode-se dizer que o esporte contemporâneo é herdeiro do esporte moderno com respeito a sua identidade como campo social, por outro lado, tenta ser autêntico quanto às suas formas de manifestação e a seus signos, símbolos e objetivos. Essa institucionalização de sentidos diferentes de práticas esportivas que transcendem a hegemonia do alto rendimento, apresentando como alternativas, práticas ligadas à ideia de promoção da saúde, valores educacionais e inclusão social é uma das suas características mais importantes (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Associadas à tendência de expansão do esporte contemporâneo, observam-se duas ações: a tentativa de massificação e a de democratização do esporte. A questão da democratização deve ser compreendida em sua ambiguidade, visto que a massificação não implica necessariamente sua democratização. Com a massificação, o esporte é oferecido às pessoas mais como espetáculo para consumo. Entanto que, a democratização surge a partir da preocupação em disponibilizar, a prática esportiva, para a maior quantidade de pessoas possível, seja por meio de políticas públicas, seja por ações privadas (MARQUES; GUTIERREZ; ALMEIDA, 2008).

Assim como o conceito de esporte mudou com o tempo, a visão da sociedade com relação às pessoas com deficiência também mudou. Historicamente, as pessoas com deficiência têm vivido excluídas socialmente, com reflexos na sua condição de pessoas e na sua saúde física e mental. Na Antiguidade, a pessoa com deficiência inexistia enquanto membro da sociedade, pois as crianças que nasciam com alguma anormalidade detectável eram abandonadas ao relento até a morte (TEIXEIRA, 2010). Passando para a Idade Média, com a influência social da igreja e do Cristianismo as pessoas com deficiência passaram a ser vistas como seres que também têm alma, não podendo mais ser abandonadas, nem mortas, como anteriormente. Assim, a igreja e a família ficaram responsáveis pelos seus cuidados, porém membros da sociedade ainda persistiam no trato com intolerância e punição. Chegando à Idade Moderna, houve uma melhora no tratamento das pessoas com deficiência, muito em razão da criação dos hospitais, dos avanços da medicina, e o surgimento de instrumentos que

facilitaram a vida dessas pessoas. É nesse período que a sociedade passa a ter o entendimento de que esses indivíduos precisam de cuidados especiais (SHITSUKA et. al., 2008). É a partir de diversas tentativas de mudança, com relação à visão que a sociedade tem da pessoa com deficiência, que entra a discussão da inclusão social.

Para tratar a questão da inclusão social das pessoas com deficiência, é necessário compreender o conceito utilizado pela literatura. Para Neri (2003), a necessidade de inclusão social é um sinal da presença de excluídos, ou seja, pessoas que não possuem acesso aos direitos, que pertencem a todos - educação, saúde, transporte, trabalho, cultura, lazer e esporte. Apesar da existência de leis que os garantam, excluem-se pessoas consideradas diferentes, a partir de ações sociais que impedem o seu exercício.

Segundo Luz (2003), a ideia de inclusão é uma manifestação social bastante contemporânea, que vem sendo defendida e difundida entre variados setores da sociedade. As evidências históricas demonstram que esse fenômeno surgiu e se desenvolveu relacionado, principalmente, à causa da defesa da pessoa com deficiência. No entanto, o conceito de inclusão se expande na medida em que não somente se defendem os direitos dos deficientes, mas também se reivindica a igualdade de direitos para todos os cidadãos. Com isto, se caminha no sentido de uma sociedade para todos e do reconhecimento de que a sociedade deve ser plural e aberta às diferenças.

Já Sassaki (2005) define que a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade, de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluem as pessoas e impeça que se mantenham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e da sua origem. Para tanto, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros.

Quando se trata desta questão, cabe ressaltar que existem dois termos que precisam ser diferenciados em relação às pessoas com deficiência, são estes a inclusão e a integração. Uma pessoa pertencente a um grupo historicamente excluído pode ser integrada socialmente, mas não necessariamente incluída. O processo de inclusão é bem mais complexo do que o processo de integração. A inclusão depende da aceitação social, a qual exige mudança no pensar da sociedade, enquanto a integração depende de apenas da imposição através de leis e normas. A melhor forma de incluir é através de políticas sociais, principalmente voltadas para a educação, a

qual fornece o embasamento para a formação de indivíduos que respeitem e convivam com a diversidade que lhe cerca (TEIXEIRA, 2010).

O papel dos governantes no processo de inclusão, manutenção social e qualidade de vida das pessoas com deficiência é inquestionável, sobretudo em um país, como o Brasil, que apresenta uma grande desigualdade social e uma população de 45,6 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, incluindo física e intelectual, o que representa, aproximadamente, 24% da população brasileira, de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a deficiência é uma anomalia da estrutura ou da aparência do corpo humano e do funcionamento de um órgão ou sistema, seja qual for sua causa; em princípio, a deficiência constitui uma perturbação de tipo orgânico. E segundo a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, no Decreto nº 914 de 06 de Setembro de 1993, no:

Art. 3º Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

As principais causas das deficiências são: doenças congênitas ou hereditárias; decorrentes da falta de assistência ou da assistência inadequada às mulheres durante a gestação e o parto; desnutrição; consequências de doenças transmissíveis; doenças e eventos crônicos; perturbações psiquiátricas; traumas e lesões associadas a causas externas (SANTOS; ALVES, 2012).

No Brasil, assim como em outros países, o crescimento demográfico e os avanços na medicina possibilitam o aumento na expectativa de vida dos diversos grupos populacionais, isto não é diferente para as pessoas com deficiência. Cabe apontar que mesmo com estas conquistas o número de pessoas com deficiência tem aumentado em nosso país, também, pelas condições precárias de assistência, o aumento da violência e insegurança, entre muitas outras questões, que afligem nos dias atuais à população em geral e as pessoas mais vulneráveis em particular. Mesmo que Constituição Federal garanta às pessoas com deficiência direito à educação e atendimento especializado de acordo com suas condições, na maioria das vezes ficam distantes das reais necessidades desta parcela da população (BRASIL, 1988).

Com relação ao atendimento especializado e a inclusão social, entra a questão do esporte para esse público. Seus benefícios incluem o desenvolvimento físico, relacionado com alterações orgânicas (aspectos metabólicos, cardiorrespiratórios e músculo-ostearticulares) e o desenvolvimento psicológico, como aumento do bom

humor, redução do estresse e autoconceito mais positivo. Além desses benefícios, o esporte também está relacionado com o desenvolvimento das qualidades sociais, como a empatia pelas pessoas e o aumento de redes de relacionamento dentro de diferentes grupos sociais (ZUCHETTO; CASTRO, 2002).

É nesse contexto que surge o seguinte questionamento: As Políticas Públicas para pessoas com deficiência, no Brasil, consideram o esporte como um meio para a inclusão social?

A partir do processo histórico, das condições, com relação a decretos, leis e acessibilidade que as pessoas com deficiência têm-se deparado e os movimentos na luta por uma vida mais digna e inclusiva, a qual busca a inserção destas pessoas em todos os âmbitos da sociedade, espera-se encontrar nas políticas públicas direcionadas para estas pessoas que, o esporte seja considerado como um meio para a inclusão social. De modo à encontrar resposta, foram elaborados os seguintes objetivos:

- 1- Verificar nos Planos Plurianuais se o esporte é considerado como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, no Brasil.
- 2- Identificar as Políticas Públicas para pessoas com deficiência, no Brasil, que incluem o esporte. E discutir de que forma o esporte é tratado dentro dessas políticas com relação às pessoas com deficiência.
- 3- Analisar as Políticas Públicas que utilizam o esporte como meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, com relação a objetivos, diretrizes e programas.
- 4- Analisar os programas identificados nas Políticas Públicas, que utilizam o esporte como meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, com relação a objetivos, princípios, fundamentação pedagógica e atividades desenvolvidas.
- 5- Descrever a evolução da Agenda Governamental das Políticas Públicas para pessoas com deficiência na questão do esporte em plano nacional

Os objetivos apresentados acima são fundamentais para o entendimento de como o esporte é tratado dentro das políticas públicas para as pessoas com deficiência atualmente no Brasil e se ele é considerado dentro do contexto da inclusão social. São pertinentes também, e contribuem para o aprimoramento das políticas sociais em execução no país.

Este estudo se justifica pela necessidade de colocar em pauta a importância do esporte como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO I – METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se o processo metodológico utilizado para responder o problema planteado neste estudo, relacionado com as políticas públicas para as pessoas com deficiência e o esporte como um instrumento de inclusão social. O estudo tem caráter qualitativo e foi utilizado o método da análise documental, com base na conceptualização de Bardin (2004).

O método qualitativo, de acordo com Minayo (2008), permite compreender a lógica interna de grupos, instituições e indivíduos em relação a valores pessoais, relações entre diferentes indivíduos, entre as próprias instituições e a sociedade, assim como nos processos históricos, sociais e de implantação de políticas públicas.

No âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social. Nesta pesquisa foi utilizado o método da análise documental, por compreender o objeto de estudo através da análise de vários tipos de documentos produzidos para o tema (SILVA; DAMACENO; MARTINS, 2009) das políticas públicas de inclusão social para as pessoas com deficiência e do esporte.

Para alguns autores, entre eles Bravo (1991) documentos são todas as realizações produzidas pelo homem, onde o registro mostra indício da ação do homem e neles se encontram reveladas suas ideias, opiniões e formas de atuar e viver. Nesta concepção é possível apontar vários tipos de documentos, como, os escritos; numéricos ou estatísticos; de reprodução de som e imagem; e documentos-objeto.

Como um meio que guarda os registros dos feitos da ação humana, ao serem usados em pesquisas os documentos devem ser apreciados e valorizados. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

[...] o uso de documentos em pesquisa [...] permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. A análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Minayo (2008) que, ao discutir o conceito e o papel da metodologia nas pesquisas em ciências sociais, imprime um enfoque plural para a questão: “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a apreensão da realidade e também o potencial criativo do pesquisador” (p. 22). Esse fundamento se aplica às pesquisas de um modo geral e no campo da

utilização de documentos não é diferente. Portanto, a pesquisa documental é um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

1.1 COLETA DE DADOS

A coleta de documentos foi realizada a partir do levantamento e organização dos materiais disponíveis principalmente nos sites do Ministério do Esporte, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, na Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência e através dos Planos Plurianuais.

Foram analisados os Planos Plurianuais a partir do PPA 2000 a 2003, pelo fato da criação do Plano Nacional de Esporte e Lazer e de um Ministério específico para o Esporte no ano de 2003.

A seleção das Políticas Públicas foi realizada a partir de dois critérios de escolha, o primeiro de elas, serem Políticas Públicas brasileiras para pessoas com deficiência, que envolvessem o tema do esporte e da inclusão social e o segundo ter disponibilidade de acesso nos sites dos Ministérios, com relação à descrição completa da Política Pública.

E para a seleção dos programas, os critérios de escolha utilizado foram que os programas fizessem parte de uma Política Pública selecionada, de acordo com os critérios acima citados; que tratassem o esporte como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, fazendo parte de uma das dimensões do esporte, o educativo, o de participação e o recreativo; e ter disponibilidade de acesso nos sites dos Ministérios, com relação à descrição completa do programa.

Foi realizada a leitura dos documentos disponíveis no site da Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Memorial da Inclusão; as diretrizes das Políticas Públicas e programas disponíveis nos sites dos Ministérios; os Planos Plurianuais de 2000 a 2015; artigos científicos e livros sobre o tema, para selecionar os programas referentes ao esporte, à inclusão social e as pessoas com deficiência. Dentre os programas selecionados, encontrou-se “O Esporte e Lazer da Cidade”, e o “Programa Segundo Tempo”. Estes foram para análise.

1.2 ANÁLISE DOCUMENTAL

O procedimento metodológico utilizado para a análise documental foi à análise de conteúdo, desde a organização e classificação do material até a elaboração das categorias de análise.

A análise é desenvolvida através da discussão que os temas e os dados suscitam e inclui geralmente o corpus da pesquisa, as referências bibliográficas e o modelo teórico. No caso da análise de documentos recorre-se geralmente para a metodologia da análise do conteúdo: Conjunto de técnicas de investigação científica utilizadas em ciências humanas, caracterizadas pela análise de dados linguísticos. [...] Nesse tipo de análise, os elementos fundamentais da comunicação são identificados, numerados e categorizados. Posteriormente as categorias encontradas são analisadas face a uma teoria específica (APPOLINÁRIO, 2009: 27).

Tomou-se como base a conceituação de Bardin (2004), bem como as etapas das técnicas explicitadas por este autor. Tal opção se deve ao fato do autor ser o mais citado no Brasil em pesquisas que adotam a análise documental.

A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de uma base de dados” (Bardin, 2004 p.40), a ser utilizada na análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser entendida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2004, p.37).

O método de análise de conteúdo referindo-se a sua organização, ainda conforme Bardin (2004), a sistematização dos dados divide-se em três fases: pré-análise, exploração e tratamento dos dados. Na tabela I, apresenta-se para efeitos didáticos a estrutura escolhida para a análise dos documentos selecionados.

TABELA I – Estrutura de método de análise de conteúdo

| ETAPA | AÇÃO |
|--------------|--|
| PRÉ- ANÁLISE | Leitura flutuante para primeiro contato com os documentos e organização do material. |
| EXPLORAÇÃO | Analise profunda dos documentos tendo por base o problema de estudo e referencial teórico. Tarefas de codificação: recorte-escolha das unidades e classificação-escolha de categoria. |

| | |
|------------|---|
| TRATAMENTO | Tendo por base a análise documental, esforços de inferência e interpretação estabelecem relações entre o objeto de análise e seu contexto. Tornando os dados válidos e significativos. |
|------------|---|

Fonte: Adaptado de Bardin 2004.

A pré-análise foi feita a partir da leitura dos Planos Plurianuais e das Políticas Públicas que envolvessem o tema do esporte para pessoas com deficiência e a inclusão social. Foram selecionados dois programas, O Esporte e Lazer da Cidade e O Segundo Tempo, e realizada uma leitura da descrição completa de cada um, disponível no site do Ministério do Esporte. Foram também selecionados documentos que fazem referência ao esporte, à pessoa com deficiência e à inclusão social.

Passando para a etapa da exploração, onde foi realizada uma análise profunda dos documentos, tendo por base o problema de estudo e o referencial teórico. Foi construída uma tabela contendo a descrição que cada programa faz referência às unidades de análises, que orientadas pela questão da pesquisa, foram os seguintes temas: o esporte, a inclusão social e a pessoa com deficiência.

A partir dessas tabelas foram escolhidas as seguintes categorias: Espaço Físico, Metodologia, Modalidades Esportivas e Materiais. A escolha dessas categorias foi feita a partir da descrição das diretrizes dos programas e utilizando o critério: adaptações e propostas para a inclusão da pessoa com deficiência.

Depois de obter um conjunto de categorias, foi feito um aprofundamento de cada programa e buscou-se uma ligação entre elas. Estabelecendo relações e associações entre os programas, o esporte e a inclusão social, passando então a combiná-los, separá-los e reorganizá-los. Foram selecionados os elementos emergentes que precisam ser mais aprofundados e discutidos no capítulo da discussão (LUDKE e ANDRÉ, 1986).

Foi primordial em todas as etapas de análise, avaliar o contexto histórico no qual foi produzido o documento, o universo sócio-político e daqueles a quem foi destinado. Assim como, a autenticidade e a confiabilidade dos documentos, segundo, Cellard (2008:301), “é importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida”.

CAPÍTULO II – O ESPORTE COMO MEIO PARA A INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Assim como foi primordial para o processo metodológico, avaliar o contexto histórico dos documentos, nesse capítulo irei contextualizar as dimensões do esporte; a visão histórica da pessoa com deficiência perante a sociedade e as políticas públicas de inclusão social para pessoas com deficiência, para melhor compreender a questão esportiva para esse público.

Apesar de o esporte ter suas raízes históricas na Antiguidade, passando pela Idade Média e o Renascimento, o esporte contemporâneo ou moderno, como instituição, surgiu no século XIX, na Inglaterra, por iniciativa de Thomas Arnold (Cavalcanti, 1984; Tubino, 1987). Na perspectiva de Cagigal (1979), o esporte sofreu bastante influência das mudanças sociais britânicas do séc. XVIII e da estruturação pedagógico-esportiva inglesa do séc. XIX, ressurgindo assim, novamente ligado à Educação. Segundo Tubino (1987), a institucionalização do esporte, conseqüentemente, facilitou a internacionalização das modalidades esportivas.

Em 1966, o Conselho da Europa elaborou um documento intitulado: Carta Europeia do “Esporte para Todos” que explicita a interseção das práticas esportivas institucionalizadas, populares e do meio escolar. Já em 1968 foi divulgado o Manifesto da Educação Física, elaborado pela Federação Internacional de Educação Física (FIEP), que aprofundou as questões da educação física e reconheceu as relações entre educação e esporte. Mais tarde, em 1978, o documento da UNESCO Carta Internacional da Educação Física e do Esporte, reforçou o direito de todos à prática da educação física e do esporte, reafirmou sua importância como elemento da educação permanente e referendou o esporte às nações. As ações conseqüentes desses documentos interferiram nas responsabilidades sociais do Estado diante do esporte, tornando-o um fenômeno social importante no final do século XX (Tubino, 1987; 1992).

Esses documentos para Tubino (1987) são responsáveis pela atual abrangência do conceito de esporte, valorizando-o também no sentido de participação e considerando todas as formas de movimento físico, como possíveis de serem aceitas como atividades esportivas. Através desse prisma de ampla participação, ou seja, do pressuposto do direito de todos à prática esportiva e do favorecimento ao bem-estar, estabeleceu-se um novo fio condutor para o estatuto e a caracterização do fenômeno esportivo, fazendo predominar assim suas novas características. Essa revisão/revolução conceitual do esporte levou-o a um maior oferecimento de aspectos sociais relevantes. Ainda de acordo com Tubino (1992), o esporte como instituição social não deve ser analisado fora de suas dimensões sociais, não sendo

simplesmente uma prática autônoma e sim um fenômeno que contribui de forma decisiva para a interpretação da realidade social.

Este autor destaca no seu texto, a consolidação de três dimensões de esporte: o esporte de rendimento ou esporte-espetáculo, o esporte-participação ou participativo ou de massa e o esporte-educação ou educativo. E define o primeiro como sendo esporte formal e os outros dois como esportes não formais, afirmando que, apesar de se tratarem de movimentos heterogêneos e multiculturalizados, na essência de suas origens se identificam. O esporte de alto nível, segundo Tubino (1987), tornou-se mais claramente como um "trabalho do que jogo" (p.34) propriamente dito (PENAFORT, 2001).

Na dimensão do esporte de rendimento, que é regido por regras universalmente pré-estabelecidas e que estão vinculadas às federações e confederações nacionais ou internacionais, busca a alta performance. Darido e Rangel (2008, p.181) fazem referência a essa dimensão do esporte expondo que o mesmo apresenta uma tendência a ser praticado pelos talentos esportivos.

Segundo Prieto (*apud* Tubino, 1987), o esporte-espetáculo tornou-se retrato da sociedade de massa, servindo de escape para o homem moderno. Os espectadores dos jogos esportivos são levados a processos de identificação com os ídolos e conduzidos a emoções fortíssimas, como tensão, alegria, prazer, expectativa, sofrimento, etc. Sua abrangência passa pela esfera cultural, política, econômica e social. Funciona também, segundo o autor, como um instrumento ideológico do sistema capitalista, já que o estímulo a vencer e superar as marcas estabelecidas, a qualquer custo, é o que prevalece, fazendo com que a competição, a comparação, a aquisição, o lucro, o rendimento máximo, entre outros, estejam sempre presentes e valorizados nos eventos competitivos de alto rendimento.

O esporte apresenta ainda, de acordo com Camargo (1999), um caráter de comercialização proporcionalmente crescente, conforme o grau de competitividade e "tamanho" do evento esportivo, já que se desenvolveu, paralelamente a sua evolução, uma indústria cultural esportiva que se utiliza dos meios de comunicação de massa para alimentar a cobiça por medalhas, vitórias, hegemonias e o sentido comercial do esporte, supervalorizando a competição em detrimento do jogo ou atividade lúdica na sociedade contemporânea.

Porém o esporte não pode ser definido como excludente ou inclusivo, mas depende da forma como é trabalhado e dos objetivos a ele associados. A dimensão do alto rendimento tem como objetivo conseguir vitórias e recordes, o que favorece a seletividade. Isso não implica em repudiar a ideia do esporte como meio para inclusão

social, desde que os investimentos e a educação não privilegiem apenas a dimensão do alto rendimento.

O esporte-educação, por sua parte, segundo Tubino (2001, p. 38) “evita a seletividade, a segregação social e a hiper-competitividade, com vistas a uma sociedade livremente organizada, cooperativa e solidária”. Darido e Rangel (2008, p. 180) apontam que o professor ao trabalhar com o esporte-educação, deve proporcionar aos alunos uma vivência em diferentes modalidades e levá-los a refletir de forma crítica sobre o assunto.

Segundo Carvalho e Araújo (2015), o esporte deve ser trabalhado de forma a permitir a vivência de todos os alunos das diversas modalidades e possibilidades, permitindo que todos não apenas vivenciem, mas também transformem e recriem atividades de acordo com seus interesses e forma de compreensão. Além disso, o esporte adaptado tem sido uma possibilidade a ser trabalhada pela educação física escolar. Além de serem mais uma forma de possibilitar a inclusão nas aulas de educação física, também, podem auxiliar os alunos a terem maior conhecimento a respeito das pessoas com deficiência e a desenvolverem outras percepções que não as comumente exploradas.

Já o esporte-participação tem como propósito o prazer lúdico, procurando garantir o bem estar social dos praticantes, buscando a descontração, a diversão, o desenvolvimento pessoal e as relações entre pessoas (TUBINO, 2001, p. 38). Considerando esses aspectos, é que Almeida e Gutierrez (2008, p. 01) definem como a realização de atividades físicas sem pretensão de superar índices individuais para apenas sentir-se integrado e incluído ao meio ambiente; ser atraído para a prática de um esporte despojado de comparações atléticas; sentir-se satisfeito pela convivência com as pessoas; perceber a facilidade de acesso à prática das atividades físicas e esportivas oferecidas por uma estrutura de funcionamento organizada, com segurança para a integridade pessoal de todos; tornar possível a realização do convívio social e seu aproveitamento, decorrente do esporte; favorecer uma prática esportiva que elimine diferenças no sentido de democratizar o bem estar.

Fica evidente nesta dimensão do esporte a preocupação com o prazer, a diversão, a integração social entre pessoas, a inclusão, a não competitividade, sendo um espaço de práticas onde todas as pessoas podem praticar e sentir-se bem. Tubino (2001, p. 39) ainda faz referência a essa dimensão do esporte, dizendo que a integração entre povos através de parcerias e alianças desenvolvidas entre as comunidades é que fortalece esses grupos (comunidades). Por tudo isso, é que podemos perceber que essa dimensão juntamente com o esporte-educação, pode

estar inter-relacionada com os caminhos democráticos em relação à prática esportiva e a utilização do esporte como meio para a inclusão social.

Alguns autores, como Bruhns (1991), defendem a ideia de que a atividade lúdica está, onde o esporte competitivo contemporâneo não está, pois suas características culturais próprias apresentam componentes, num primeiro plano, a espontaneidade, a flexibilidade, o não compromisso, a criatividade, a fantasia, a expressividade entre outros. Essas características encontram-se tanto no esporte participativo quanto no esporte educativo, compreendidos como esporte não formal, por serem atividades esportivas que não requerem vínculo formal do praticante, abrangendo qualquer pessoa, em variadas faixas etárias (Camargo, 1999). Cavalcanti (1984), afirma que a não formalidade do esporte mantém em sua essência todos os elementos estruturais do esporte formal, e, como fenômeno social, o esporte depende das forças econômicas, políticas e ideológicas que lhe dão sua dimensão histórica.

O surgimento das três dimensões do esporte, decorrentes do advento e evolução dos Jogos Olímpicos, juntamente com a crescente preocupação internacional com o esporte, e as mais variadas manifestações esportivas no mundo todo, conjugados à utilização maciça dos meios de comunicação, motivaram progressiva expansão de interesses subjacentes ao fenômeno esportivo (Tubino, 1987). Como fenômeno social universal, segundo Prieto (*apud* Tubino, 1987), o esporte reflete objetivos culturais, científicos, ideológicos, políticos, econômicos e sociais. O esporte como instrumento de saúde e lazer oferece uma tentativa de equilíbrio em relação ao sedentarismo, ao consumismo, à mecanização e à desumanização das sociedades (PENAFORT, 2001).

Para Tubino (1987), é cada vez maior a interdependência entre Sociedade, Esporte e Estado, pois ele encara o esporte como um bem comum da população (entendido pelo autor como, o conjunto de meios de aperfeiçoamento que uma sociedade politicamente organizada tem, por fim oferecer aos seus cidadãos) e a educação física como um meio de formação do homem e de desenvolvimento integral da personalidade humana. Vai ainda mais além, afirmando que ambos devem ser minimamente oferecidos pelo Estado. Para Cavalcanti (1984), criou-se uma visão do esporte na qual este aparece como remédio ideal para os males da sociedade industrial e a esperança de superar suas desigualdades sociais.

O esporte se apresenta como um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão total de inclusão social, por ser um instrumento simples, acessível e eficiente que muito contribui para que a pessoa pertença ou tome parte do seu lugar na sociedade (AZEVEDO; BARROS, 2004).

Marques et al. (2009) apontam que, a ideia de inclusão social vinculada às práticas esportivas, com a inserção de pessoas com deficiência no mundo esportivo, através da adaptação das suas práticas indicam que:

O princípio da inclusão consiste na incorporação de corpos que se encontram fora dos padrões de normalidade (física, fisiológica, comportamental, social) estipulados por determinado grupo social, e que necessitam de superação e compreensão daqueles inseridos nos padrões de normalidade para serem aceitos” (p.369).

Desta maneira, a adaptação das práticas esportivas, veio com o objetivo de superar as diferenças impostas, pelos padrões vigentes, em um grupo social específico. Tubino (2010), completa dizendo que, foi a consolidação de um amplo espectro de possibilidades de prática que permitiu a incorporação das diferenças, podendo atender tanto a dimensão do alto rendimento, quanto a do lazer e da educação, colocando-o em consonância com as ideias do esporte contemporâneo.

2.1 AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA VISÃO HISTÓRICA

No processo histórico da humanidade é possível observar de diferentes formas, atitudes frente à deficiência. Na Antiguidade, as atividades econômicas que definiam a relação do homem com a sua realidade eram representadas pela agricultura, pecuária e artesanato (TEIXEIRA, 2010). Segundo Aranha (1995), a produção era feita por indivíduos economicamente dependentes, que tinham por senhores, os donos desses bens. “Homem” era o senhor, sendo que os demais eram considerados “subhumanos”. Sendo assim, valores sociais eram considerados apenas para os homens. A deficiência nessa época inexistia enquanto problema, pois as crianças que nasciam com alguma anormalidade detectável eram abandonadas ao relento até a morte. Teixeira (2010) complementa afirmando que as leis de Esparta e da antiga Roma os condenavam a morte, cuja lei aplicada em Roma era nomeada de “Lei das XII Tábuas”, que autorizava os patriarcas a matar seus filhos nascidos com deficiência. Utilizada também em Esparta, onde os recém-nascidos, frágeis ou deficientes, eram jogados do alto do Taigeto (abismo de mais de 2.400 metros de altitude, próximo de Esparta).

Segundo Fonseca (2000), os hebreus viam a deficiência como uma espécie de punição de Deus e impediam qualquer pessoa com deficiência de ter acesso aos serviços religiosos. Já os hindus, ao contrário dos hebreus, sempre consideraram os cegos, pessoas de sensibilidade interior mais aguçada, justamente pela falta da visão,

e estimulavam o ingresso dos deficientes visuais nas funções religiosas. Os atenienses, por influência de Aristóteles, protegiam seus doentes e os deficientes, sustentando-os, até mesmo por meio de sistema semelhante à Previdência Social, em que todos contribuíam para a manutenção dos heróis de guerra e de suas famílias. Assim também agiam os romanos do tempo do império por influência ateniense. Estes dois povos discutiam, se a conduta adequada seria a assistencial, ou a readaptação destes deficientes para o trabalho que lhes fosse apropriado.

Passando para a Idade Média, na Europa medieval, com a influência social da igreja e do Cristianismo a pessoa com deficiência passou a ser vista como uma pessoa que também tem alma, não podendo mais ser morta, como anteriormente. Assim, a igreja e a família ficaram responsáveis pelos cuidados das pessoas com deficiência. Porém, os deficientes eram vistos de duas formas, a primeira como enviados divinos e a segunda como criaturas malignas, já que eram caracterizados como fenômeno metafísico e espiritual (TEIXEIRA, 2010). Isto gerava por parte da sociedade intolerância e punição praticada através de torturas, açoites, aprisionamento e outros castigos (ARANHA, 1995).

Com a Revolução Burguesa, caracterizada pela mudança de ideias e pela nova concepção de homem, juntamente com a queda da hegemonia da igreja católica e da monarquia, possibilitando a ascensão do capitalismo mercantil, Aranha (1995) e Teixeira (2010) consideram que a pessoa com deficiência começou a ser vista como um indivíduo improdutivo que onera a sociedade, o seu sustento e sua manutenção, já que o trabalho se dava através da venda da força de trabalho do homem.

Chegando à Idade Moderna, houve uma melhora no tratamento das pessoas com deficiência, muito em razão da criação dos hospitais, dos avanços da medicina, e o surgimento de instrumentos que facilitaram a vida dessas pessoas. É nesse período que a sociedade passa a ter o entendimento de que esses indivíduos precisam de cuidados a fim de diminuir seu sofrimento (SHITSUKA et. al., 2008). Aranha (1995) completa dizendo que, nos séculos XVII e XVIII a temática da deficiência teve um grande salto nas áreas médica e educacional, com atitudes que foram desde o ensino especial até a institucionalização. Como exemplo, a criação do Código Braille por Louis Braille, permitindo uma perfeita integração dos deficientes visuais ao mundo da linguagem escrita (TEIXEIRA, 2010).

Com a Revolução Francesa, devido ao clima favorável na erradicação de todo o tipo de injustiça social, contribuiu significativamente para o avanço da aceitação do deficiente na sociedade. Foi o período em que a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, foi assinada definindo nela os direitos individuais e coletivos dos homens, incluindo nesse conceito todas as minorias (TEIXEIRA, 2010).

A Segunda Guerra mundial, apesar dos estragos que causou, possibilitou o aparecimento de tendências em assegurar direitos e oportunidades em um plano de igualdade a todos os seres humanos. Também possibilitou o reconhecimento da qualificação dos portadores de deficiência, denominação da época, no mercado de trabalho devido à escassez de mão-de-obra (TEIXEIRA, 2010).

A produção capitalista continuou a se expandir no século XIX. Segundo Aranha (1995), tornou-se necessária a estruturação de sistemas nacionais de ensino e escolarização para todos, com o objetivo de formar cidadãos produtivos e a mão-de-obra necessária para a produção. Nessa estruturação as necessidades das pessoas com deficiência começaram a ser notadas pela administração pública, apesar do setor privado manter a sustentação.

Na realidade brasileira, a partir do Séc. XIX foram criadas casas destinadas às pessoas com algum tipo de deficiência. Sendo localizada no Rio de Janeiro a primeira casa para deficientes visuais e auditivos. Já no séc. XX começam a aumentar o número de escolas para deficientes, sendo criada a Escola Concórdia em Porto Alegre, o Instituto Santa Terezinha para meninas surdas em São Paulo, a Escola de Surdos de Vitória, entre outras. (SHITSUKA et.al., 2008).

O impulso da revolução industrial possibilitou grandes mudanças sociais quando as guerras, epidemias e anomalias genéticas deixaram de serem as causas únicas das deficiências, e o trabalho, em condições precárias, passou a ocasionar os acidentes mutiladores e as doenças profissionais, sendo necessária a própria criação do Direito do Trabalho e um sistema eficiente de Seguridade Social, com atividades assistenciais, previdenciárias e de atendimento à saúde, bem como a reabilitação dos acidentados (TEIXEIRA, 2010).

A Constituição de 1988, promulgada no dia 5 de outubro de 1988, representou um avanço entre as constituições brasileiras anteriores, com destaque para os vários aspectos que garantem o acesso à cidadania e os direitos humanos. Esse foi um marco também para a mudança de visão com relação à pessoa com deficiência perante a sociedade. Historicamente, a sociedade atribuiu diversos sentidos à deficiência, provocando reflexos importantes nas práticas voltadas às pessoas com deficiência afetando as políticas públicas de inclusão social para esse público.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Entender a origem de uma área do conhecimento, nesse caso as Políticas Públicas, e contextualizar o período histórico em que elas são criadas e implantadas, ajuda a compreender a trajetória, no caso desta pesquisa, do esporte dentro dessas políticas e as perspectivas, com relação aos objetivos propostos.

Na literatura não se encontra uma única definição para Políticas Públicas, para Mead (1995), é um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e para Lynn (1980), é um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Entanto que para Peters (1986) é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Já Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como aquilo que o governo escolhe fazer ou não fazer. Elaswell (1936-1958), afirma que as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz (SOUZA, 2006).

Os autores Giovanni (2009) e Souza (2006) concordam no fato de que a área das políticas públicas teve sua origem na Europa e nos Estados Unidos, porém com diferentes enfoques. Na Europa, por exemplo, a área de política pública surge como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições do Estado - o governo -, produtor, por excelência, de políticas públicas (SOUZA, 2006). Giovanni (2009), completa dizendo que o estudo das políticas públicas sempre esteve subordinado ao estudo da política, quando não ignorado, sem que ganhasse alguma autonomia entre as várias disciplinas da ciência política.

Já nos EUA, de acordo com os autores citados acima, o estudo das políticas públicas consolidou-se com o foco na área acadêmica e científica. Segundo Souza (2006), a política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos EUA, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos. Nos EUA, a área surge no mundo acadêmico sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos.

Para o estudo, torna-se importante a discussão das políticas públicas de inclusão social, as quais se referem às ações que exercem um impacto direto sobre o bem-estar dos cidadãos e utilizadas como meio para a redução da desigualdade social. Inicialmente vale a pena analisar o significado da expressão “social”. Esta

expressão deve ser interpretada no seu sentido lato, não podendo se estancar em espécies determinadas como pobreza ou desemprego. Todas as espécies devem ser incluídas no gênero “social”. Por isso, inclusão social vem abranger qualquer ação que busque incluir aquele que foi marginalizado ou possui dificuldades de participar normalmente das questões sociais da vida cotidiana. Nas palavras de Sasaki (2003, p.2), “a inclusão social consiste em tornarmos a sociedade toda, um lugar viável para a convivência entre pessoas de todos os tipos e condições na realização de seus direitos, necessidades e potencialidades”.

Desde 1840, no Brasil, o Imperador D. Pedro II desenvolveu ações junto às pessoas com deficiência física, as incapacitadas e mutiladas pelos serviços militares regulamentando leis. Em 1854, inaugurou o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (*atual* Instituto Benjamin Constant) e o Instituto dos Surdos-Mudos, em 1887 (*atual* Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES), registros encontrados no Memorial da Inclusão localizado na cidade de São Paulo e que contribui com a divulgação de conhecimentos em relação a tema da inclusão e seus avanços e desafios.

Pensar na origem das políticas públicas de inclusão social no Brasil, torna-se necessário entender a expressão política social utilizada de forma generalizada no país, no período posterior a 1964, principalmente após 1970. De acordo com Farah (2004), as transformações nas relações entre Estado e a sociedade civil, no final da década de 70, a mudança de regime depois de 20 anos de ditadura, e a crise do desenvolvimentismo dos anos 80, propiciaram mudanças nas políticas públicas estabelecidas décadas anteriores.

As mudanças no Estado brasileiro, que desde então, vêm se processando, tiveram como referência uma agenda de reforma, construída com a participação de diversos grupos da sociedade. Na evolução dessa agenda, podem ser identificados dois momentos principais. Em um primeiro momento, enfatizou-se a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores envolvidos nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas. As propostas priorizadas foram à descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas públicas (FARAH, 2001).

Tratava-se, nesse primeiro momento, de implementar mudanças não apenas no regime político mas também no nível do Estado em ação, de forma a superar características críticas do padrão de intervenção estatal característico do período anterior, entre as quais se destacam: a) centralização decisória e financeira na esfera federal; b) fragmentação institucional; c) gestão das políticas sociais a partir de uma

lógica financeira levando à segmentação do atendimento e à exclusão de amplos contingentes da população, ao acesso dos serviços públicos; d) atuação setorial; e) penetração da estrutura estatal por interesses privados; f) condução das políticas públicas, segundo lógicas clientelistas; g) padrão verticalizado de tomada de decisões e de gestão e, burocratização de procedimentos; h) exclusão da sociedade civil dos processos decisórios; i) opacidade e impermeabilidade das políticas e das agências estatais ao cidadão e ao usuário; h) ausência de controle social e de avaliação (FARAH, 2001; DRAIBE, 1997).

De acordo com os autores citados, participaram da constituição dessa agenda movimentos sociais constituídos desde os anos 70, em torno da luta pela democratização do regime e de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, especialmente nos centros urbanos.

Esses movimentos de caráter urbano eram bem definidos em seus objetivos, em sua estratégia de ação e conteúdo reivindicatório, as ações dos movimentos sociais circunscreveram passeatas, reuniões, encontros municipais, estaduais e nacionais, fóruns, seminários, participação ativa na Constituinte, publicação de artigos e livros, inserção na mídia, na forma de entrevistas e debates. Quanto ao conteúdo reivindicatório, o movimento julgou necessário atuar em prol das garantias constitucionais/legais e também apostar na mudança dos valores sociais relacionados à percepção da deficiência e da pessoa com deficiência. Na luta pela garantia dos direitos sociais, comuns a todos os cidadãos – como saúde, educação, trabalho, lazer, o movimento social da pessoa com deficiência trouxe à sociedade a oportunidade de tomar consciência e lidar com importantes aspectos do convívio social (Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Memorial da Inclusão).

Nesse processo reivindicatório, aconteceram no ano de 1980 alguns eventos marcantes como o Primeiro Encontro Nacional de pessoas deficientes, em Brasília. Como parte do registro deste evento, podemos apontar a descrição feita por Maria Luiza Câmara, em seu livro intitulado “Não se cria filho com as pernas” 3.ed. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1981, a respeito deste primeiro encontro:

Estavam lá os cartazes espalhados por todas as superquadras, Explanada dos Ministérios, Cidades Satélites, enfim por toda a cidade. E assim 126 famílias em Brasília hospedaram, conheceram, vivenciaram com as pessoas deficientes que chegavam de vários Estados do Brasil. Foram para mais de 500 pessoas deficientes. Eu estava lá. Estavam me esperando. Como não haveria de estar?! Não queria perder uma oportunidade dessas. Equipe de “peito” aquela que organizara esse Encontro. (...) Bem, mas lá estava eu no 1º ENCONTRO NACIONAL DE PESSOAS DEFICIENTES, em Brasília. No meio daquela multidão de cadeiras de rodas, muletas, órteses, bengalas, que durante três dias se fizeram escutar, pondo o povo a par

de nossas dificuldades, de nossas necessidades, preocupações, problemas reais e reivindicações, enfim, uma batalha contra a marginalização na qual nos achávamos inseridas. Ali estava iniciando mais uma tentativa para mudar o sistema no qual vivemos e melhorar as condições de vida daquela gente oprimida, perseguida e marginalizada. De um lado, grupos governamentais; do outro, gente como eu. Pensava assim: tomara que seja o começo de vitória, pois afinal, estarmos ali sendo ouvidos era uma vitória, embora no começo... Ao final de muitas discussões, reuniões, debates, foi elaborado um documento contendo as principais propostas aprovadas pelas 39 entidades de pessoas deficientes credenciadas neste 1º Encontro. (CAMARA, 1981:sp).

Desde então, contamos com a mobilização internacional de atenção e programas específicos às pessoas com deficiência. Apesar dos esforços, as situações geradoras de deficiências pouco diminuíram. O ano de 1981 foi declarado como o *Ano Internacional das Pessoas Deficientes*. O objetivo do Ano Internacional foi conclamar todos os países, seus governantes, a sociedade e as próprias pessoas com deficiência, à tomar consciência e providências para garantir a prevenção da deficiência, o desenvolvimento das habilidades, a reabilitação, a acessibilidade, a igualdade de condições, a participação plena e a mudança de valores sociais, preconceitos e atitudes discriminatórias (Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Memorial da Inclusão).

Em 1988, a Constituição foi considerada um marco com relação aos direitos das pessoas com deficiência no Brasil. Amaral Júnior e Burity (2006), afirmam que o tema das políticas públicas de inclusão social ganhou ênfase na agenda pública brasileira desde a segunda metade dos anos 1990. Analisam igualmente, a forte conexão entre os temas da inclusão/exclusão social e as reformas do Estado, que passaram a incentivar a participação da sociedade civil nas tomadas de decisão e nas políticas públicas.

No início do século XX, ocorreram as primeiras conferências, os primeiros congressos e os primeiros censos sobre pessoas com deficiência, então denominadas “deficientes”, assim como maior ênfase e desenvolvimento nos serviços de reabilitação. A mobilização das pessoas com deficiência no Brasil e no mundo continuou na busca pela defesa dos Direitos Humanos, através de inúmeras Cartas e Declarações, inclusive em níveis internacionais. Em 2008, mais de 100 países, inclusive o Brasil, assinaram a *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência*, aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em dezembro de 2007 (Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência, Memorial da Inclusão).

Nessa luta para assegurar às pessoas com deficiência, o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive os direitos a cultura, desporto, turismo e lazer, através

de importantes Decretos e Leis, federais e estaduais regulamentadas no Brasil, os quais promovem o esporte para as pessoas com deficiência encontram-se no anexo I.

Com relação às leis e decretos federais e estaduais, podemos verificar que existe uma preocupação com relação à acessibilidade, à democratização do esporte como um direito social, do financiamento e implicitamente e indiretamente a questão da integração das pessoas com deficiência no meio esportivo. Ao longo dos séculos, as sociedades foram sofrendo uma série de transformações, quanto nas atitudes e nos pensamentos com relação às pessoas com deficiência, como já descrito anteriormente, até chegar ao processo de integração e a ideia de inclusão social dessas pessoas. Com isso alguns documentos estão voltados para a ideia de integração.

Em meados do século XX (1950), observa-se um movimento que tende a aceitar as pessoas com deficiência e integrá-las tanto quanto possível à sociedade. Este movimento tem início, de acordo com Pereira (1980, p. 1), nos países escandinavos, mais precisamente na Dinamarca, em 1959, quando foram questionadas as práticas sociais e escolares de segregação, assim como, as atividades sociais em relação às pessoas com deficiência intelectual. Então, o país adotou como medida para inverter nesta situação, a promulgação do novo Ato Legal que colocava como objetivo final de todo serviço de Educação Especial, o seguinte: “É necessário criar condições de vida para a *pessoa retardada mental* semelhantes, tanto quanto possível, às condições normais da sociedade em que vive” (CHICON; SOARES, 2000).

Este foi o subsídio legal e filosófico do princípio de normalização que tomou corpo a nível universal e posteriormente expandiu para todas as pessoas com deficiência (CHICON; SOARES, 2000). Como nos revela Mantoan (1998b, p.5): “a normalização visa tornar acessíveis às pessoas socialmente desvalorizadas, condições e modelos de vida análogos aos que são disponíveis de um modo geral ao conjunto de pessoas de um dado meio ou sociedade”.

O processo de integração pode ser definido como aquele que tem por objetivo incorporar física e socialmente as pessoas com deficiência, afim de usufruírem dos bens socialmente produzidos, habilitando-as, oferecendo-lhe os instrumentos contemporâneos para o exercício da cidadania (Freire, 1997 apud Machado, 1988, p. 13).

Em 1990, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para Todos. Nesta conferência, as nações unidas garantiam a democratização da educação,

independentemente das diferenças particulares dos alunos. Foi a partir desta conferência que, o movimento da educação inclusiva começou a tomar força. Em junho de 1994, em Salamanca, na Espanha, ocorreu a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade. Nesta conferência reuniram-se mais de 300 representantes de 92 governos e 25 organizações internacionais com objetivo de:

"promover a Educação para Todos, analisando as mudanças fundamentais de políticas necessárias para favorecer o enfoque da educação integradora, capacitando realmente as escolas para atender todas as crianças, sobretudo as que têm necessidades especiais. (Declaração de Salamanca, 1994, p.5)."

A noção de inclusão não é incompatível com a integração, porém institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. Mas, é preciso esclarecer que estamos vivendo a fase de transição entre a integração e a inclusão (CHICON; SOARES, 2000). Portanto, como coloca Sasaki (1997, p. 43) é inevitável que os dois termos sejam falados e escritos com diversos sentidos por diferentes pessoas, a saber:

“Alguns utilizam as palavras integração e inclusão, já em conformidade com a moderna terminologia da inclusão social, ou seja com sentidos distintos - a integração significando inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade e a inclusão significando ‘modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa com necessidades especiais buscar seu desenvolvimento e exercer a cidadania’. Outros utilizam os termos integração e integração total ou plena da seguinte forma: o primeiro termo (integração com sentido de inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade e o segundo termo (integração total) correspondendo ao moderno conceito de inclusão sem, no entanto, usarem a palavra ‘inclusão’. Este é o caso da maioria dos trabalhos acadêmicos, científicos ou técnicos publicados até aproximadamente 1994, ano em que saiu o primeiro documento internacional que aborda extensamente o conceito de inclusão - a Declaração de Salamanca. Ainda utilizam apenas a palavras integração, tanto num sentido como noutro (de integração e de inclusão), nunca usando os termos “inclusão” e “integração total (ou plena)”. Há também aqueles que utilizam indistintamente os termos integração, integração total (ou plena) e inclusão, ou seja, como se fossem sinônimos, todos significando uma única coisa - inserção da pessoa deficiente preparada para conviver na sociedade.

CAPÍTULO III - O ESPORTE NA AGENDA GOVERNAMENTAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

A partir dos decretos e leis que favorecem as pessoas com deficiência em nosso país, espaços foram conquistados em todos os segmentos da sociedade com destaque para as questões referentes à acessibilidade, educação, trabalho, saúde, transportes, cultura e, também, à educação física, esporte e o lazer, que a cada ano ganha um espaço maior dentro da Agenda Governamental das pessoas com deficiência. Neste capítulo, discutem-se os Planos Plurianuais de 2000 a 2015, a partir do contexto histórico apresentado no capítulo anterior.

O ciclo da política pública é constituído dos seguintes estágios: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação e seleção das opções, implementação e avaliação das políticas (TEIXEIRA 2010). É relevante para esta dissertação entender como o esporte é tratado dentro da agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência, pois, a partir de tal conhecimento, torna-se possível identificar de que forma a questão da inclusão social e do esporte se relacionam.

Para Kingdon (1995), a agenda governamental é definida como o conjunto de assuntos sobre os quais o governo e pessoas ligadas a ele concentram sua atenção num determinado momento. Capella (2005) oferece sua contribuição ao defender que uma questão passa a fazer parte da agenda governamental quando desperta a atenção e o interesse dos formuladores de políticas.

O Estado que temos hoje é produto da sobreposição das numerosas agendas que foram sendo construídas, negociadas, modificadas ou mesmo descartadas ao longo da história (SANFINS; DIAS, 2012).

No Brasil, a sociedade civil tem a tarefa de diminuir o quadro de exclusão social e desigualdade, características da sociedade brasileira, a qual é consequência de um fenômeno global, onde se enquadram aproximadamente 80% da população mundial, segundo a ONU (2008). Apenas 20% da população mundial estão inseridas nos processos políticos, econômicos, sociais e culturais. Essa luta pela inclusão da participação na vida política social tem provocado uma transformação na estrutura da sociedade.

Com isso, a relação Estado e sociedade civil na formulação das agendas governamentais se dão no processo de definição de políticas públicas para uma sociedade, nas quais refletem os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que contemplam as instituições do Estado e da sociedade como um todo. Um dos elementos importantes deste processo se refere aos fatores culturais, àqueles que historicamente constroem processos distintos de representações, de aceitação, de

rejeição, de incorporação das conquistas sociais por parte de uma sociedade. Nesse processo pode estar a explicação quanto ao sucesso ou fracasso de uma política ou programas elaborados; e também quanto às diferentes soluções e padrões adotados nas ações públicas de intervenção (TEIXEIRA, 2010).

O papel dos governantes e da sociedade na inclusão e manutenção social das pessoas com deficiência é inquestionável, sobretudo em um país, como o Brasil, que apresenta uma grande desigualdade social e o esporte pode desempenhar um papel fundamental nessa inclusão. Porém, a prática de esportes para pessoas com deficiências é recente, foi incrementada somente ao final da década de 1980, mostrando a imaturidade brasileira para lidar com tão importante questão.

Para analisarmos a questão do esporte dentro da agenda governamental das políticas públicas para pessoas com deficiência, se faz necessário entender os planos plurianuais brasileiros e as agendas transversais.

O Plano Plurianual (PPA), no Brasil, previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

No Governo Federal, a coordenação da elaboração e gestão do Plano Plurianual é de responsabilidade da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI), órgão específico singular pertencente à estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP). Assim, as decisões metodológicas, técnicas e políticas acerca dos Planos Plurianuais estão intrinsecamente ligadas ao espaço político-institucional que o MP em geral, e a SPI em especial, ocupam ao longo do processo (BRASIL, 2012).

Os Planos são considerados a partir do PPA 2000-2003, quando o Governo Federal promoveu uma grande reformulação no planejamento governamental e adotou como modelo para toda a administração o programa como unidade de gestão, que promovia a integração entre plano, orçamento e gestão com o objetivo de organizar toda a ação de governo com foco em resultados (GARCIA, 2000). Em linhas gerais, essa metodologia vigorou até o PPA 2008-2011.

Por meio do PPA 2012-2015, o Governo Federal decidiu romper com o modelo de integração entre plano, orçamento e gestão adotado no PPA 2000-2003 e vigente até o PPA 2008-2011, com o objetivo declarado de proporcionar um caráter mais estratégico ao Plano Plurianual. As mudanças na estrutura e na gestão do plano foram promovidas sob a justificativa de que o instrumento havia sido incorporado à lógica

orçamentária, sendo incapaz de orientar decisões estratégicas e comunicar de forma efetiva as políticas públicas desenvolvidas.

3.1 PLANOS PLURIANUAIS DE 2000 A 2015

O Plano Plurianual (PPA), um instrumento previsto no art. 165 da Constituição Federal, destinado a organizar e viabilizar a ação pública, com vistas a cumprir os fundamentos e os objetivos da República. Por meio dele, é declarado o conjunto das políticas públicas do governo para um período e os caminhos trilhados para viabilizar as metas previstas (BRASIL, 2011).

O tema da inclusão social, visando às pessoas com deficiência vem ganhando espaço a cada plano plurianual, sendo mais discutido no plano de 2012-2015, isso pode ser justificado pelo fato da discussão sobre inclusão social para pessoas com deficiência, no Brasil, ser recente, levando em conta o contexto histórico.

Dentro dos desafios, propostos nos planos de 2000 a 2015, o de 2004 a 2007 tem foco na acessibilidade para a pessoa com deficiência: “Promoção da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais”. Já o plano de 2012 a 2015, fala da inclusão no geral: “A preservação do padrão de desenvolvimento baseado no crescimento sustentado com inclusão social [...]” (BRASIL, 2011). Com relação aos objetivos e estratégias propostas pelos governos durante esse período, a inclusão social, não especificando necessariamente a pessoa com deficiência, é citada nos últimos três planos, os de 2004 a 2015. Segue abaixo a tabela II com a descrição dos planos plurianuais.

TABELA II — Descrição dos Planos Plurianuais dos últimos 15 anos no Brasil.

| DOCUMENTOS | OBJETIVOS | DESAFIOS | ESTRATÉGIAS |
|----------------------|---|--|--|
| PPA 2000-2003 | Promover gestão empreendedora de recursos para o desenvolvimento sustentável do país. | A articulação de gestores de diversos órgãos e ministérios para atingir os objetivos dos programas multi-setoriais. Com foco no cidadão. | Com o Programa “Avança Brasil”: atuação do Governo Federal em direção à produção de bens e serviços para a população. Estimulando iniciativas inovadoras e desestimulando o desperdício. - Lei Orçamentária anual. -Produção de Bens e |

| | | | |
|----------------------|---|---|--|
| | | | Serviços para a população. |
| PPA 2004-2007 | Fortalecer a democracia e a cidadania, reduzir a vulnerabilidade externa, promover a inclusão social e a elevação da produtividade. | Erradicação do trabalho escravo; tráfico de seres humanos e torturas; Fortalecimento da participação do Brasil nos mecanismos internacionais de proteção aos Direitos Humanos; Promoção de políticas de ação afirmativa conferindo a prioridade em grupos socialmente vulneráveis; Combate à violência; Promoção da acessibilidade aos portadores de necessidades especiais. | Estratégia de desenvolvimento à longo prazo: inclusão social e descentralização de renda e emprego. Com o crescimento ambiental sustentável e investimentos e elevação da produtividade. Redução da vulnerabilidade externa. E valorização da identidade e da diversidade cultural. Utilizando programas prioritários na área social. Programas de investimento em infraestrutura e Estabilidade macroeconômica |
| PPA 2008-2011 | Integrar e articular as políticas públicas para a continuidade da estratégia de desenvolvimento a longo prazo inauguradas no Plano Plurianual de 2004-2007. | Promover a inclusão social e redução das desigualdades; Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda; Propiciar o acesso da população à educação com equidade, qualidade e valorização da diversidade; Fortalecer a democracia garantindo os Direitos Sociais; Implantar uma infraestrutura eficiente e integradora no território nacional; Reduzir as desigualdades; Economia, Tecnologia e Inovação; Segurança Social. | Políticas Públicas voltadas para o crescimento e a promoção da distribuição de renda; elevação na qualidade da educação; o aumento da produtividade e da competitividade; Expansão no mercado de consumo de massa; utilização de recursos naturais de forma sustentável; melhoria na infraestrutura; redução das desigualdades e fortalecimento da democracia. |
| PPA 2012-2015 | Defender a democracia, os direitos humanos, a paz, a liberdade e o desenvolvimento do país. | Continuidade ao padrão de desenvolvimento vigente e aprofundar os processos de melhoria da distribuição de renda e da riqueza, bem como da redução da pobreza; Desenvolvimento baseado no crescimento sustentado na | Utilizar todas as potencialidades (industrial, agropecuária e recursos naturais) como base para alcançar um patamar de desenvolvimento centrado no progresso técnico e na redução das desigualdades. |

| | | | |
|--|--|---|--|
| | | inclusão social; Crescimento e estabilidade macroeconômica; ampliação das fontes de financiamentos a longo prazo; aperfeiçoamento do sistema tributário; redução das desigualdades; Elevação do investimento; melhorar a infraestrutura. | |
|--|--|---|--|

Fonte: Planos Plurianuais de 2000 a 2015.

Com relação ao contexto histórico, como já mencionado na sessão anterior dessa dissertação, o século XX, possibilitou grandes mudanças sociais quanto à visão da sociedade com relação à pessoa com deficiência e quanto às lutas por direitos sociais. A questão da inclusão social para pessoas com deficiência teve início na área da educação. Mas nos planos plurianuais, podemos perceber, a partir dos desafios propostos acima, que a inclusão social começa a ter uma maior visibilidade no plano plurianual de 2004 a 2007, o qual tem seu enfoque no cidadão e nos direitos humanos, com destaque para a acessibilidade.

No final de 2004, o governo federal assinou o Decreto Federal nº 5.296, regulamentando as leis nº 10.048/00 e 10.098/00 e estabelecendo normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Um progresso para os movimentos sociais que defendem os direitos de pessoas com deficiência. O decreto tratou de cinco eixos principais: acessibilidade no meio físico; acessibilidade nos sistemas de transportes coletivos terrestres, aquaviários e aéreos; acessibilidade na comunicação e na informação; acesso às ajudas técnicas; e existência de um programa nacional de acessibilidade com dotação orçamentária específica. (BRASIL).

Ainda nesse período, o Conselho Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência-CONADE, órgão responsável pelo acompanhamento das políticas referentes às pessoas com deficiência, concluiu que tem a obrigação de ouvir um número maior de representantes da sociedade civil e de órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, que pudessem contribuir democraticamente para reformulações e adequações das políticas públicas referentes às pessoas com deficiência. Assim, ocorreu a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com

Deficiência, tendo como tema central “Acessibilidade: Você Também Tem Compromisso!” (BRASIL, 2007).

A regulamentação dessas leis e a I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência representou um passo decisivo para a cidadania e uma maior discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência, garantindo que o acesso à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, ao turismo, à cultura e ao esporte contemple a diversidade humana.

3.1.1 PLANO PLURIANUAL DE 2000- 2003

Com relação ao Plano Plurianual de 2000 a 2003, não foi mencionada a relação entre esporte, inclusão social e pessoa com deficiência, foram citados apenas os gastos, onde 54,1% foram para área de desenvolvimento social, representando um montante de R\$ 42,3 bilhões, assim distribuídos: Assistência Social 7,80%; Cultura e Desporto 0,50%; Direitos da Cidadania 0,40%; Educação 17,50%; Organização Agrária 5,80%; Previdência Social 3,10%; Saneamento e Habitação 3,80%; Saúde 42,50%; Trabalho e Emprego 18,60% (BRASIL, 2000). Os investimentos no esporte, além de serem divididos com a cultura, foram o segundo menor, ficou apenas na frente dos Direitos da Cidadania. Porém o ano de 2001 e o de 2003 foram importantes para o esporte brasileiro, pois foi no ano de 2001 o início da criação da Política Nacional do Esporte e Lazer e no de 2003 a criação do Ministério do Esporte, em contrapartida não se vê um destaque para o esporte e a pessoa com deficiência nesse plano plurianual.

A Política Nacional do Esporte e Lazer no Brasil, documento desenvolvido e elaborado pelos setores da Câmara Setorial do Esporte em 2001, e aprovado em 2004, foi o marco referencial do país para o planejamento, organização, execução e avaliação das práticas esportivas em todo o território nacional (BRASIL, 2001).

[...] pode-se perfeitamente entender a Política Nacional de Esporte como o conjunto de preceitos organizacionais do governo brasileiro e da sociedade organizada, sob a responsabilidade de articulação do Ministério do Esporte e Turismo, que devem ser transformados em ações públicas e privadas para o desenvolvimento do esporte nacional. Esta Política deverá estar ajustada às estratégias para superar os obstáculos existentes e chegar aos seus objetivos propostos, os quais terão que estar definidos e harmonizados com as possibilidades efetivas da eficácia. (BRASIL, 2001 p. 1).

Com relação às pessoas com deficiência, o documento faz referência ao esporte, não só na perspectiva do alto rendimento, mas priorizando a perspectiva social:

O Esporte, ao deixar de ser entendido unicamente na perspectiva do rendimento e passar a ser percebido também na perspectiva do social (Esporte Educacional, Esporte para Portadores de Deficiências, Esporte para a Terceira Idade, Esporte para as Pessoas Comuns), passou a intervir efetivamente na Saúde, na Educação e no Lazer das pessoas. É evidente que esta abrangência ampliada do alcance do Esporte no país, fez com que o mesmo fosse gradualmente se tornando uma prioridade do Estado. (BRASIL, 2001. p.7).

Nesse documento um dos capítulos foi destinado às pessoas com deficiência, e as ações propostas foram:

TABELA III – Política Nacional de Esporte e Lazer.

| | CONSIDERAÇÕES | AÇÕES |
|---|--|--|
| Estruturas Organizacionais das Entidades Esportivas de Pessoas Portadoras de Deficiência | Grandes dificuldades de manutenção devido: ao pouco apelo para a mídia; número pequeno de registros de atletas em cada entidade; dificuldades na mobilização de praticantes esportivos para seus eventos; falta de núcleos de iniciação esportiva; dificuldades de patrocínios; recursos públicos insuficientes. | O Estado deve destinar algum tipo de receita, extraída de um imposto ou taxa, ou de um incentivo para a iniciativa privada , no sentido de que as entidades dirigentes do esporte para deficientes tenham condições de implementar seus programas e suas manutenções. |
| O Esporte para Portadores de Deficiência nos Estados e Municípios | 1) O Programa de Ação Mundial para Pessoas Portadoras de Deficiência: identificar a situação de incapacidade pessoal em detrimento do próprio meio social. 2) promoção de iniciativas necessárias para a inclusão, a integração social, por meio de instituições públicas e privadas. 3) As dificuldades para o desenvolvimento de pessoas portadoras de deficiência recaem na inacessibilidade aos meios físicos e de comunicação. 4) O Esporte para pessoas portadoras de deficiência, ainda não encontrou na maioria dos Estados e municípios brasileiros o apoio necessário para o seu desenvolvimento. | Os Estados e Municípios devem incluir o Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência nos seus planos e programas de desenvolvimento do Esporte, inclusive, criando setores responsáveis por estas ações. |
| | 1) No Brasil, as competições esportivas escolares entre | 1) As escolas devem criar condições e incluir os |

| | | |
|--|---|---|
| <p>A Educação Física e o Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência</p> | <p>1) pessoas portadoras de deficiência, são escassas; 2) Educação Física como um direito de todos; 3) Não existe a obrigatoriedade de Educação Física Para Pessoas Portadoras de Deficiência; 4) As pessoas com deficiência são capazes de participar de aulas de Educação Física, assim como atividades de lazer e de esporte competitivo ou não e que os efeitos desta participação são extremamente positivos.</p> | <p>portadores de deficiências físicas nas aulas de Educação Física; 2) As escolas devem promover as práticas esportivas em termos educacionais no Ensino Fundamental e Médio; 3) Os Estados e Municípios serão os responsáveis pelo fomento de competições e de Esporte Escolar, no âmbito de suas atuações.</p> |
| <p>As Entidades de Direção Nacional dos Esportes para Portadores de Deficiência</p> | <p>1) As entidades de administração nacional de esportes para deficientes têm a responsabilidade da organização e desenvolvimento das modalidades sob suas responsabilidades, além do planejamento para as participações internacionais; 2) A participação masculina é visivelmente maior no esporte para pessoas portadoras de deficiências.</p> | <p>As Entidades de Direção Nacional de Esportes para Deficientes deverão:</p> <p>(a) elaborar um plano de expansão para 4 anos, com metas quantificadas para cada ano quanto ao aumento de praticantes esportivos, numa distribuição geográfica desejável;</p> <p>(b) buscar patrocínios e recursos financeiros para o financiamento de suas atividades;</p> <p>(c) formular planos de expectativa para as equipes nacionais que farão parte das competições internacionais;</p> <p>(d) desenvolvimento de campanhas e estratégias de divulgação do esporte para deficientes nas mídias nacional e regional;</p> <p>(e) elaboração e execução de um calendário esportivo expressivo;</p> <p>(f) criar bolsas paraolímpicas de incentivo aos atletas e profissionais de nível nacional e internacional;</p> <p>(g) estimular a formação e capacitação de recursos humanos especializados;</p> <p>(h) estimular brasileiros a participar de entidades esportivas internacionais para deficientes físicos;</p> <p>(i) estimular a participação feminina nos deficientes em todo o território nacional.</p> |

| | | |
|--|---|---|
| <p>O Ministério do Esporte e Turismo e os Esportes para Portadores de Deficiência</p> | <p>1) Cabe ao Ministério do Esporte e Turismo (MET) gerir boa parte dos recursos políticos destinados ao Esporte e cuidar de uma distribuição planejada de forma que as práticas esportivas cada vez mais cresçam no país como direito de todos; 2) O Ministério do Esporte e Turismo (MET) também deve ser responsável pelas participações nacionais nos eventos internacionais para pessoas portadoras de deficiências; 3) O Ministério do Esporte e Turismo (MET) tem responsabilidades diretas no desenvolvimento do processo esportivo brasileiro.</p> | <p>1) Busca de patrocínios e recursos financeiros. 2) Ações para que os deficientes físicos possam participar das aulas de Educação Física, Esporte Educacional e das competições de Esporte Escolar. 3) As agências de financiamento existentes no Brasil (CNPq, Sistema FAP etc) destinem recursos para as investigações em problemas relacionados ao esporte para pessoas portadoras de deficiência.</p> |
|--|---|---|

Fonte: Informações retiradas da Política Nacional de Esporte e Lazer, 2001.

A estrutura organizacional do esporte para as pessoas com deficiência ainda enfrenta grandes dificuldades já citadas na tabela acima, como por exemplo: menor ênfase por parte da mídia, com relação à transmissão de competições para pessoas com deficiência; dificuldades na mobilização/acessibilidade; falta de núcleos de iniciação esportiva; recursos públicos insuficientes. Mas, muitas das ações propostas pelo governo estão sendo investidas até hoje e tiveram resultados positivos, como é o caso das bolsas de incentivo aos atletas e profissionais de nível nacional e internacional, estímulo para a formação e capacitação de recursos humanos especializados, o aumento na participação de brasileiros nas entidades esportivas internacionais para deficientes físicos, principalmente nesses últimos anos em decorrência do Brasil ser sede das Paralimpíadas e o aumento na participação feminina nos esportes para pessoas com deficiência, em todo o território nacional.

A Política Nacional de Esporte e Lazer em seu documento reconhece o esporte dentro de quatro vertentes, classificadas segundo a legislação vigente (Lei nº 9.615/98), são elas: Esporte educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer; Esporte de participação (recreação e lazer), praticado de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na

preservação do meio ambiente; Esporte de rendimento, praticado segundo normas gerais da Lei nº 9.615, de 1998, e das regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País, e estas com as de outras nações. O desporto de rendimento pode ser organizado e praticado de modo profissional e de modo não profissional, e para isto o Ministério do Esporte colocou em uso a expressão esporte social, nascida do processo de debates com a sociedade. Esta classificação reflete a preocupação com a inclusão social. Por isso, é merecedora de políticas que, embora específicas, perpassam as outras três dimensões. A preocupação com o social deve estar, portanto, na escola, na recreação e mesmo no esporte de alto rendimento.

3.1.2 PLANOS PLURIANUAIS DE 2004 A 2011

A legislação avança em favor dos direitos da pessoa com deficiência nesse período e passam a priorizar ações que ofereçam condições para que esse público possa viver de maneira mais autônoma e independente. Os planos plurianuais de 2004 a 2011, com relação à inclusão social das pessoas com deficiência, focam na acessibilidade e na inserção no mercado de trabalho.

A discussão sobre o esporte como meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, ainda que pouca é recente. Segue a baixo, a tabela IV, com a descrição dos planos plurianuais desse período, com relação à inclusão social e à pessoa com deficiência e a relação com o esporte.

TABELA IV – Planos Plurianuais de 2004 a 2011

| PLANO PLURIANUAL | 2004-2007 | 2008-2011 |
|------------------|--|---|
| AGENDA SOCIAL | <p>O foco é para os direitos e deveres da sociedade e na otimização da utilização de recursos disponíveis.</p> <p>As iniciativas foram voltadas para disponibilização de bens e serviços públicos de forma equitativa e com justiça social, articulação das políticas sociais, viabilização da inclusão social (gênero, raça, etnia, sexualidade e pessoas com deficiência) e democratização ao acesso à</p> | <p>E a agenda social está voltada para o público com maior vulnerabilidade: crianças e adolescentes; pessoas com deficiência; quilombos; mulheres e índios.</p> <p>As iniciativas foram voltadas para a acessibilidade na habilitação de interesse social, no transporte, nas escolas, no mercado de trabalho, no SUS e na educação inclusiva.</p> |

| | | |
|-------------------------|--|---|
| | informação. | |
| INCLUSÃO SOCIAL | Investir em políticas consolidadas, na área da saúde, previdência social, educação e assistência social; Garantir a segurança alimentar; Integrar as políticas de geração de renda e emprego às de desenvolvimento; Promover atendimento especializado aos grupos vulneráveis. | A inclusão social está associada à cidadania e aos direitos humanos. A estratégia é investir na educação e na inserção no mercado de trabalho. Com foco também na acessibilidade. |
| PESSOAS COM DEFICIÊNCIA | Destaque para os programas: Proteção social à pessoa portadora de deficiência; Esporte e Lazer na cidade; Esportes de criação nacional e de identidade cultural. | O objetivo é incluir as pessoas com deficiência em vários campos da vida social. Destacando os programas: Programa nacional de acessibilidade e o Programa de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência |

Fonte: Planos Plurianuais de 2004 a 2011 – Ministério do Planejamento.

O Plano Plurianual 2004-2007 cita três programas de políticas públicas para pessoas com deficiência, dos quais, dois são programas esportivos. Sendo eles: “Esporte e Lazer da Cidade” e “Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural”. O Programa Esporte e Lazer da Cidade promove atividades de esporte recreativo, lazer e de criação nacional e de identidade cultural para crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência. Já o Programa Esportes de Criação Nacional e de Identidade Cultural tem como objetivo incentivar a prática das modalidades esportivas de criação nacional e de identidade cultural, possibilitando conhecimentos e a difusão da sua história. Incentivando o lúdico, a criatividade e a liberdade. Esse programa não faz a relação entre o esporte e a inclusão social da pessoa com deficiência na sua descrição.

O ano de 2004 foi um marco para o esporte brasileiro, pelo fato de ter um ministério específico para o esporte e a vigência da Política Nacional de Esporte e Lazer, sendo assim, o Plano Plurianual 2004-2007 deveria ter uma maior discussão com abrangência e profundidade na questão do esporte como meio para a inclusão social da pessoa com deficiência. E também pelo Brasil ter sido sede, em 2007, de um grande evento esportivo que envolve as pessoas com deficiência, o Parapan-Americanos.

Destaque nesse período, para a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência que retrata vários segmentos como: direitos humanos, liberdade, igualdade, acessibilidade, inclusão, educação, trabalho, saúde, esporte, lazer. A atuação da Organização das Nações Unidas em conjunto com diversos países, entre eles o Brasil, deu origem a Convenção, ratificada em 30 de março de 2007 no Brasil. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência surgiu com o objetivo de promover, proteger e assegurar os direitos das pessoas com deficiência, fato que só é possível com leis e órgãos que se articulam para levantar informações, implementar ações e monitorá-las. E em seu Artigo 30 - Participação da vida cultural e em recreação, lazer e esporte – aborda alguns tópicos que devem ser assegurados. As iniciativas compreendem ações para promover a participação das pessoas com deficiência em todos os níveis de atividades esportivas (BRASIL, 2007).

Os governos assumem o dever de assegurar o acesso destas pessoas aos locais de eventos esportivos, recreativos e turísticos, como também garantir o acesso das pessoas com deficiência aos serviços prestados por estas entidades. As pessoas com deficiência devem ter assegurada a oportunidade de organizar, desenvolver e participar de atividades específicas às deficiências nas áreas descritas, como um direito de escolha, de participação na vida social e de autonomia (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

As Conferências Nacionais têm sido espaços importantes para a discussão e participação de pesquisadores, pessoas do governo e a sociedade brasileira em geral na proposição, avaliação e monitoramento das políticas públicas.

A I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência foi realizada em Brasília entre os dias 12 e 15 de maio de 2006 e teve como tema “Acessibilidade: Você também tem compromisso”. Nela, foi lançada a campanha “Acessibilidade – Siga essa Ideia”, que por meio de diversas ações nos mais variados campos buscou sensibilizar a população sobre o tema. A II Conferência Nacional ocorreu de 1 a 4 de dezembro de 2008, ano especialmente emblemático para o movimento político das pessoas com deficiência no Brasil, pois marcou os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de ser o ano de ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU pelo país. Com o tema “Inclusão, participação e desenvolvimento: Um novo jeito de avançar”. E a III Conferência Nacional aconteceu entre os dias 3 e 6 de dezembro de 2012, com o tema “Um olhar através da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU: Novas perspectivas e desafios”. Esta foi a primeira Conferência pós-

ratificação da Convenção da ONU no país, colocando-a como eixo central de todo o processo de debates (IV Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência - Texto Base e Orientações Gerais, 2015).

Foram discutidos dez temáticas dentro dessas três conferências nacionais, sendo o tema da acessibilidade a que mais deliberações recebeu, na segunda posição ficou o tema do transporte e a saúde em terceiro lugar. O esporte e o Lazer, discutidos apenas na terceira conferência, no ano de 2012, foram os temas que tiveram menores deliberações.

Tanto com a Política Nacional de Esporte e Lazer como com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência pode-se observar uma crescente participação popular, aumento do conhecimento, das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência e a busca pela democratização do esporte. Mas o Brasil está engatinhando neste processo de conhecimento das ações, pois no próprio documento da Política Nacional do Esporte relata que os diagnósticos da prática esportiva e de lazer, assim como da estrutura existente no país são insuficientes e encontram-se defasados o que se torna uma limitação para a elaboração de políticas públicas eficientes (BRASIL, 2005, p. 18).

3.1.3 PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Segundo o art. 5º da Lei no 12.593/2012, o PPA 2012-2015 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de: Programas Temáticos – que expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado – que expressam e orientam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

3.1.3.1 DIMENSÃO ESTRATÉGICA

Apresentado em 2011, o Plano Plurianual 2012-2015, tem como um de seus objetivos direcionar o papel da educação para o aprofundamento da redução de desigualdades sociais e regionais no Brasil, sendo fator de promoção da inclusão numa sociedade que valoriza crescentemente o conhecimento como dimensão da cidadania, da igualdade social e do desenvolvimento econômico sustentável. O direito ao esporte, à cultura e ao lazer também entra como uma dimensão da inclusão social,

da promoção da cidadania e da igualdade de oportunidades. Sendo assim, na dimensão estratégica, traz entre outras metas em relação ao esporte:

[...] a implementação de 800 Praças dos Esportes e da Cultura, levando serviços e equipamentos às áreas pobres das grandes cidades brasileiras. [...]. **O legado esportivo compreenderá a meta de difundir a prática esportiva na sociedade, estruturando ações para o esporte de alto rendimento e para o desempenho olímpico brasileiro.** O legado social buscará, sobretudo, a inclusão e promoção das populações de menor renda, especialmente pela via do esporte educativo, e os legados urbano e ambiental envolvem a integração entre um conjunto de programas e políticas, que dirigem suas carteiras para investimentos em mobilidade, segurança, telecomunicações, transporte público e melhoria do meio ambiente para as cidades que receberão os grandes eventos. (BRASIL, 2011).

O documento apresentou como desafios para a política de esporte:

A ampliação de equipamentos públicos, como quadras, sobretudo nas periferias das cidades; a construção de recursos institucionais que definam uma rede articulada para a política; **o papel do esporte na inclusão social**, considerando, por exemplo, a promoção do esporte nas escolas e em áreas deflagradas; o estímulo a práticas e estilos de vida saudáveis, centrais para enfrentar o atual quadro epidemiológico, caracterizado pelo avanço de doenças crônicas não-transmissíveis, relacionadas a fatores de risco como tabaco, álcool, sedentarismo e alimentação rica em açúcares, gordura e sódio; e o fomento ao potencial econômico do esporte, em especial do futebol. (BRASIL, 2011).

E com relação ao esporte de alto rendimento e os grandes eventos esportivos, o Plano Plurianual 2012-2015 pontua:

Por fim, os esforços se concentrarão na organização das ações para a realização dos grandes eventos esportivos, a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016, potencializando os seus efeitos positivos para a população brasileira. Nesse sentido, vale citar os desafios associados aos legados dos grandes eventos, em seus aspectos esportivo, social, urbano e ambiental (BRASIL, 2011).

Ao discorrer o documento da dimensão estratégica do Plano Plurianual 2012-2015, reforça a dimensão de direitos e cidadania, explicitando em diversos programas temáticos não apenas metas de atendimento à população em geral, mas também com foco em grupos e segmentos específicos como mulheres, negros, ciclos de vida, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais (LGBT), povos e comunidades tradicionais, população em situação de rua e pessoas com deficiência. Com relação às pessoas com deficiência:

Os desafios passam pela qualificação de políticas que atendam às suas necessidades específicas, seja pela reversão de visões negativas ou pela construção de condições para promover seu acesso a bens e serviços. Em relação a políticas que refletem tais compromissos, há metas voltadas à promoção dos direitos das pessoas com deficiência, como a inclusão no sistema escolar das pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC e o desenho das moradias da segunda versão do Minha Casa, Minha Vida, de modo a contemplar necessidades das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. (BRASIL, 2011).

O direito ao esporte entra no plano plurianual de 2012 a 2015, como uma dimensão da inclusão social, porém o legado esportivo, em suas metas, não cita as pessoas com deficiência. O legado social utiliza-se do esporte educativo, mas priorizando a inclusão das populações de menor renda. O legado urbano e ambiental, com relação ao esporte, está voltado para os grandes eventos esportivos, enfatizando investimentos em mobilidade, segurança, telecomunicações, transporte público e melhoria do meio ambiente para as cidades que receberão os grandes eventos. A ênfase maior é para ações voltadas ao esporte de alto rendimento e para o desempenho olímpico brasileiro, visando os grandes eventos que o Brasil sediou e irá sediar (a COPA em 2014 e as Olimpíadas em 2016).

Na sessão onde a pessoa com deficiência é mencionada, as ações estão voltadas para educação, acessibilidade e investimentos em moradias. Ou seja, o esporte não é mencionado. O que chama a atenção é o fato de não citar a pessoa com deficiência e os grupos específicos (nomenclatura tratada por eles, no documento) como mulheres, negros, lésbicas, gays, bissexuais e transexuais, povos e comunidades tradicionais e a população em situação de rua, dentro das metas, no legado social, como parte da inclusão. E de não citar as Paralimpíadas, quando enfatiza os grandes eventos e o esporte de alto rendimento.

3.1.3.2 DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS

Dentro dos programas temáticos são discutidas as Políticas Sociais, e com relação ao esporte e as pessoas com deficiência, existem dois tópicos, um é o “Esporte e Grandes Eventos Esportivos” e o outro é “Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência”.

Um direito social garantido pela constituição brasileira, o esporte tem recebido cada vez mais atenção, **sendo encarado como um importante instrumento de reversão do quadro da vulnerabilidade social e de saúde pública, além de contribuir para a formação**

integral dos indivíduos. A democratização do acesso ao esporte requer a ampliação e qualificação da infraestrutura colocada à disposição das comunidades para atividades esportivas e de lazer. No período de 2003 a junho de 2010 mais de 10.500 obras foram contratadas para a constituição de equipamentos esportivos em todas as regiões do país. O desafio que se apresenta para o período 2012-2015 é articular a expansão da construção, a flexibilização e a modernização da infraestrutura às políticas de manutenção e ocupação dos espaços e equipamentos, garantindo o compartilhamento das responsabilidades entre os agentes locais que promovem políticas públicas de esporte e lazer. (BRASIL, 2011).

As políticas do governo federal para o esporte, segundo o Plano Plurianual 2012-2015, devem se desenvolver a partir de relações intersetoriais, tendo maior alcance e gerando, assim, efeitos mais significativos nas políticas sociais.

Um exemplo é a articulação da política de esporte educacional com as políticas para educação a partir da implementação do **Programa Segundo Tempo**, do Ministério do Esporte, nas escolas participantes do programa **Mais Educação**, do Ministério da Educação, que financia o aumento da oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas. A diversificação das fontes de recursos para a área é outro desafio. (BRASIL, 2011).

Esse campo da atuação intersetorial, também é utilizado para o futebol, investindo em medidas de segurança, qualificação da gestão e governança das entidades esportivas, além da defesa dos direitos do torcedor e ampliação da participação das mulheres na modalidade. Também cita, a ampliação do conhecimento qualificado sobre a Lei de Incentivo ao Esporte enfatizando a importância da parceria do público-privado.

Incluir a intersetorialidade como eixo de operacionalização da gestão social no campo das políticas públicas é um desafio, pois historicamente a administração pública não foi organizada por esta referência. Fruto das influências do modelo cartesiano na intervenção estatal, fato esse agravado ainda mais pela cultura política nacional, marcada por ações de caráter clientelista, paternalista e assistencialista. Sendo assim, dificultam a consolidação da ação em rede e da intersetorialidade na esfera prática (PEREIRA; TEIXEIRA, 2013).

Para Burlandy (2004) a intersetorialidade compõe os diferentes setores que constroem, de forma conjunta e pactuada, um projeto integrado destinado a alcançar objetivos mais amplos. Esse planejamento inclui a identificação de determinantes,

envolvimento dos sujeitos implicados no processo e a formulação de intervenções estratégicas que transcendam as ações setoriais e impacta em diferentes dimensões do problema, em um processo técnico e político.

A intersectorialidade apresenta-se como uma perspectiva inovadora na política pública para a condução e operacionalização dos serviços ofertados, e para a reorganização da gestão, viabilizando uma nova relação entre o município e os gestores, considerando-se as peculiaridades locais e o envolvimento dos seres sociais que compõem as tramas dessas relações, trazendo sua singularidade e subjetividade, implicados como sujeitos no processo de gestão. E a partir da efetivação dos processos sociais, podemos almejar a condução de um novo projeto societário (GARAJAU,2013).

3.1.3.3 AGENDAS TRANSVERSAIS

As Agendas Transversais, que são compostas de compromissos expressos tanto em programas/políticas de caráter setorial (saúde, educação, esporte, desenvolvimento urbano, assistência, previdência, cultura, etc.), como em programas/políticas de caráter transversal, que buscam a garantia de direitos de públicos específicos por meio da ação direta e por meio da coordenação das políticas setoriais mais relevantes para atendimento dos públicos (GUAPINDAIA, 2013).

O levantamento considera metas do PPA 2012-2015, exclusivamente ou prioritariamente voltadas para a pessoa com deficiência, conta com 16 programas, 24 objetivos e 51 metas. Dentre esses, o Programa 2035 - Esporte e Grandes Eventos Esportivos é o que discute a questão do esporte:

TABELA V – PROGRAMA 2035: ESPORTE E GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS

| OBJETIVOS | METAS |
|---|--|
| 0669 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e ao lazer, por meio de articulações intersetoriais, promovendo a cidadania, a inclusão social e a qualidade de vida. | Desenvolver ações que garantam a implantação de projetos de esporte recreativo e de lazer para a população, com atenção às necessidades das faixas etárias, à acessibilidade , à diversidade cultural, às questões de gênero e às áreas em situação de vulnerabilidade social (PELC - Esporte e Lazer da Cidade), atendendo a 553 municípios. Criar 228 projetos esportivos de Legado Social dos Grandes Eventos – Copa 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, voltados |

| | |
|--|---|
| <p>0676 - Elevar o Brasil à condição de potência esportiva mundialmente reconhecida, com apoio à preparação de atletas, equipes e profissionais, da base a excelência esportiva, com estímulo à pesquisa e inovação tecnológica, qualificação da gestão, melhoria e articulação das estruturas, com segurança e conforto nos espetáculos, fomentando a dimensão econômica.</p> | <p>à inclusão social, juventude e educação. Apoiar 100% das Modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico, visando à preparação para Rio 2016. Contemplar 100% dos atletas de modalidades dos Programas Olímpico e Paraolímpico e dos programas Pan e Parapan-americanos que preencherem os requisitos e se candidatarem ao Bolsa- Atleta, em todas as suas categorias.</p> |
|--|---|

Fonte: Plano Plurianual 2012-2015- Brasil, 2011.

Das metas voltadas para a pessoa com deficiência, contendo dezesseis programas, apenas um discute a questão do esporte. E a inclusão social é tratada por meio do esporte recreativo, citando o Programa Esporte e Lazer da Cidade e na dimensão do esporte educativo.

O programa enfatiza a questão do esporte de alto rendimento e ações voltadas a ele. Visando os grandes eventos esportivos, nesse caso as Paralimpíadas, para fazer a relação do esporte e a pessoa com deficiência e a acessibilidade.

Ainda dentro do Plano Plurianual de 2012 a 2015 existem dois documentos importantes para a relação entre o esporte e a pessoa com deficiência, o Plano Viver sem Limites e o Plano Rio2016, que serão descritos abaixo.

3.1.4 OLIMPÍADAS, PARALIMPÍADAS E MEGA-EVENTO ESPORTIVO

O esporte Paralímpico brasileiro surge em 1958, com a fundação do Clube do Otimismo, no Rio de Janeiro por Robson Sampaio de Almeida, em parceria com seu amigo Aldo Miccoli e com a fundação do Clube dos Paraplégicos de São Paulo por Sérgio Seraphin Del Grande. As entidades foram fundadas após Robson e Sérgio realizarem o tratamento nos Estados Unidos, onde tiveram contato principalmente com o basquete em cadeira de rodas (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE,2014).

Mas foi no ano de 1960, em Roma, que ocorreram as primeiras Olimpíadas dos Portadores de Deficiência, utilizando-se as mesmas instalações dos Jogos Olímpicos. O termo Paraolímpico, porém, surge em 1964, nos Jogos de Tóquio, a partir da fusão da palavra paraplegia e olímpico (COSTA; SOUZA, 2004, p.31).

Com a criação, em 1989, da fundação do Comitê Paralímpico Internacional, surgiu uma tendência mundial para a criação de Comitês Paralímpicos Nacionais, que

depois dos Jogos de Barcelona em 1992, passou a ser uma necessidade, porém, a criação do Comitê Paralímpico Brasileiro só ocorreu em 1995 (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

Apenas no ano 2000 tornou-se obrigatório no caderno de encargos dos candidatos à sede dos Jogos Olímpicos a organização dos Jogos Paralímpicos. A nomenclatura, “Paraolímpico” foi substituída por “Paralímpico”, em 2011, seguindo as normas internacionais de padronização, agora o termo é comum nos países de língua portuguesa.

Segundo o Comitê Paralímpico Brasileiro, as modalidades Paralímpicas são: atletismo, basquetebol, bocha, ciclismo, esgrima, futebol de 5 (praticado por deficientes visuais), futebol de 7 (praticado por deficientes intelectuais), goalball, halterofilismo, hipismo, judô, natação, remo, rúgbi, tênis de mesa, tênis em cadeira de rodas, tiro com arco, tiro esportivo, vela e voleibol sentado. O Brasil tem demonstrando uma evolução crescente nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos sendo o: 24º colocado em Sidney (2000), 14º em Atenas (2004), 9º em Pequim (2008) e 7º em Londres (2012) (Comitê Paralímpico Brasileiro, S.D.), o que cria grandes expectativas para a próxima edição dos jogos no Rio de Janeiro (2016).

Ao longo do século XX, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos tomaram proporções de megaevento por seu caráter temporal, pela capacidade de atrair pessoas e a atenção dos meios de comunicação, características que demandam o envolvimento direto do poder público e da iniciativa privada para sua realização (RUBIO, 2005). Atualmente no Brasil, há um grande destaque para o esporte de alto rendimento em decorrência dos grandes eventos que acontecerão no país em 2016, as Olimpíadas e as Paralimpíadas.

Esses e outros megaeventos esportivos, como por exemplo, a Copa do Mundo, os Jogos Pan-Americanos e os Jogos Parapan-americanos atuam como propulsores de novas políticas públicas em diversos setores, pois, na prática ocorre a intersectorialidade entre as esferas do governo com instituições públicas e privadas para que as políticas públicas sejam elaboradas e implementadas (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

As políticas públicas comportam várias áreas do conhecimento, sendo um campo holístico que coloca e/ou analisa o governo em ação e quando necessário propõem mudanças no curso destas ações [...]. Em síntese, as políticas públicas depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou

sistemas de informação e pesquisa que muitas vezes requerem a aprovação de uma nova legislação; quando postas em ação, são implementadas, ficando submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p.26).

Frequentemente, é dado maior importância aos impactos econômicos do que aos socioculturais, o que resulta no grande desafio de reutilizar a infraestrutura construída e reformada em prol da população. Um planejamento adequado e a captação de recursos financeiros somados a organização participativa da população são de fundamental importância para o sucesso Olímpico e Paralímpico, visto que ao se envolver com o processo, a comunidade passa a se apropriar dos equipamentos urbanos, ocupando estes espaços (RUBIO, 2005).

Acessibilidade, planejamento, captação de recursos, sustentabilidade, participação popular e políticas públicas consistentes são as bases para a organização de Megaeventos e do usufruto de seu legado. O quanto as Paralimpíadas, no Brasil, contribuirão para uma maior visibilidade e acessibilidade das pessoas com deficiência a programas e serviços no âmbito esportivo, como meio da inclusão social? Pois mesmo sendo um evento com foco no esporte de alto rendimento, também, traz em seu legado um foco social, onde destaca programas que envolvem o esporte como meio para a inclusão social.

Porém, as cidades-sede em geral, buscam causar uma boa impressão e acabam “maquiando” alguns problemas sociais como a pobreza, a prostituição, o tráfico e a violência por meio de uma melhor infraestrutura urbana, transporte público, moradia, conservação do meio ambiente, limpeza e organização dos espaços públicos, por período temporário, sendo que os problemas continuam ali. E acaba não tendo investimento no ser humano, em ações sociais e educativas, não há a participação popular na discussão e organização dos eventos e de seu legado, muito menos a implantação de programas e projetos sociais e físico-esportivos, que se apropriem dos espaços e equipamentos adquiridos pós-evento (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

E as políticas públicas envolvendo o esporte e a inclusão social, criadas durante o ciclo olímpico ou apenas reorganizadas, devem ser bem estruturadas, para garantir o acesso adequado ao esporte e a atividade física, sendo um meio de inclusão, lazer e promoção da saúde para todas as pessoas.

Para a realização do Rio-2016 houve a criação da Autoridade Pública Olímpica (APO), consórcio público interfederativo, que tem por objetivo coordenar a participação

da União, do Estado e do Município do Rio de Janeiro na preparação e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; esta autoridade visa gerenciar os recursos financeiros e assegurar o cumprimento das obrigações assumidas perante o Comitê Olímpico Internacional e o Comitê Paralímpico Internacional (Autoridade Pública Olímpica, 2012). Inicialmente a APO estava vinculada ao Ministério do Planejamento, agora se encontra junto ao Ministério do Esporte. Contudo, o orçamento das Olimpíadas e Paralimpíadas do Rio-2016 ainda é obscuro. O presidente da APO, Márcio Fortes, afirma que 47% dos equipamentos já existem, devido ao Pan-Rio2007 e aos Jogos Mundiais Militares de 2011 ou estão previstos dentro do orçamento da Copa 2014 ou do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O fato é que megaeventos necessitam de muito investimento, o Brasil busca a experiência do Comitê Londres-2012 para garantir o sucesso olímpico, porém, o retorno é duvidoso, principalmente com relação ao legado social (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

No dia 13 de setembro de 2012 foi lançado pelo governo federal o Plano Brasil Medalhas 2016, que tem como objetivo colocar o Brasil entre as dez potências olímpicas e entre as cinco Paralímpicas nos Jogos 2016. Foram escolhidas as modalidades com mais chances de obter medalhas: 21 olímpicas e 15 paraolímpicas que irão ter prioridade nos investimentos. Durante o próximo ciclo olímpico 2013 e 2016 será aportado R\$ 1 bilhão a mais de investimentos públicos federais. Desse montante, dois terços virão do Orçamento Geral da União (OGU) e um terço de investimento de empresas estatais (BRASIL, 2012).

Para a Candidatura do Rio 2016 foram criados três cadernos pelo Ministério do Esporte: Caderno Brasil, Caderno Legado Urbano e Caderno Legado Social que contém propostas de ações governamentais. Para fins do estudo, o qual visa o esporte como um meio para a inclusão social de pessoas com deficiência, dos quais foi analisado apenas o Caderno Legado Social.

O legado social é composto por um conjunto de bens materiais e imateriais gerados a partir de um ciclo virtuoso de desenvolvimento social capaz de incluir a valorização da vida e da dignidade humana (BRASIL, 2009b, p.9). Desta forma, os megaeventos esportivos atuam como propulsores do desenvolvimento social visto que catalisam ações em diversos âmbitos, porém, em geral estas ações são restritas ao entorno das cidades-sedes. A candidatura do Rio 2016 já impulsionou a ampliação do Programa Segundo Tempo, criado para o Pan-Americano – Rio 2007; que consiste em oferecer práticas esportivas aos estudantes fora do período de aula. O Programa Mais Educação é uma iniciativa do Ministério da Educação que oferece atividades extracurriculares de arte, cultura, reforço escolar e informática, deste

modo suas ações complementam aquelas oferecidas pelo Programa Segundo Tempo. Para o Rio 2016 o Programa Mais Educação traçou a meta de construir e reformar a infraestrutura esportiva da rede pública de ensino (BRASIL, 2009, p.34).

Embora o Caderno Legado Social (Tabela IV) não especifique a questão da pessoa com deficiência, há uma preocupação de disseminar o esporte, de contribuir para a formação integral do indivíduo e promover a inclusão social destas pessoas. Entretanto, nos programas de inclusão social presentes no documento analisado, apenas dois incluem em suas diretrizes, as pessoas com deficiência como público alvo, sendo eles, o “Programa Segundo tempo” e o “Programa Esporte e Lazer da Cidade”. E não há programas exclusivos para esse público, o que leva a repensar a efetividade dos programas, visto que há necessidade de materiais adequados, espaço acessível e a aceitação por parte de todos, quando se envolve o esporte e alunos com alguma deficiência.

TABELA VI– CADERNO LEGADO SOCIAL

| | |
|----------------------|---|
| LEGADO SOCIAL | O legado social dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Rio de Janeiro vai transcender a difusão de valores olímpicos como excelência, amizade, solidariedade, respeito e fair play. Por meio de políticas públicas de inclusão social já em curso ou que serão adotadas pelos três níveis de governo – federal, estadual e municipal. |
| IDÉIA CENTRAL | A ideia central, em consonância com o ideário do Comitê Olímpico Internacional, é que os megaeventos esportivos sejam propulsores do desenvolvimento social ao catalisarem ações de amplo espectro, de diferentes origens e com diversos focos, voltadas para a melhoria das condições de vida da população das comunidades pobres da cidade-sede, em particular aquelas no entorno das instalações esportivas a serem utilizadas no evento. |

| | |
|--|--|
| <p style="text-align: center;">O ESPORTE COMO MEIO DE INCLUSÃO SOCIAL</p> | <ul style="list-style-type: none"> • Um dos maiores legados de um evento como os Jogos Olímpicos é o aumento do interesse das crianças e dos jovens pela prática esportiva. Se esta prática estiver associada a oportunidades de formação educacional, profissional e cultural, melhor ainda. Para além de oferecer lazer e benefícios à saúde, o esporte no Brasil serve de importante porta de inclusão social. • Para atingirem eficácia, os projetos de inclusão social precisam estar interligados entre si e conectados com outras ações de resgate da cidadania, o que gera efeitos multiplicadores e transformações duradouras. A abordagem integradora faz parte de uma política estruturante que resulta num ciclo virtuoso de desenvolvimento social. Programas como o Segundo Tempo e o Mais Educação, do Governo Federal, em colaboração com prefeituras, organizações não-governamentais, associações comunitárias e outras representações da sociedade, atuam para ampliar o número de beneficiados pela educação integral. Aumentam o tempo de permanência de crianças e adolescentes nas escolas ao criar turnos adicionais em que são realizadas atividades esportivas, didáticas, recreativas e culturais. • Por reconhecer a importância do esporte na formação humana, o Ministério do Esporte traçou sua Política Nacional do Esporte – PNE – tendo entre as prioridades o esporte educacional e o lazer comunitário como fatores de integração. E a própria Constituição Federal, sancionada em 1988, após a redemocratização do Brasil, determina que o esporte é um direito social. • Adultos também são beneficiados. Uma das iniciativas que alcançam larga faixa da população em centenas de municípios brasileiros é o Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC –, que, no Rio, atende moradores de todas as idades em comunidades de baixa renda. • O projeto de Vilas Olímpicas mantidas pela Prefeitura vai passar por incrementos. As Vilas são equipamentos esportivos que contam com pista de atletismo, piscina, quadras esportivas e campo de futebol. Algumas possuem playground, anfiteatro e biblioteca. Elas oferecem atividades esportivas, recreativas e culturais. Desses centros esportivos saem talentos do caratê, atletismo e taekwondô entre outros esportes. • Também na zona portuária, perto do Terminal Rodoviário do Rio, se desenrola outra história bem sucedida de inclusão social. É o Galpão Aplauso, modelo de inserção que tem a arte como eixo e cujo sucesso inspirou o projeto de criação de galpões similares em outras partes da cidade. Parceria da Prefeitura com uma organização não-governamental, o Galpão Aplauso aproveitou um armazém desativado para oferecer, desde 2004, qualificação profissional em arte e entretenimento a jovens de baixa renda entre 15 e 25 anos. |
|--|--|

Fonte: Caderno Legado Social – Rio2016.

A realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro em 2016 abre uma grande janela de oportunidades para a implementação de políticas públicas em diversos setores, para esta população, mas em especial para o esportivo. E como o Brasil vem se destacando nas últimas edições dos Jogos Paralímpicos, espera-se que ao sediar os jogos isso traga maior visibilidade e qualidade de vida as pessoas com deficiência. Entretanto, o planejamento é fundamental para que haja um legado social para as pessoas com deficiência, que como se pode observar a partir da análise documental apresentada, as propostas e programas ainda são vagas pelo desconhecimento do contexto brasileiro (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

3.1.5 PLANO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: “VIVER SEM LIMITES”

O Governo Federal, em 17 de Novembro de 2011, conforme o Decreto Nº 7.612, que afirma a finalidade de promover, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, o exercício pleno e equitativo dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, lançou o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, chamado “Viver sem Limites”. Trata-se de um conjunto de políticas públicas estruturadas em quatro eixos, o primeiro é o acesso à educação, o segundo é a inclusão social, o terceiro é a atenção à saúde e o quarto a acessibilidade.

Esses quatro eixos são explicados na cartilha do plano, na qual inicialmente faz uma apresentação da proposta principal do “Viver sem Limite”:

A proposta do Viver sem Limite é que a convenção aconteça na vida das pessoas, por meio da articulação de políticas governamentais de acesso à educação, inclusão social, atenção à saúde e acessibilidade. Elaborado com a participação de mais de 15 ministérios e do Conade (Brasil, 2011, p.8).

Os órgãos federais que integram o Plano são: Casa Civil, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Secretaria Geral da presidência da República, Ministérios da educação, Saúde, Trabalho e Emprego, Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, Ciência, Tecnologia e Inovação, Cidades, Fazenda, Esporte, Cultura, Comunicações, Previdência Social e Planejamento, Orçamento e Gestão.

Com relação ao acesso à educação o plano Viver sem Limite, investe em recursos e serviços de apoio à educação básica e à educação profissional. As ações e programas referentes à educação básica são:

[...] implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, promoção de acessibilidade nas escolas, formação de professores para o Atendimento Educacional Especializado, aquisição de ônibus escolares acessíveis e ampliação do Programa Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social na Escola. (BRASIL, 2011, p.11)

Porém dentro dessas ações, não faz referência a materiais adaptados esportivos para as aulas de educação física ou escolinhas de esporte nas escolas, e nem formação de profissionais e reestruturação do ensino para atender as pessoas com deficiência dentro das aulas de educação física, sendo que essa disciplina escolar auxilia no processo de inclusão de pessoas com deficiência.

Segundo Krug (2002), a educação física como uma área com a responsabilidade de desenvolver o ser humano através da atividade física, tem uma contribuição educacional relevante a todos os indivíduos, relacionada com o desenvolvimento motor e a aptidão física para o bem-estar e saúde. Ela pode auxiliar no desenvolvimento de uma consciência coletiva, na criatividade, na criticidade, no significado de cooperação e no sentido de cidadão. E ainda completa que a educação física escolar, pode ser uma forma de proporcionar ao aluno uma oportunidade de realizar e aprender novos movimentos, de lazer e recreação, de aprendizagem de novos jogos e brincadeiras e também uma oportunidade de competição e integração com outros alunos, servindo a objetivos educacionais ligados a sua independência e aos contatos sociais.

Para Leonardo (2008), um sistema de ensino de qualidade é inclusivo assim como, para ser inclusivo não se trata só adaptar um local para recebê-los, mas proporcionar uma educação que seja satisfatória e de qualidade. Azevedo (2004) completa, para isso não basta oferecer as condições de inclusão social, mas, além disso, torná-la acessível a todo e qualquer necessitado.

No eixo da educação, a qual inclui a disciplina de educação física, sendo obrigatória e fazendo parte da grade curricular das escolas públicas, deveria discutir o papel do esporte na inclusão social para pessoas com deficiência. A escola tem o dever de ser a base e a incentivadora da prática esportiva, colocando a discussão do

esporte adaptado em benefício da inclusão social de pessoas com deficiência, além de oferecer a oportunidade da prática de atividade física para essa população, com materiais e profissionais especializados, desempenhar também o papel de desenvolvimento de futuros atletas.

Com relação à educação profissional, inclui ações e programas que incentivam e dão a oportunidade de pessoas com deficiência cursarem um ensino superior.

Pessoas com deficiência têm prioridade na matrícula nos cursos do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), estão sendo instalados núcleos de acessibilidade e ofertados cursos de Letras/Libras e de formação em Pedagogia na perspectiva bilíngue (Libras/ Língua Portuguesa). (BRASIL, 2011 p.11 e 12).

No que diz respeito ao segundo eixo, o da inclusão social, com relação às pessoas com deficiência:

[...] são necessárias medidas para assegurar o apoio e não permitir que haja discriminação baseada nas condições físicas, intelectuais, mentais ou sensoriais e afastamento de suas comunidades. (BRASIL, 2011 p. 37).

A cartilha específica metas com relação ao tema do trabalho, das residências inclusivas e da saúde:

O Viver sem Limite prevê a efetivação do Programa BPC (Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social) Trabalho, com vistas ao fortalecimento da autonomia e da participação social das pessoas com deficiência. O plano também investe em Centros-Dia de Referência e em Residências Inclusivas para pessoas com deficiência em situação de dependência, que são serviços de proteção social especial ofertados pela Política Pública de Assistência Social, por meio do SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Os serviços do SUAS são oferecidos nos municípios e no Distrito Federal em articulação com os demais serviços no território e matriciados ao SUS (Sistema único de Saúde) para garantir a intersetorialidade da atenção às pessoas com deficiência.” (BRASIL, 2011 p.38).

Dentro do capítulo da inclusão social, o Plano Nacional da Pessoa com deficiência prioriza a inserção desse público no mercado de trabalho, o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária dentro das residências e apoio aos cuidadores familiares para ampliar as relações sociais.

Já no terceiro eixo, o da acessibilidade, foi criada a Secretaria Nacional de Acessibilidade e Programas Urbanos dentro do Ministério das Cidades, com a intenção de criar uma política nacional.

O plano estabeleceu ações relativas à construção de casas adaptáveis no Programa Minha Casa, Minha Vida; centros tecnológicos para formar treinadores e instrutores de cães-guia; instituição do Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva; linha de crédito para aquisição de tecnologia assistiva; e desoneração de produtos de tecnologia assistiva (COFINS - Contribuição para o Financiamento e Seguridade Social - e PIS - Programa de Integração Social (BRASIL, 2011 p. 50).

Dentro das metas da acessibilidade, no Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva, foi disponibilizada uma linha de crédito para criação de linha de subvenção econômica para inovação em equipamentos de esportes paraolímpicos.

O Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva é implementado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e pela Agência Brasileira de Inovação - Finep e tem como objetivo apoiar o desenvolvimento de produtos, metodologias, estratégias, práticas e serviços inovadores que aumentem a autonomia, o bem-estar e a qualidade de vida de pessoas com deficiência. A Finep disponibiliza recursos para universidades, institutos de pesquisas ou empresas que desenvolvem pesquisas de inovação com elevado risco tecnológico associado a oportunidades de mercado. São duas as linhas de subvenção econômica à inovação: a primeira de inovação em tecnologia assistiva em geral e outra específica para o desenvolvimento de equipamentos de treinamento e **prática de esportes paraolímpicos.**" (FINEP, 2015)

O Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, em sua cartilha, quando cita o esporte é voltado para o esporte de alto rendimento e ao grande evento esportivo que acontecerá no Brasil em 2016, que é a Paralimpíadas.

O quarto e último eixo é a atenção à saúde, onde prioriza a identificação precoce de deficiências e a reabilitação.

[...] criou em 2012 a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência para implantação, qualificação e monitoramento das ações de reabilitação nos estados e municípios. A nova política induz a articulação entre os serviços, garantindo ações de promoção à saúde, identificação precoce de deficiências, prevenção dos agravos, tratamento e reabilitação. Até 2014, foram planejadas diversas ações, entre as quais se destacam: qualificação das equipes de atenção básica; criação de CER (Centros Especializados em Reabilitação); oficinas ortopédicas e ampliação da oferta de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção; e qualificação da atenção odontológica. (BRASIL, 2011 p. 70).

Nem menos ou mais importante que outras ações, o esporte se apresenta como um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão

total da inclusão social. Isso pode ser comprovado por ser um instrumento simples, acessível, barato e eficiente, seja em nível recreativo, ou de competição de alto rendimento e que muito contribui para a inclusão social do indivíduo (AZEVEDO, 2004). Porém pouco foi discutido o tema do esporte dentro da cartilha do Plano Nacional da Pessoa com Deficiência, o “Viver sem Limites”. Dentro dos quatro eixos só foi citado no da Acessibilidade, voltado para o alto rendimento e investimento em pesquisa.

Além da cartilha principal do “Viver sem Limites” existem também outras dez cartilhas que tratam de temas específicos das pessoas com alguma deficiência, sendo eles identificados na tabela abaixo, mas em nenhuma delas tratam do tema do esporte.

TABELA VII – CARTILHAS TEMÁTICAS

| |
|---|
| CARTILHA 1- Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Síndrome de Down |
| CARTILHA 2- Cuidados de Saúde às Pessoas com Síndrome de Down |
| CARTILHA 3- Diretrizes de Atenção à Pessoa com Lesão Medular |
| CARTILHA 4- Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal |
| CARTILHA 5- Diretrizes de Atenção à Pessoa com Paralisia Cerebral |
| CARTILHA 6- Diretrizes de Atenção à Pessoa Amputada |
| CARTILHA 7- Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo |
| CARTILHA 8- Diretrizes de Atenção à Reabilitação de Pessoa com Acidente Vascular Cerebral |
| CARTILHA 9- Diretrizes de Atenção à Reabilitação de Pessoa com Traumatismo Cranioencefálico |
| CARTILHA 10- Diretrizes de Atenção à Saúde Ocular na Infância |

Fonte: Cartilha: “Viver sem Limites”

Dentro do eixo da acessibilidade foi disponibilizado um manual em capacitação de acessibilidade, cujo objetivo é fornecer uma metodologia de capacitação de profissionais e agentes sociais para atuarem na fiscalização, planejamento e implantação da Acessibilidade nos Estados e Municípios Brasileiros. O esporte é citado dentro da acessibilidade a partir de duas vertentes do Meio Físico, que é definido como:

Uma sociedade que busca a inclusão e o respeito aos direitos de todas as pessoas deve ser aquela que considera a diversidade humana no atendimento às suas necessidades espaciais, planejando espaços urbanos acessíveis que permitam uma relação de bem estar do indivíduo com o meio em que ele vive. Acessibilidade deve estar presente nas edificações, nos espaços, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (BRASIL, 2011)

A primeira vertente é o equipamento urbano, que entende que:

São todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. (BRASIL, 2011).

Para os equipamentos urbanos, foram solicitados nesse manual em capacitação de acessibilidade: autódromo, kartódromo; campo e pista de esportes; estádio e ginásio de esporte, hipódromo, marina; – parque, praça, clube e piscina pública.

E a segunda vertente está relacionada com o mobiliário urbano, define que:

Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. (BRASIL, 2011)

Foram solicitadas: quadras de esportes; aparelho de televisão coletivo, brinquedo, churrasqueira, circo, mesa, assentos, parque de diversões e playground.

Segundo Mazzotta (2006) a acessibilidade não é somente a possibilidade de entrar em um ambiente, mas é o direito de participar ativamente no meio social. Trata-se de cidadania e inclusão social.

No âmbito esportivo, se não adequadas, as condições de acesso, infraestrutura e materiais adaptados são condições geradoras de exclusão. Saeta (2006) defende que é no contexto social que as pessoas adquirem habilidades e se desenvolvem, e é através das relações sociais que os homens atribuem significados e aprendem o que é típico e normal. Também é importante considerar, segundo este autor, “ainda, e principalmente, as condições sociais, no caso, a acessibilidade, como fontes geradoras de incapacidades, uma vez que é no próprio meio social que determinados indivíduos tornam-se reconhecidos como deficientes.” (p. 67).

O balanço do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência é feito separadamente para os quatro eixos, sendo eles, a educação, a inclusão social, a atenção à saúde e a acessibilidade, mas apenas o da acessibilidade é citado um investimento no esporte e lazer. Esse investimento faz parte do balanço do programa Centro Nacional de Referência Assistiva, onde foi disponibilizada uma linha de microcréditos do Banco do Brasil, para pessoas físicas adquirirem bens e serviços para a pessoa com deficiência.

Dentro da lista completa que especifica quais são os bens e serviços, existe o item 12 que é específico para o esporte e lazer (Tabela VIII):

TABELA VIII – Categorias de Tecnologia Assistiva (TA) bens e serviços que não necessitam de recomendação de profissional da saúde.

| | | |
|---------------------|--|---|
| 12. Esporte e Lazer | Recursos que favorecem a prática de esporte e participação em atividades de lazer. | COD 1.12.1 - Parque adaptado - Brinquedos de parque infantil, adaptados para serem utilizados por crianças com deficiência. COD 1.12.2 - Bola com guizo sonoro COD 1.12.3 - Equipamentos para prática de esporte por pessoas com deficiência - Específicos para serem utilizados por pessoas com deficiência. COD 1.12.4 - Jogos com referencial sensorial tátil - Específicos para serem utilizados por pessoas com deficiência. COD 1.12.5 - Equipamentos para prática de lazer por pessoa com deficiência – Equipamentos de lazer adaptados para ecoturismo, escalada, pescaria, banho ao mar, velejar, etc. COD 1.12.6 - Suporte para baralho - Adaptado para ser utilizado por pessoa com deficiência. COD 1.12.7 - Cadeira de rodas anfíbia - Equipamento que possibilita que pessoas com deficiência física ou mobilidade reduzida usufruam de banho de mar assistido. |
|---------------------|--|---|

Fonte: Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2015.

Estes materiais deveriam estar disponíveis nas escolas e em espaços públicos, onde as pessoas com deficiência devem receber orientação de um profissional de educação física. Segundo Bagnara (2010), antes de inserir o deficiente em atividades esportivas e de lazer ou em programas de exercícios deve-se observar o princípio da adaptação, ou seja, deve-se proporcionar a prática de atividades introdutórias à modalidade. O deficiente lentamente vai realizando exercícios leves, simples e básicos que lhe proporcionarão a base da prática esportiva e o estimula a descobrir suas potencialidades e possibilidades. O autor ainda complementa que deve haver também adaptação ao novo instrumento ou equipamento, através de atividades específicas para evitar acidentes, quedas e possíveis lesões e fraturas.

3.1.6 PLANO BRASIL 2022

A partir do Relatório Geral da República Federativa do Brasil sobre o cumprimento das disposições da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, do ano de 2008-2010, que teve como finalidade apresentar, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, as medidas tomadas para cumprir as obrigações da

Convenção, dois anos após a entrada em vigor da Convenção no Estado em Causa e posteriormente pelo menos a cada quatro anos, assim como, sempre que o Comitê o solicitar, deve ser apresentado um relatório das medidas.

O relatório foi estruturado em duas partes, na primeira, designada como relatório geral, encontram-se informações básicas sobre o país e o marco geral de proteção e promoção dos direitos humanos, com uma explanação mais detalhada dos Instrumentos Jurídicos Utilizados na Garantia e Defesa dos Direitos Previstos na Convenção, do Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH-3), do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Sistema Único de Saúde, do Sistema Único de Assistência Social e do Plano Brasil 2022, que fixa metas a serem implementadas até o ano em que o Brasil comemora o bicentenário de sua independência. E a segunda parte, intitulado relatório específico, contém informações específicas sobre a aplicação, na lei e na prática, dos artigos 1º a 33 da Convenção (BRASIL, 2008).

Com relação ao Plano Brasil 2022, o qual envolveu Grupos de Trabalho formados por técnicos da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), representantes de todos os Ministérios, da Casa Civil e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o relatório aponta:

O Plano Brasil 2022 é um plano que fixa metas a serem implementadas pela Administração Federal e a sociedade brasileira até o ano de 2022, quando o Brasil comemora o bicentenário de sua independência. (RELATÓRIO GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008-2010. p.78).

E para as pessoas com deficiência, foi instituída a seguinte Meta do Centenário:

Assegurar o exercício de todos os direitos às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Essa disposição procura comprometer o Brasil a assegurar a todas as pessoas com deficiência os mesmos direitos daqueles que não possuem deficiência, e ainda assegurar os direitos específicos que possibilitem às pessoas com deficiência a garantia de uma vida plena. (RELATÓRIO GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008-2010. p.80).

Nos trabalhos preparatórios à elaboração do Plano Brasil 2022, foi considerada, ainda, a seguinte sugestão no objetivo seis (6) estratégico para as pessoas com deficiência, registrada na Tabela IX, conforme relatório Geral:

TABELA IX- Objetivos Estratégicos

| Objetivo 6 - Garantir acessibilidade a todas as pessoas com deficiência. |
|--|
| 1- Acompanhar e fomentar a implementação do disposto no artigo 9 da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que trata da identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, de forma a assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. |
| 2- Acompanhar e fomentar o cumprimento do Decreto nº 5.296/04, de forma a garantir prioridade no atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida e a promoção da plena acessibilidade, segundo os critérios do desenho universal, nos prazos nele estabelecidos. |
| 3- Proporcionar, a todos os atores envolvidos, formação em relação às questões de acessibilidade com as quais as pessoas com deficiência se confrontam. |
| 4 - Fomentar o acesso das pessoas com deficiência às formas de assistência humana ou animal e serviços de mediadores, incluindo guias, leitores e intérpretes profissionais da língua de sinais, para facilitar o acesso aos diversos ambientes abertos ao público ou de uso público. |
| 5-Promover o acesso de pessoas com deficiência a novos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, inclusive à internet. |
| 6- Promover campanhas nacionais de sensibilização quanto ao tema da acessibilidade, com foco na promoção dos direitos humanos das pessoas com deficiência. |
| 7- Fomentar a promoção da acessibilidade nas escolas do ensino regular, de forma a garantir o acesso das pessoas com deficiência. |
| 8- Contribuir para a disseminação da utilização dos sistemas Braille, Tadoma, Escrita de Sinais e Libras tátil para inclusão das pessoas com deficiência em todo o sistema de ensino. |
| 9- Contribuir para a regulamentação das profissões que visam à implementação da acessibilidade – instrutor de Libras, guia-intérprete, tradutor-intérprete, transcritor, revisor e leitor da escrita braile e treinadores de cães-guia. |
| 10- Promover a articulação entre os diferentes setores envolvidos com a regulamentação da Política Nacional do Livro e Leitura para que contemplem todas as questões de acessibilidade. |

Fonte: Relatório Geral da República Federativa do Brasil (2008-2010).

Com relação específico ao esporte, este veio aparecer no Artigo 30 do relatório, o qual diz respeito à participação na vida cultural, recreação, lazer e esporte. No eixo da cultura, o esporte está sendo trabalhado no programa dos “Pontos de Cultura”, que são responsáveis por articular e impulsionar ações que já existem nas comunidades. Segundo o relatório, o Ponto de Cultura não tem modelo único de instalações físicas, de programação ou atividade, é uma iniciativa que impulsiona a realização de ações

envolvendo Arte e Educação, Cidadania com Cultura e Cultura com Economia Solidária.

Dentro das ações de Ludicidades, existem os Pontinhos de Cultura, que visam mobilizar, sensibilizar e desenvolver atividades para a implementação e difusão dos direitos da criança e do adolescente, contemplando a ótica da inclusão e do respeito às diferenças. Todos esses Pontos, Pontinhos e ações adotam medidas que contribuem para o acesso, em igualdade de condições, às crianças com deficiência, para que participem de atividades artísticas e culturais, além de jogos, recreações, lazer e esportes. (RELATÓRIO GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008-2010. P.160)

Para isso foi criado, em 2010, o “Projeto Cidade Acessível é Direitos Humanos”, no qual são desenvolvidas ações de acessibilidade, em parceria com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, com o objetivo de fortalecer e ampliar as políticas de inclusão e acessibilidade.

As ações adotadas com relação ao direito das pessoas com deficiência de acesso ao esporte e ao lazer concentram-se em dois programas sociais do Ministério do Esporte: o Segundo Tempo e o Esporte e Lazer da Cidade.

O Programa Segundo Tempo, teve como fundamento o preceito constitucional de que o acesso ao esporte e ao lazer, são direitos, e é dever do Estado ofertá-los. Com a situação de exclusão dos jovens brasileiros com deficiência da atividade esportiva, o Ministério do Esporte, através da sua Secretaria Nacional de Esporte Educacional, propôs, em 2008, a realização de um projeto-piloto no âmbito do Programa Segundo Tempo, com o objetivo de desenvolver e propor uma metodologia para atendimento de jovens com deficiência (visual, auditiva, intelectual e física) em seus núcleos. O objetivo era, a partir do modelo proposto, democratizar o **acesso ao esporte educacional de qualidade**, como forma de inclusão social, contribuindo para a efetivação dos direitos e construção da cidadania das crianças e jovens com deficiência em situação de vulnerabilidade social. Este projeto-piloto, um dos Projetos Especiais do Programa Segundo Tempo, denominado “Pessoa com Deficiência”, desenvolvido pela Universidade Federal de Pelotas, teve como público-alvo 70% de crianças e jovens com deficiência (visual, auditiva, intelectual e física), na faixa etária entre 07 e 29 anos, e teve a duração de um ano. As atividades esportivas oferecidas nos núcleos tiveram caráter educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo. O processo de ensino-aprendizagem foi voltado para estimular a compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à

organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo pudesse reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social. A definição das modalidades desenvolvidas junto aos beneficiados considerou o contexto como um todo: especificidades das deficiências apresentadas, disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização, vigência do Projeto, considerando a organização deste Piloto em um Ciclo Pedagógico, além dos meses de Planejamento e Fração, de forma a oferecer, no mínimo, três modalidades esportivas diferentes. (RELATÓRIO GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008-2010. P.166).

Com base nos resultados deste Piloto, foram propostos dois programas já existentes, o “Segundo Tempo”, que foca o esporte educacional e o “Esporte e Lazer da Cidade”, que utiliza o esporte recreativo e de lazer com a finalidade de favorecer a inclusão social a todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência. Esses dois programas serão analisados nesse trabalho, por relacionarem o esporte, a pessoa com deficiência e a inclusão social.

Segundo o Relatório Geral da República Federativa do Brasil sobre o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, do ano de 2008-2010, a principal dificuldade enfrentada pelo Ministério do Esporte e seus parceiros para garantir essa inclusão diz respeito foi o pouco conhecimento a respeito do campo do esporte e de lazer para esta população, para isto, algumas alternativas tem sido construídas entre elas capacitação de agentes sociais para atuar nos programas; convênios com entidades que já tem um acúmulo de conhecimentos em relação às pessoas com deficiência,

[...] na expectativa de que estas ajudem a construir alternativas que subsidiem outros parceiros no processo de inclusão. Embora reconhecendo que estas ações ainda não dão conta de responder ao desafio de garantir o acesso ao esporte e ao lazer, como direitos sociais, das pessoas com deficiência, o Estado brasileiro considera que as conquistas já alcançadas contribuirão para, gradualmente, atingir o objetivo almejado. (RELATÓRIO GERAL DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 2008-2010. P. 169)

A formação e preparação de profissionais, no caso do esporte, os profissionais de educação física, para atuarem, não só em entidades específicas para pessoas com deficiência, mas na área educacional, na recreativa e de forma interdisciplinar na área da saúde, são fundamentais para o processo de inclusão social deste público. Essa formação deveria fazer parte dos cursos de graduação, nos quais se deveria trabalhar

o tema das pessoas com deficiência, nas disciplinas como um todo e não apenas oferecer uma disciplina específica para o esporte adaptado, cuja carga horária não seria suficiente para discutir a problemática e continuaria sendo uma disciplina não inclusiva.

Como já discutido em 1986, na “Carta de Batatais”, que é um documento com questões analisadas pelos participantes do “Encontro de avaliação do subprograma de preparação de recursos humanos em Educação Física para Educação Especial”, foi sugerido a inclusão do profissional de educação física na equipe interdisciplinar que atendem pessoas com deficiência; a inclusão nos cursos de graduação em Educação Física, de disciplinas e conteúdos relacionados às pessoas com deficiência e a implantação de mais cursos de pós graduação e especialização destinados à profissionais dessa área; e fomento na área da pesquisa em educação física para pessoas com deficiência por parte das agências financiadoras e Instituições de ensino (ANEXO II).

Enfim, com base nos documentos analisados conclui-se que a legislação referente às pessoas com deficiência tem evoluído, devido à criação crescente de leis que garantem o direito desta população em vários âmbitos. Além disso, a menção das pessoas com deficiência em documentos de diversas áreas, como ocorre nos documentos analisados demonstra preocupação em propor ações e políticas públicas que sejam abrangentes, capazes de atender a heterogeneidade da população e promover a inclusão social (ANDRADE; ALMEIDA; ANDRADE, 2014).

A pessoa com deficiência vem ganhando espaço na sociedade e conseqüentemente sendo mais discutida dentro da Agenda Governamental, principalmente em defesa dos direitos e com relação à inclusão social e acessibilidade. Porém, com relação ao esporte, não há uma discussão que o relacione como um meio em benefício da inclusão das pessoas com deficiência. Conforme pode ser visto, dentro dos documentos analisados acima, são poucos os trechos que fazem essa relação e mencionam apenas dois programas de Políticas Públicas que envolvam o tema do esporte, da pessoa com deficiência e da inclusão social, sendo eles, o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

CAPÍTULO IV – PROGRAMA SEGUNDO TEMPO E PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE.

Nos últimos anos passamos a dispor de um órgão gestor federal, um Ministério específico para o esporte e uma Política Nacional do Esporte e Lazer. Ministério este que liderou a realização de três Conferências Nacionais, processos extremamente ricos de debate e de grande importância para o desenvolvimento do esporte e da relação com a sociedade. Tivemos decretos e leis a favor do esporte e a criação e discussão acerca da implantação de um Sistema Nacional do Esporte e do Lazer. Ou seja, foi um período de aperfeiçoamento da legislação e do aparato normativo no esporte, de expressivos investimentos em infraestrutura esportiva, embora, evidentemente, se possa dizer que ainda existe um grande déficit em termos de infraestrutura; foi também um período que o Brasil evoluiu em seu posicionamento com relação ao mundo dos megaeventos esportivos e no esporte de alto rendimento, assim como, na implantação de programas sócio esportivos, destacando o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade.

A Secretaria de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social, do Ministério do Esporte é responsável por cuidar do Programa Segundo Tempo, do Programa Esporte e Lazer da Cidade e do Centro de Desenvolvimento do Esporte Recreativo e do Lazer e tem como missão:

Fazer proposições sobre assuntos da sua área para compor a política e o Plano Nacional de Esporte; Coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte educacional, desenvolvendo gestão de planejamento, avaliação e controle de programas, projetos e ações; Implantar as diretrizes relativas ao Plano Nacional de Esporte e aos Programas Esportivos Educacionais, de Lazer e de Inclusão Social; Planejar, supervisionar, coordenar e realizar estudos compreendendo: o desenvolvimento das políticas, programas e projetos esportivos-educacionais, de lazer e de inclusão social; a execução das ações de produção de materiais esportivos em âmbito nacional; a execução das ações de promoção de eventos; zelar pelo cumprimento da legislação esportiva, relativa à sua área de atuação; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva a outros órgãos da administração pública federal, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às entidades não governamentais sem fins lucrativos, nas ações ligadas aos programas e projetos sociais esportivos e de lazer; manter intercâmbio com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais e com governos estrangeiros, em prol do desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer; articular-se com os demais segmentos da administração pública federal, tendo em vista a execução de ações integradas na área dos programas sociais esportivos e de lazer; planejar, coordenar e acompanhar estudos e pesquisas com as universidades e outras instituições correlatas com vistas à obtenção de novas tecnologias voltadas ao desenvolvimento do esporte educacional, recreativo e de lazer para a inclusão social; e

articular-se com os demais entes da federação para implementar política de esporte nas escolas (MINISTÉRIO DO ESPORTE – PLATAFORMA SNELIS, 2013).

A Rede Cedes – Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e de Lazer – é uma ação intersetorial, que desenvolve estudos para avaliar e aperfeiçoar projetos de esporte, lazer e inclusão social, conta com o apoio de Universidades do país para realizar pesquisas e difundir os resultados. A meta principal deste movimento é a valorização do conhecimento, como um dos fatores fundamentais de qualificação dos processos de inclusão de sujeitos e grupos nas práticas de esporte e de lazer, no Brasil. Conhecimento que parte da problematização de questões levantadas pelos pesquisadores e cujas reflexões precisam ser socializadas e dinamizadas nas práticas culturais vividas no dia a dia das comunidades.

Entretanto, são bastante raras, ainda, as iniciativas que promovem a gestão de todos os dados e informações a respeito dessas temáticas, tornando-se um grande desafio a construção de pólos de gerenciamento dessas informações. Alguns pólos, que aglutinam esparsamente esses dados encontram-se nos grandes centros produtores, nos sistemas e redes de conhecimento em geral, mas, não apresentam a possibilidade de agregar todos os dados em um único local, o que poderia ser de grande eficiência para subsidiar pesquisas e projetos em todos os campos do conhecimento, bem como, agilizar os subsídios para novas políticas. Conforme aponta Pereira (2005), os serviços e sistemas de informação devem existir com o objetivo de reunir informações e desenvolver produtos e serviços que forneçam suporte informacional para a tomada de decisões.

4.1 PROGRAMA SEGUNDO TEMPO

O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte destinada a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente daqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e regularmente matriculadas na rede pública de ensino (BRASIL, 2014).

É desenvolvido por meio da formalização de convênio entre as entidades públicas e o Ministério do Esporte, com vigência pré-

estabelecida de 24 meses, composta de quatro ciclos pedagógicos, onde se aplica a proposta pedagógica do Programa Segundo Tempo com vistas a possibilitar múltiplas vivências esportivas aos beneficiados. O núcleo tem suas atividades desenvolvidas no contraturno escolar em espaços físicos específicos às atividades esportivas definidas, podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários, públicos ou privados (BRASIL, 2014 p.8).

Na diretriz do programa, o esporte educacional é descrito como:

O esporte como parte do processo educacional é definido pela Lei nº 9.615/88 compreendendo as atividades práticas no sistema de ensino e em forma assistemáticas de Educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo, a sua formação para a cidadania e a prática do lazer ativo. Tem como princípios socioeducativos os seguintes pilares: Princípio da Inclusão; Princípio da Participação; Princípio da Cooperação; Princípio da Coeducação; e Princípio da Corresponsabilidade (BRASIL, 2014 p.4).

O objetivo principal do programa é democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. E os objetivos específicos são: oferecer práticas esportivas educacionais, estimulando crianças, adolescentes e jovens, matriculadas nas escolas públicas, a manter uma interação efetiva que contribua para o seu desenvolvimento integral; oferecer condições adequadas para a prática esportiva educacional de qualidade; desenvolver valores sociais; contribuir para a melhoria das capacidades físicas e habilidades motoras e contribuir para a melhoria da qualidade de vida (autoestima, convívio, integração social e saúde). Sendo que o público-alvo são crianças, adolescentes e jovens com faixa etária a partir de 06 anos de idade, prioritariamente aqueles matriculados nas escolas públicas e expostos a riscos sociais (BRASIL, 2014).

O Programa Segundo Tempo tem grandes dimensões sociais, desde sua criação já atendeu mais de 4,5 milhões de beneficiados, ainda que possa ser um programa de oferta, de prática esportiva, um programa de núcleos de esporte educacional acessível, não cumpre o papel social a que se destina, pois não pode ser compreendido na sua dimensão estratégica, visto apenas como um montante de recursos públicos colocados à disposição de parceiros para o desenvolvimento de atividades de esporte educacional, para cumprir o seu papel, precisa ser assumido como estratégia, utilizando o esporte como meio para mudanças sociais.

Dentro desse contexto, Darido e Oliveira (2009), afirmam que, no Programa Segundo Tempo, não basta alguém aprender a jogar (dimensão procedimental), embora seja fundamental aprender o esporte, mas é preciso também aprender a ser a

partir do esporte, tendo valores e atitudes cidadãs no esporte e na vida (dimensão atitudinal), assim como, também é importante conhecer o esporte (dimensão conceitual).

Quando se analisa a fundamentação pedagógica do programa e as atividades esportivas percebe-se que não há referência à pessoa com deficiência e a adaptações necessárias para elas. Porém nas diretrizes do Programa Segundo Tempo, (tabela X) faz referência a projetos especiais, os quais são desenvolvidos com o propósito de validar novos modelos de atendimento visando públicos específicos, como possibilidade real de construção, desenvolvimento e acompanhamento da metodologia de inclusão social por meio do esporte. O que poderiam ser identificados como temas transversais.

TABELA X – Diretrizes do Programa Segundo Tempo

| PROGRAMA SEGUNDO TEMPO | ESPORTE | INCLUSÃO SOCIAL | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |
|-------------------------------|--|--|--|
| Princípios | O esporte e o lazer como direito de cada um e dever do Estado | A universalização e inclusão social do esporte educacional | A reversão do quadro atual de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social |
| Fundamentação Pedagógica | Oferta de múltiplas vivências do esporte em suas diversas modalidades, trabalhadas na perspectiva do esporte educacional. | Acesso à prática esportiva por meio de ações planejadas, inclusivas e lúdicas como estímulo à vida ativa. | - |
| Atividades esportivas | Tem caráter educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de | O processo de ensino-aprendizagem deve estar voltado para o estímulo à compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo possa reconhecer seus direitos e | - |

| | | | |
|--|---|--|--|
| | solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo. | deveres para uma boa convivência social. | |
|--|---|--|--|

Fonte: Ministério do Esporte, 2014.

Busquet et al. (1999) entendem que os temas transversais deveriam ser o centro das preocupações do currículo, pela importância deste para as transformações sociais necessárias. Eles defendem que os conteúdos escolares deixem de ser tratados como um fim, e sim, como um meio para as aprendizagens dos grandes problemas sociais.

Incluir na discussão temas transversais nas atividades do Programa Segundo Tempo, se fez uma opção clara em apoio à necessidade de se auxiliar a sociedade no tratamento de seus grandes problemas. Assim, ensinar esporte não significa tratar apenas técnicas e táticas, mais do que isso, significa oferecer uma formação ampla voltada à formação do cidadão crítico. Em outras palavras, a finalidade é possibilitar aos alunos que, durante e após suas práticas, eles possam usufruir do esporte para o lazer, a melhoria da qualidade de vida e a reflexão crítica. Para tanto, se pretende que esse cidadão, a partir das aulas, tenha condições de reivindicar mais espaços de lazer, repudiar as formas de violência no esporte e na sociedade, criticar o uso dos anabolizantes no esporte e na atividade física, compreender o papel do futebol na cultura brasileira, cuidar do meio ambiente, respeitar os diferentes grupos étnicos, compreender as diferenças entre os homens e as mulheres, respeitar as pessoas com deficiência, entre outros (DARIDO, 2009).

Porém esses temas transversais, através dos projetos especiais, que deveriam utilizar o esporte como meio para mudanças sociais, como por exemplo, o da pessoa com deficiência, não são tratados como o centro das preocupações, mas sim como projetos menores. No sistema de monitoramento e avaliação do Segundo Tempo, do Ministério do Esporte, realizado em 2010, apontou que apenas 2% das pessoas participantes do programa, são deficientes (IBGE, 2010). O que faz repensar o real impacto desse programa para essa população. Essa situação chama a atenção para a necessidade de um aprofundamento na discussão sobre a inclusão destas pessoas nos Programas, especialmente no que diz respeito à acessibilidade, aos equipamentos, as modalidades esportivas e às práticas de ensino adotadas, além da importância da mobilização dessas pessoas para se inscreverem e participar das atividades.

4.2 PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

O Programa Esporte e Lazer da Cidade desenvolve uma proposta de política pública e social que atenda às necessidades de esporte recreativo e de lazer da população, pelo Ministério do Esporte e por intermédio da Secretaria Nacional Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social - SNEELIS. Na sua essência, além de proporcionar a prática de atividades físicas, culturais e de lazer que envolvem todas as faixas etárias, incluindo pessoas com deficiência, estimula a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomenta a pesquisa e a socialização do conhecimento, contribuindo para que o esporte e o lazer sejam tratados como políticas públicas e direitos de todos. É por meio da implantação e desenvolvimento de núcleos de esporte recreativo e de lazer que as atividades são desenvolvidas e se efetivam mediante a celebração de convênios ou termos de execução descentralizada entre o Ministério do Esporte, Municípios, Governos do Estado, Distrito Federal e Entidades Públicas Estaduais e Federais (BRASIL, 2014).

Enquanto ação geral, o Programa Esporte e Lazer da Cidade, a partir das Diretrizes 2013, possui dois tipos de núcleos: Urbano ou para Povos e Comunidades Tradicionais, na busca por alcançar as metas previstas no PPA2012-2015, com relação ao atendimento da população brasileira, frente ao acesso ao esporte e ao lazer (BRASIL, 2014 p.6).

O objetivo principal do programa é democratizar o lazer e o esporte recreativo, e a partir desse objetivo, desdobram-se os objetivos específicos, que são: Nortear ações voltadas para públicos diferenciados (faixa etária, gênero, raça, etnia, e orientação sexual, pessoas com deficiência, entre outros) nos núcleos de lazer e esporte recreativo; Estimular a gestão participativa entre os atores locais direta e indiretamente envolvidos; Estimular a implementação de metodologia participativa e democrática para o desenvolvimento de políticas públicas intersetoriais de lazer e esporte recreativo; Promover a formação inicial e estimular a formação continuada dos agentes sociais e gestores municipais de lazer e esporte recreativo; Valorizar e fortalecer a cultura local na apropriação do direito ao lazer e ao esporte recreativo; Promover a resignificação e a qualificação de espaços e equipamentos públicos de lazer e esporte recreativo; Democratizar o acesso ao lazer e esporte recreativo, privilegiando as comunidades menos favorecidas (BRASIL, 2014).

Esses objetivos devem ser alcançados a partir de duas iniciativas fundamentais, a: Implementação e desenvolvimento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer, nas diversas regiões brasileiras, com atividades sistemáticas e assistemáticas de lazer e esporte recreativo, no sentido de garantir o direito ao lazer; e a Formação continuada de

gestores, agentes sociais de lazer e esporte, lideranças comunitárias, legisladores e demais parceiros atuantes na esfera pública, com vistas à formação e à implementação de políticas locais (BRASIL, 2014 pag.7).

Em 2012, o Programa Esporte e Lazer na Cidade adicionou uma vertente, o Programa Vida Saudável, os dois têm os mesmos objetivos, porém o segundo promove políticas públicas voltadas para a população idosa, incluindo pessoas com deficiência. Foi considerado um avanço no campo das políticas públicas de esporte e lazer, ao propor a formação como ferramenta pedagógica para a qualificação de políticas locais como direitos sociais, que atendam às necessidades da comunidade envolvida.

Segundo Marcellino (1995), o campo das políticas públicas de esporte e lazer no Brasil, na década de 1990, tinha como desafio a formação profissional, referindo-se à capacitação de profissionais que, de um lado, supra as necessidades do mercado e, de outro, amplie a concepção de esporte e lazer como direitos sociais. Além disso, o autor destaca que a ação do profissional não tem incluído: os processos de recrutamento e seleção em consonância com os valores que regem as políticas públicas; os cursos de formação e de planejamento; as reuniões técnico-pedagógicas; e os intercâmbios (MARCELLINO et. al. 2007).

E esse programa, a partir de suas diretrizes, (tabela XI), e princípios mostram que além desse carácter formativo, que também é fundamental para o processo de inclusão, utiliza o esporte como meio para inclusão da pessoa com deficiência. Dentro das atividades esportivas são propostas adaptações visando às pessoas com deficiência, além disso, segundo Bonalume et al. (2008), o Programa Esporte e Lazer da Cidade, não pretende apenas promover práticas de atividades físicas e esportivas para pessoas de todas as idades e em diferentes condições físicas de uma comunidade, e, sim, estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, fomentar a pesquisa e a socialização do conhecimento no meio acadêmico.

TABELA XI – Diretrizes do Programa Esporte e Lazer na Cidade.

| PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE | ESPORTE | INCLUSÃO SOCIAL | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |
|---|--|--|--|
| Princípios | Acesso de qualidade a políticas públicas de lazer e esporte, | Implementação de Políticas de lazer, inclusão social e | Para diversas faixas etárias, garantindo a inclusão de pessoas |

| | em dimensão recreativa. | cultural. | com deficiência. |
|--------------------------|---|---|--|
| Fundamentação Pedagógica | Tem por meta garantir o acesso às práticas e aos conhecimentos sobre esporte e lazer a todos os cidadãos brasileiros por meio de ações educativas na perspectiva da emancipação humana, do desenvolvimento comunitário; valorizando a diversidade cultural e as práticas esportivas e de lazer, em especial as de criação nacional. | Os núcleos do Programa Esporte e Lazer da Cidade são espaços de convivência social, onde as manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. Nesses, as atividades de lazer, de esporte, culturais, artísticas e intelectuais acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática. | Respeito à diversidade (cultural, sexual, étnica e religiosa); Intergeracionalidade. |
| Atividades esportivas | Esporte recreativo e outras possibilidades de manifestações da cultura corporal do movimento, desde que atendam às diretrizes do programa. As atividades são divididas em Sistemáticas (modalidades esportivas, atividades lúdicas e culturais) e Assistemáticas (eventos). | Atividades diversificadas facilitam a participação de públicos diferenciados; portanto, a garantia dessa diversidade deve ser tratada como prioridade pelo gestor e desenvolvida com cautela pelos agentes sociais. | As oficinas deverão ser apropriadas aos interesses do público alvo, sendo imprescindível a adaptação das atividades às pessoas com deficiência (limitação física, mental, sensorial ou múltipla). |

Fonte: Ministério do Esporte, 2014.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade também incentiva e apoia a realização de eventos interdisciplinares de esporte e de lazer, com caráter recreativo, que contemplem a ocupação do tempo e espaço de todos os beneficiados, por meio de ações transversais que envolvam temas, como por exemplo, meio ambiente, educação, cultura e saúde, dentre outros. Esses eventos favorecem uma educação intergeracional, conforme é mencionada na sua fundamentação pedagógica, que poderá promover o diálogo entre essas diferentes culturas, no sentido de construir

novos valores simbólicos enriquecedores dos projetos de vida dos diferentes grupos (MORENO et al. *apud* ALVES JÚNIOR, 2007) e da sociedade.

Nesse sentido, o esporte possibilita a troca de experiências e a possibilidade de aprender juntos, por meio de atividades que sejam de interesse mútuo. E dentro das atividades oferecidas através de palestras, teatros, oficinas de atividades esportivas, danças, lutas, festas, entre outros, que a comunidade consegue o convívio entre gerações e o respeito às diferenças, favorecendo sem dúvida a inclusão social de pessoas com deficiência. Porém, o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade afirma que apenas 2% dos participantes do Programa possuem deficiência, sendo dividida proporcionalmente entre física e intelectual ocorrendo à mesma situação do Programa Segundo Tempo.

Sousa, et al (2010, p. 108) encontraram no seu estudo, o qual avaliou os programas citados, que 60,8% dos beneficiários sabiam sobre atendimento às pessoas com deficiência e afirmaram que ele ocorre, enquanto, 4% sabiam, mas afirmaram que ele não ocorre; 33,6% não sabiam deste atendimento e 1,6% não respondeu a questão. Os dados apontam para a baixa participação das pessoas com deficiência no programa e a necessidade de se elaborar estratégias que promovam esta adesão, para de fato se consolidar o princípio de inclusão social proposto pelo programa.

4.3 CATEGORIAS DE ANÁLISE

A partir dos elementos fundamentais serem identificados, tabelados e analisados foram escolhidas as seguintes categorias: Espaço Físico, Metodologia, Modalidades Esportivas e Materiais. A escolha dessas categorias foi baseada nas adaptações e propostas para a inclusão da pessoa com deficiência.

Os dois programas utilizam-se de diferentes dimensões do esporte para o alcance dos objetivos propostos. O Programa Esporte e Lazer na Cidade utiliza o Esporte Recreativo e o Programa Segundo Tempo o Esporte Educacional, fazendo referência à inclusão social. Porém com relação à pessoa com deficiência, mais diretamente o primeiro programa, pois no segundo está apenas implícito dentro do grupo de vulnerabilidade social.

Na relação entre o Esporte Educacional e a inclusão social para pessoas com deficiência se destaca a importância da não formalidade, ou seja, de não seguir padrões das federações internacionais das modalidades esportivas, sendo possível a

adaptação de regras, estrutura, espaços, materiais e gestos motores de acordo com as condições sociais e pessoais. Esta metodologia, não é seletiva e hipercompetitiva, não tem fim nela mesma e busca desenvolver habilidades e competências para além do aprendizado das técnicas e gestos motores, visando o desenvolvimento integral do indivíduo e mobilizando aprendizagens de conteúdos relacionados à saúde, cidadania, cultura, comunidade e protagonismo juvenil, contribuindo para a inclusão social. Neste contexto, são considerados indivíduos que compartilham decisões que afetam sua vida e o da comunidade (ROSSETTO JR, COSTA, D'ANGELO, 2008).

O Esporte Recreativo, com o Programa Esporte e Lazer na Cidade, trás nessa relação esporte e inclusão social da pessoa com deficiência, a questão da socialização do conhecimento, a interpretação social, da cultura e da relação social, com a formação de agentes, programação e planejamento de eventos esportivos. Considerando todo o contexto em que a pessoa com deficiência se encontra na sociedade, principalmente nas oportunidades de estabelecer relações e fortalecimento de vínculos, os autores Souza e Batista (2008), mencionam uma tendência de anular as influências ambientais e considerar que as dificuldades no desenvolvimento da pessoa com deficiência são vinculadas apenas aos problemas orgânicos específicos da deficiência. Destacam que as maiores dificuldades se devem ao modo de interpretação social dessas limitações, considerando as poucas oportunidades de contato com objetos da cultura e de estabelecimento de relações sociais.

O autor Del Prette (2005), complementa afirmando a importância da socialização no amadurecimento das habilidades sociais, pois na socialização é possível absorver informações sobre o ambiente e as pessoas ao seu redor. O sucesso nas habilidades sociais vai depender dos estímulos oferecidos e dos exemplos de competência social do seu ciclo de convivência.

A partir das descrições dos programas, das unidades de análise e das perspectivas de esportes utilizadas por eles, foram selecionadas quatro categorias, sendo elas: espaço físico, metodologia, modalidades esportivas e materiais.

TABELA XII - CATEGORIA 1: ESPAÇO FÍSICO.

| CATEGORIA | SEGUNDO TEMPO | ESPORTE E LAZER DA CIDADE |
|------------------|--|---|
| | Os espaços devem ser adequados às atividades a | Os núcleos são espaços de convivência social, onde as |

| | | |
|-----------------------------|---|--|
| <p>ESPAÇO FÍSICO</p> | <p>serem ofertadas e à quantidade de beneficiados atendidos. Além disso, devem ter condições mínimas de atendimento aos participantes, incluindo banheiros (ou acesso disponível em locais próximos), bebedouros (ou acesso à água), espaço para a realização das atividades complementares e distribuição do lanche ou refeição (quando for o caso).</p> <p>Podendo ser no ambiente da escola ou espaços comunitários (públicos ou privados);</p> <p>O núcleo deverá ter uma base definida, preferencialmente a escola, ou seja, um local onde os recursos humanos possam se reunir para organizar suas atividades e que seja referência para os alunos, famílias e Ministério do Esporte.</p> | <p>manifestações esportivas e de lazer são planejadas e desenvolvidas. As praças, as quadras, os salões paroquiais, os ginásios esportivos, os campos de futebol, os clubes sociais, são exemplos de espaços destinados aos núcleos. Nesses, as atividades físico-esportivas, socioculturais, artísticas, intelectuais acontecem tendo como princípio a gestão participativa e democrática.</p> <p>Visando a ressignificação dos espaços esportivos e de lazer existentes e a busca de outros para a efetivação das políticas públicas, os núcleos são tratados como locais de referência e podem descentralizar as suas ações/atividades para outros espaços configurados como subnúcleos. Com vistas a garantir que o núcleo cumpra seu papel de aglutinador, orientamos para que tenham, no máximo, dois subnúcleos, os quais devem manter vínculo direto com o núcleo.</p> <p>Núcleo urbano: está situado na sede do município, podendo ser instalado em bairros e em áreas metropolitanas periféricas agrupadas em seu redor, com o objetivo de atender aos habitantes dessas localidades.</p> <p>Núcleo de Povos e Comunidades Tradicionais: possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.</p> |
|-----------------------------|---|--|

Fonte: site do Ministério do Esporte.

Para os dois programas o espaço físico é visto como um lugar de planejamento das atividades e desenvolvimento delas, ou seja, de convivência social, tanto por parte dos alunos quanto dos professores e coordenadores. Essa relação é positiva para que as atividades sejam pensadas e adequadas ao lugar de desenvolvimento e pelo fato de compartilhar das condições de acessibilidade, podendo fazer alterações, se necessário. Possibilitando um acesso de igualdade para todos os alunos. Porém, a questão da acessibilidade para as pessoas com deficiência, não é mencionada nas descrições dos programas, está apenas implícita quando fazem referência ao espaço adequado.

Vale ressaltar a diferença entre acesso e acessibilidade, pelo fato de quando menciona, um espaço adequado está se referindo apenas a acessibilidade. Acesso é definido como a liberdade e a capacidade de obter alguma coisa, ou dela fazer uso. Ou seja, a garantia de acesso pressupõe a remoção de obstáculos físicos, financeiros e outros para a utilização dos serviços disponíveis (Vuori,1991). E nas normas brasileiras, a Acessibilidade pressupõe a "possibilidade e a condição de utilizar, com segurança e autonomia, os edifícios, o espaço, o mobiliário e os equipamentos urbanos" (NBR 9050/ABNT).

Um possível motivo que leva à baixa procura, apenas 2%, por parte das pessoas com deficiência a participarem dos dois programas é a precariedade do acesso aos espaços físicos. Envolvendo um problema geral, inserido na sociedade brasileira, que é a falta de transporte público adequado, que possibilite o acesso aos locais de prática esportiva. Além disso, grande parte dos locais destinados aos programas ainda não foram adaptados adequadamente para que ofereçam total acessibilidade a estas pessoas. Outro fator seria pelo fato das atividades adaptadas oferecidas nos programas, ainda estarem dentro de locais restritos, não atingindo o conhecimento da população em geral, limitando o seu acesso. Sendo assim, as condições precárias para a acessibilidade, nestes locais de prática das atividades, podem se configurar como um dos fatores de impedimento para a participação mais efetiva e envolvida da pessoa com deficiência.

O Programa Segundo Tempo, utiliza para o desenvolvimento das atividades escolas ou espaços comunitários, podendo ser público ou privado. Já o Programa Esporte e Lazer da Cidade, faz menção a espaços como praças, salões paroquiais, ginásios esportivos, campos de futebol e clubes sociais. Essa diferença se dá pela perspectiva do esporte, utilizada nos dois programas, como por exemplo, o programa Segundo Tempo, utiliza o Esporte Educacional priorizando o espaço escolar.

Segundo o Sistema de monitoramento e avaliação dos programas: Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte, realizada em 2010, a avaliação com relação ao espaço disponível nos núcleos dos dois programas, em geral, foi positiva, com grande maioria de respostas de que o local onde acontecem as atividades é bom, assim como o espaço interno e externo. A infraestrutura foi avaliada pela maioria como boa: iluminação, ventilação, limpeza e segurança. No entanto, obtiveram avaliações regulares ou ruins, também, que requerem de atenção.

Com relação ao Programa Esporte e lazer da Cidade, ainda segundo a avaliação, esses dados são preocupantes. Por ocasião das visitas dos pesquisadores, que realizaram a avaliação, nas cidades da amostra e nos núcleos do Programa, foram identificados, em quase todos os locais, problemas sérios na infraestrutura: falta de bebedouros, banheiros, cobertura do sol, limpeza, segurança, dentre outros. Porém, na avaliação dos participantes, as respostas positivas com relação à infraestrutura, fizeram concluir que, sendo o público atendido, em sua maioria, de baixa renda e vivendo em situações precárias, o que está sendo oferecido ainda é melhor do que a realidade vivida por eles, segundo o Sistema de monitoramento e avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte – Cap.4, o que não justifica de maneira alguma a precariedade do serviço, mostrando as dificuldades que estas populações apresentam em relação a autoestima e valorização de si próprios.

É de suma importância a criação de estratégias de mobilização das comunidades para a participação nas decisões governamentais sobre as condições urbanas para a vivência do esporte e lazer. Pelegrin (2004) afirma que, os espaços de esporte e lazer têm significado político, e neles encontraremos relações de poder, de controle e de hegemonia, dependendo do uso que se faz deles e de como são organizados. A resultante dessas relações de poder é a tensão entre o público e o privado, que interfere diretamente nas vivências do esporte e lazer nos diferentes espaços. Mais uma vez estamos diante das concepções de homem, de sociedade e de direitos que se articulam aos programas e projetos desenvolvidos pelas políticas públicas.

Rechia (2007, p. 329) completa destacando, também, a importância da participação comunitária nesse aspecto, dizendo que é necessário “não ignorar a necessidade de se preparar a comunidade para que ela própria tenha autonomia para escolher e conduzir as experiências no âmbito do lazer/esporte/cultura que melhor lhe convierem”.

TABELA XIII - CATEGORIA 2: METODOLOGIA.

| CATEGORIA | SEGUNDO TEMPO | ESPORTE E LAZER DA CIDADE |
|---------------------------|--|--|
| <p>METODOLOGIA</p> | <p>As atividades esportivas oferecidas aos núcleos devem ter caráter educacional, tendo como objetivo o desenvolvimento integral da criança, do adolescente e do jovem, de forma a favorecer a consciência de seu próprio corpo, explorar seus limites, aumentar as suas potencialidades, desenvolver seu espírito de solidariedade, de cooperação mútua e de respeito pelo coletivo.</p> <p>O processo de ensino-aprendizagem deve estar voltado para o estímulo à compreensão da convivência em grupo, das regras necessárias à organização das atividades, da partilha de decisões e emoções, fazendo com que o indivíduo possa reconhecer seus direitos e deveres para uma boa convivência social.</p> <p>A definição das modalidades a serem desenvolvidas junto aos beneficiados deverá considerar o contexto como um todo: disponibilidade de recursos físicos e humanos para desenvolvê-las, forma de organização e vigência do projeto (considerando a organização em ciclos pedagógicos).</p> <p>Oferta a cada beneficiado de atividades esportivas com frequência mínima de 2 vezes na semana, e de 3 horas diárias ou 3 vezes na semana, e de 2 horas diárias;</p> | <p>Construir, junto à população atendida pelo Programa, uma relação autônoma, crítica e protagonista, no campo do esporte e do Lazer. Para isso, o Programa considera todas suas ações como partes do processo pedagógico, que é iniciado a partir da elaboração do projeto técnico, também chamado de planejamento pedagógico e encerrado, enquanto ação do convênio/termo de cooperação, na prestação de contas. Dessa forma, no processo de construção do projeto, é essencial o conhecimento das diretrizes da Política Nacional de Esporte (PNE) e do Programa Esporte e Lazer da Cidade, bem como dos aspectos da organização das atividades do mesmo.</p> <p>As atividades sistemáticas e assistemáticas visam ampliar ações de democratização do acesso a conhecimentos e práticas de esporte e lazer, considerando direitos sociais de todos os cidadãos - diversas faixas etárias, incluindo as pessoas com deficiência, assim como fomentar ações integradas com as demais políticas públicas, com vistas à promoção de inclusão social e do desenvolvimento humano atendendo as seguintes tipologias: núcleo Urbano e para Povos e Comunidades Tradicionais.</p> |

Fonte: site do Ministério do Esporte.

As metodologias utilizadas nos programas usam o esporte como um meio favorável à inclusão social das pessoas com deficiência. Pois as atividades visam o

desenvolvimento integral, o aumento das potencialidades, a cooperação, o respeito ao coletivo e compreensão da convivência, valorizando os direitos e deveres.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade ao planejar as atividades junto à comunidade, promove a troca de experiência, a valorização da cultura e das pessoas da comunidade, além de ter a oportunidade de adequar as reais necessidades da população.

Em vista disto, os programas se apresentam como uma tentativa de construção de uma abordagem metodológica em que o esporte seja ensinado efetivamente como um direito de todos, na direção da inclusão, da cidadania e da cultura, mas que se configura como um grande desafio no sentido de mobilizar professores e monitores para que consigam superar as metodologias tradicionalmente utilizadas e que se remete a uma concepção mais restrita de esporte.

A falta de profissionais especializados para trabalharem com as pessoas com deficiência, pode ser outro motivo de impedimento para a adesão desse público nos dois programas. Os profissionais devem estar preparados para desenvolverem as potencialidades de seus alunos, tanto na dimensão educativa quanto na dimensão recreativa, sendo estes deficientes ou não.

Segundo Cordeiro (2010), um dos principais papéis desempenhados pelo professor é o de incluir as pessoas com deficiência no ambiente social, promovendo a inclusão destes alunos com os outros não deficientes, em aulas em que todos aprendam juntos. Assim, o professor deve estar seguro das estratégias que utilizará para atingir seus objetivos estabelecidos em planejamento prévio, além dos conteúdos que contemplarão; o autor ainda completa dizendo que mais do que tudo, o professor deve proporcionar à pessoa com deficiência segurança e afetividade, elementos fundamentais para o desenvolvimento desse grupo.

TABELA XIV- CATEGORIA 3: MODALIDADES ESPORTIVAS.

| CATEGORIA | SEGUNDO TEMPO | ESPORTE E LAZER DA CIDADE |
|-------------------------------|---|---|
| MODALIDADES ESPORTIVAS | Basquetebol, futebol de campo, futsal, handebol e voleibol, atletismo, canoagem, capoeira, ginásticas (rítmica/artística/olímpica), lutas, natação, remo, tênis de mesa e vela náutica, entre outras. | Atividades Sistemáticas com frequência mínima semanal. Sugere-se que, sempre que possível, a referida frequência seja de duas a três vezes por semana. Essas atividades, realizadas nos núcleos, devem contemplar os interesses da cultura corporal e lúdica, sendo |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>organizadas na forma de oficinas, com local e horário pré-estabelecidos (grade horária), de caráter permanente e/ou rotativo, de acordo com as características e interesses da comunidade.</p> <p>Exercícios físicos (terrestres ou aquáticos): alongamento, caminhada, ginástica, natação, hidroginástica, watsu, yoga, pilates, shiatsu, etc.;</p> <p>Esportivas: voleibol, handebol, basquete, futebol, skate, tênis de mesa, câmbio, etc.;</p> <p>Lutas: caratê, judô, taekwondo, etc.;</p> <p>Culturais e artísticas: música, teatro, artesanato, filmes, salas de leitura, etc.;</p> <p>Folclóricas; danças: regionais, contemporâneas, clássicas, ginástica coreografada, etc.; capoeira e suas adaptações jogos populares e de salão; jogos cognitivos: dama e xadrez; brinquedotecas; esporte recreativo e outras possibilidades de manifestações da cultura corporal do movimento.</p> <p>Cabe ressaltar que as oficinas deverão ser apropriadas aos interesses do público alvo, sendo imprescindível a adaptação das atividades às pessoas com deficiência (limitação física, mental, sensorial ou múltipla).</p> <p>Atividades Assistemáticas: Além da integração entre os participantes dos núcleos, entre núcleos e destes com a comunidade, os eventos favorecem o diálogo entre as experiências vividas fortalecendo os laços de cooperação, solidariedade e a capacidade de construir coletivamente um patrimônio comum.</p> |
|--|--|--|

Fonte: site do Ministério do Esporte.

Com relação às modalidades esportivas oferecidas, o Programa Segundo Tempo não cita modalidades adaptadas, já o Programa Esporte e Lazer da Cidade

coloca como prioridade a adaptação das atividades para as pessoas com deficiência, além de oferecer eventos esportivos, que visam construir laços de cooperação e coletividade.

No Sistema de monitoramento e avaliação dos programas: Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte, de 2010, relatou que as modalidades esportivas mais presentes nos Programas, que apareceram com maior frequência, foram futebol e futsal. Essa situação, portanto, confirma a hegemonia do futebol/futsal no contexto brasileiro. E faz repensar as propostas metodológicas dos programas e a supremacia das modalidades coletivas em relação às individuais, o que indica a necessidade de verificação de duas ações: se o padrão de oferta das atividades esportivas está sendo mesmo cumprido, no caso do Programa Segundo Tempo, ter no mínimo duas modalidades coletivas e uma modalidade individual, e no Programa Esporte e Lazer da Cidade, a democratização do acesso a conhecimentos e as práticas de diferentes esportes; e se a adesão às modalidades individuais não ocorre na proporção esperada.

Ao se aprofundarem sobre essa questão, os referidos autores destacam que o ensino do esporte deve ultrapassar a ideia da atenção apenas à técnica, à tática e às regras das modalidades. Mais do que isso, os professores e monitores do programa devem ajudar os alunos a problematizar, interpretar, relacionar e compreender as práticas corporais e a cultura em que essas estão inseridas (DARIDO; OLIVEIRA, 2009, p. 209). Além de ampliar as vivências com relação às modalidades e práticas esportivas.

Pode-se ressaltar, também, que o fator psicológico da pessoa com deficiência, deve ser levado em consideração quando o assunto é adesão a um determinado esporte ou modalidade, já que o medo de ser excluído, de se machucar, a vergonha de se expor e a sensação de estar no meio de muitas pessoas foram citadas no estudo de Moreira (2007), como fatores limitantes da prática esportiva (MOREIRA, 2007). Sendo assim, a prática da modalidade esportiva convencional, sem sofrer adaptações, pode levar a um constrangimento e um não interesse por parte das pessoas com deficiência.

TABELA XV - CATEGORIA 4: MATERIAIS.

| CATEGORIA | SEGUNDO TEMPO | ESPORTE E LAZER DA CIDADE |
|-----------|---------------|---------------------------|
|-----------|---------------|---------------------------|

| | | |
|-------------------------|--|---|
| <p>MATERIAIS</p> | <p>São disponibilizados aos beneficiados materiais de qualidade e que estimulem uma prática continuada e adequada. Para além da qualidade, existe também a preocupação com a variabilidade dos materiais, disponibilizando aos professores uma gama enorme de opções e adaptações. Isso potencializa a chance de beneficiados mais satisfeitos e vinculados por mais tempo junto aos núcleos do programa. Assim, para equipar um núcleo do PST, o Ministério do Esporte fornecerá um kit específico de material esportivo e suplementar, que atende ao desenvolvimento das atividades por até 3 ciclos pedagógicos.</p> <p>Para estimular ainda mais o processo de ensino-aprendizagem e padronização dos participantes, o Ministério do Esporte fornecerá um kit de uniforme.</p> | <p>Os materiais são distribuídos gratuitamente para o desenvolvimento de ações do Programa.</p> |
|-------------------------|--|---|

Fonte: site do Ministério do Esporte.

Os materiais oferecidos no Programa Segundo Tempo são: Bola de basquete adulto; Bola de basquete infantil; Bola de futebol de campo adulto; Bola de futebol de campo infantil; Bola de futebol de salão adulto; Bola de futebol de salão infantil; Bola de handebol adulto; Bola de handebol infantil; Bola de vôlei – oficial; Bola de vôlei – oficial infantil; Bola de borracha; Rede de basquete; Rede de futebol de campo; Rede de futebol de salão/handebol; Rede de vôlei; Cone médio; Cone grande; Bomba de encher bola; Bico para bomba de encher bola; Apito para arbitragem de plástico com cordão; Bambolê; Saco para transportar material esportivo; Corda de pular coletiva com manoplas; Corda de pular individual com manoplas; Jogos de dominó; Jogo de taco completo de madeira com bolinha de borracha; Jogos de frescobol; Peteca; Kit mini-traves de futebol; Colete de identificação; Cadeado; Caixa plástica com tampa para acondicionar o material.

E os materiais oferecidos no Programa Esporte e Lazer da Cidade são: Bola de Basquete adulto; Bola de Basquete Infantil; Bola de Futebol de Campo Adulto; Bola de Futebol de Campo Infantil; Bola de Futebol de Salão Adulto; Bola de Futebol de Salão Infantil/mirim; Bola de Handebol Adulto; Bola de Handebol Infantil; Bola de Vôlei –

Oficial; Bola de Vôlei – Oficial Infantil; Bola para Recreação de Borracha; Cone Médio; Rede de Futebol de Salão/Handebol; Rede de Vôlei; Bambolê; Peteca; Jogos de dominó; Bomba de encher bola; Bico para bomba de encher bola; Colete esportivo de Identificação; Saco para transportar material esportivo; Apito para arbitragem de plástico com cordão; Corda de pular coletiva com manoplas; Corda de pular Individual com manoplas; Jogo de taco de madeira com bolinha de borracha; Jogos de frescobol; Kit mini-traves de futebol.

E o Sistema de monitoramento e avaliação dos programas: Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte, de 2010, com relação ao material esportivo oferecido, pelos programas, considera que o material não é de qualidade boa nem em número suficiente. Mas, assim como a avaliação feita com relação ao espaço físico, para quem nada ou pouco tem, a avaliação dos materiais por parte dos alunos foi considerada positiva.

As práticas dentro dos programas não devem ser realizadas de forma separada e excludente. Devem ser trabalhadas em conjunto, de forma a proporcionar interação entre os alunos, independente de se ter uma deficiência ou não. Enfatizando que todos podem praticar esportes como e em conjunto com qualquer outra pessoa. Cabe ao professor desenvolver atividades que levem em consideração as possibilidades de cada integrante e não as defasagens que uns têm em relação aos outros. E a disponibilidade de materiais e adaptações feitas neles são fundamentais para a efetividade dessa proposta.

A inclusão social da pessoa com deficiência não deve ter seu foco somente na quebra das barreiras arquitetônicas existentes na sociedade, já que as barreiras sociais ainda são muitas e podem impedir que esta população pratique esporte, inclusive dentro das escolas. De acordo com Cordeiro (2010), a quebra destas barreiras sociais deve partir, inicialmente, da educação e do professor que tem a possibilidade de realizar aulas/atividades em conjunto com pessoas deficientes e não deficientes, fazendo com que todos os alunos interajam e se respeitem.

Porém não só dentro das escolas, mas nas Políticas Públicas e nos programas esportivos também, os quais sejam pensados e colocados em prática, de forma a incluir e não excluir ou constringer, com relação a acesso, acessibilidade, metodologia, espaço físico, modalidades, materiais e profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nem menos ou mais importante que outras ações, o esporte se apresenta como um dos requisitos indispensáveis para que o indivíduo possa atingir a dimensão total da inclusão social. Isso pode ser comprovado por ser um meio simples, acessível, barato e eficiente, atingindo a equidade, a dimensão recreativa, educativa e o alto rendimento, que pode ser considerado uma profissão e conseqüentemente uma autonomia de renda; além dos benefícios à saúde física e mental.

Mas para atingir essas dimensões, o esporte tem que estar alinhado a uma complexa política social que englobe governo e sociedade. Porém, para que possua força política e esteja presente nos diversos mecanismos e programas sociais, o esporte necessita de conscientização de sua relevância e ocupe lugar de destaque nas estratégias dos governos.

Pois, a relação esporte, inclusão social e pessoas com deficiência, são tratados como temas específicos e não dentro de um todo, tanto nos planos plurianuais analisados, quanto nas políticas públicas e programas. Porém necessitam ser pensados com base em políticas integradas e não isoladas, que podem ser vistas como parte da contextualização realizada por Suassuna et al. (2007), sobre a necessidade de políticas intersetoriais. Essas ações, devido a sua especificidade e abrangência, acabam interagindo com outras instâncias governamentais, seja em caráter Federal, Estadual ou Municipal, podendo trazer ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas e programas centradas em determinados territórios. Ao mesmo tempo, abrem-se desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas, sobretudo quando se considera a cultura clientelista e localista. Dessa forma, se as ações não forem pensadas em bases intersetoriais, podem estar fadadas ao fracasso.

Para que exista uma real participação da intersectorialidade é necessário construir espaços com objetivos comuns que possibilitem a comunicação entre as políticas de inclusão social, as esportivas, as da educação, saúde e com as de desenvolvimento urbano, no que se refere à troca de saberes, infraestrutura, acessibilidade, cultura, ocorrendo interações no processo de elaboração, formulação e execução da política, bem como, com a disponibilidade dos técnicos e gestores no processo de planejamento concomitantemente ao apoio político. Neste caso, a interdisciplinaridade ganha força quando os saberes técnicos conseguem sair da sua

pastas de origem e criar possibilidades de construção de uma política inclusiva e articulada às reais necessidades da população.

Nos Planos Plurianuais a discussão sobre a inclusão social de pessoas com deficiência, começa a ter uma maior visibilidade a partir de 2004 no Brasil com o plano plurianual de 2004 a 2007, o qual tem seu enfoque no cidadão e nos direitos humanos. Além de entrar em vigor uma Política Nacional do Esporte e Lazer que traz não só a dimensão do esporte de alto rendimento, mas também uma dimensão social. Tivemos também as Conferências Nacionais do Esporte que trouxeram discussões relevantes para o progresso esportivo brasileiro, no que diz respeito aos direitos humanos e sociais. Porém foram encontrados apenas dois programas que envolvessem o tema do esporte e da inclusão social de pessoas com deficiência, sendo eles o Programa Segundo Tempo e o Programa Esporte e Lazer da Cidade, ambos em desenvolvimento já no ano de 2004 até hoje. Ou seja, não foi criado mais nenhum programa que envolvesse esses temas ao longo dos anos.

Além de não ter novos programas, o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Programa Esporte e Lazer da Cidade e do Segundo Tempo, no ano de 2010, divulgou que apenas 2% da população atendida eram pessoas com deficiência. O que faz repensar o real impacto, a divulgação e as condições de acesso, metodologia, materiais e profissionais especializados para atender essas pessoas. Fica minha sugestão para estudos futuros e complemento para uma abrangência maior na discussão, ir a campo para analisar a efetividade dos programas.

Enfim, o esporte é pouco discutido como um meio para a inclusão social das pessoas com deficiência, tanto nos Planos Plurianuais, como nas Políticas Públicas, pois falta suporte e infraestrutura para que essa relação seja efetiva.

Na agenda governamental das pessoas com deficiência, a discussão da inclusão social tem início na educação, passa para a defesa dos direitos sociais, com destaque para a questão da moradia, inserção no mercado de trabalho e acessibilidade. No Plano Nacional dos Direitos da pessoa com deficiência, a questão esportiva está dentro da vertente da acessibilidade e não da inclusão social. E ganha um destaque maior, com relação a investimentos, nos grandes eventos esportivos, como as Olimpíadas e Paralimpíadas.

Sendo assim, nos últimos anos passamos a dispor de um Ministério específico para o esporte, uma Política Nacional do Esporte e Lazer, a realização de três Conferências Nacionais, decretos e leis a favor do esporte e da pessoa com

deficiência, sendo um período de aperfeiçoamento da legislação e do aparato normativo, além dos investimentos em infraestrutura esportiva, embora, evidentemente, se possa dizer que ainda existe um grande déficit em termos de infraestrutura, principalmente para as pessoas com deficiência. Um período, também, em que o Brasil evoluiu no seu posicionamento com relação ao mundo dos megaeventos esportivos, sendo sede do Pan-Americano, Parapan, Olimpíadas e Paralimpíadas e no esporte de alto rendimento, com ótimos resultados dos atletas paraolímpicos. Que com esse progresso traga, não só benefícios para o alto rendimento, mas também para os projetos sócio esportivos envolvendo as pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, M, A, B. GUTIERREZ, G, L. *A nova dimensão esportiva: Uma leitura do esporte e do lazer*. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, nº 116, janeiro de 2008.
- ALVES, J.A.B; PIERANTI, O.P. *O estado e a formulação de uma política nacional de esporte no Brasil*. RAE-eletrônica, v. 6 n. 1 Art. 1, jan./jun. 2007.
- AMARAL JR., A.; BURITY, J. A. Apresentação. In: AMARAL JR., A.; BURITY, J. A. (Org.). *Inclusão social, identidade e diferença: perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 9-18.
- ANDRADE, C. A; ALMEIDA, B.M; ANDRADE R. D. - Análise documental das políticas públicas de incentivo às práticas físico-esportivas para pessoas com deficiência no Brasil: perspectivas para as Paralimpíadas Rio- 2016. RG&PP vol. 4(1): 106-127, 2014.
- APPOLINÁRIO, F. *Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico*. São Paulo, Atlas, 2009.
- ARANHA, M.S.F.; *Integração Social do Deficiente: Análise Conceitual e Metodológica*. ; Temas em Psicologia; 2; 63-70; 1995.
- AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. *O Nível de Participação do Estado na Gestão do Esporte Brasileiro como Fator de Inclusão Social de Pessoas Portadoras de Deficiência*. R. bras. Ci. e Mov, v. 12, n. 1, p. 77-84, 2004.
- BAGNARA, I.C. *Educação Física e esporte adaptado para pessoas com deficiência física*. EFDesportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, ano 15, nº148, 2010.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70. 2004.
- BONALUME, Cláudia R.; EWERTON, Andréa N.; PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M. O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). In: PINTO, Leila M. S. M.; SILVA, Débora A. M.; BONALUME, Cláudia R.; RODRIGUES, Rejane P.; ARÁUJO, Luiz Roberto M. (Org.). *Brincar, jogar, viver*. 2008. v. 1: Lazer e intersetorialidade com o PELC. Ministério do Esporte.
- BOURDIEU, Pierre, (1983). *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero.

BRACHT, V. *A prática pedagógica em educação física: a mudança a partir da pesquisa-ação*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v.23, n.2, 2002.

BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

BRASIL. *CONSTITUIÇÃO: REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*. – Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. *Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm. Acesso: 19 Jun. 2015.

BRASIL. *DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm acesso em 30/05/2015

BRASIL. *DECRETO Nº 2.829, DE 29 DE OUTUBRO DE 1998*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2829.htm acesso em 28/01/2016.

BRASIL. *LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm acesso em 30/05/2015.

BRASIL. *Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm. Acesso: 19 Jun. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 914, de 6 de setembro de 1993. Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0914.htm. Acesso: 19 Jun. 2015.

BRASIL. *decreto 3.298/1999 de 20 de dezembro de 1999*. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/decreto/D3298.htm>. acesso em 01/05/2015.

BRASIL. *Decreto ESTADUAL N. 33.823, de 21 de setembro de 1991*
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/deflei33823.htm> acesso em 30/05/2015

BRASIL. *Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995.*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9092.htm Acesso em 30/05/2015

BRASIL. *Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.*
<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/pndhlei1904.htm> Acesso em 30/05/2015.

BRASIL. *LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998.*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9615consol.htm acesso em 30/05/2015.

BRASIL. *DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm acesso em 30/05/2015.

BRASIL. *Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001.*
http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10264.htm Acesso em 30/05/2015

BRASIL. *Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003.*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.671.htm Acesso em 30/05/2015

BRASIL. *DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.*
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
acesso em 30/05/2015

BRASIL. *DECRETO Nº 53.602, DE 23 DE OUTUBRO DE 2008*
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-53602-23.10.2008.html> acesso em 30/05/2015

BRASIL. *Decreto nº 53.603, de 23 de outubro de 2008.*
<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5aeda0f13cd3be5f83256c1e00423b1d/bf4009a57f642939032574f0004fee18?OpenDocument> acesso em 30/05/2015

BRASIL. *Política Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte. 2004.

BRASIL, *Plano Plurianual 2000-2003*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2000.

BRASIL, *Plano Plurianual 2004-2007*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2003.

BRASIL, *Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2007.

BRASIL, *Plano Plurianual 2012-2015*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2011.

_____. Lei no 12.593, de 18 de janeiro de 2012 (PPA 2012-2015).

BRASIL, *Relatório Geral da República Federativa do Brasil- Plano Plurianual 2008-2011*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2008.

BRASIL, *Plano Viver Sem Limites - Plano Plurianual 2012-2015*. Brasília: Ministério do Planejamento, 2011.

BRASIL, *Programa Segundo Tempo, Brasília*: Ministério do Esporte, 2014.

BRASIL, *Programa Esporte e Lazer na Cidade*. Brasília: Ministério do Esporte, 2015.

BRASIL, (2006), *Propostas aprovadas na I Conferência Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.

BRASIL, *Propostas aprovadas na II Conferência Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.

BRASIL, *Propostas aprovadas na III Conferência Nacional do Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.

BRASIL, Programa Nacional de Inovação em Tecnologia Assistiva (FINEP) – 2015. <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/observatorio/acessibilidade/programa-nacional-de-inovacao-em-tecnologia-assistiva> acesso em 18/01/2016.

BRAVO, R. S. *Técnicas de investigação social: Teoria e ejercicios*. 7 ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

BRUHNS, H. T. O jogo e o esporte. Revista Festur(Fundação de Esporte e Turismo), Curitiba, v.3, n.1, 9-11 p., 1991.

BURLANDY, Luciene. Segurança alimentar e nutricional: intersectorialidade e as ações de nutrição. 2004. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/saude13art01.pdf>>. Acesso em 07 jan. 2012.

BUSQUET, M.D. et. al... *Temas transversais em educação: base para uma formação integral*. Trad. Cláudia Shilling. 6. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CAGIGAL, J. M. El deporte en la sociedad actual. In Obras Selectas. Madrid: Comité Olímpico Español, 1996.

CÂMARA, Maria Luiza. Não se cria filho com as pernas. 3. ed. [s.n.]: [s.l.], [s.d.].

CAMARGO, W. X. de. O universo desportivo de cegos e deficientes visuais: uma interpretação. 1999. 159p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP. Campinas. 1999.

Conselho da Europa — *Carta Européia de Esporte Para Todos*: Autor: 1966.

CAPELLA, A. C. N.. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, v. 61, p. 20-40, 2005. ESPORTE: CARVALHO, L. C; ARAÚJO, F.P - UM CONTEÚDO EXCLUDENTE OU INCLUSIVO NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR?- Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 13, n. 4, p. 100-118, out./dez. 2015. ISSN: 1983-9030.

CAVALCANTI, K. B. *Esporte para todos – um discurso ideológico*. São Paulo: Ibrasa, 1984. CELLARD, A. *A análise documental*. In: *POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHICON, José Francisco, SOARES, Jane Alves , Compreendendo os Conceitos de Integração e Inclusão, <http://www.todosnos.unicamp.br:8080/lab/links-uteis/acessibilidade-e-inclusao/textos/compreendendo-os-conceitos-de-integracao-e-inclusao/> , acesso em 10 de Fevereiro de 2016, às 13:00.

CORDEIRO, T. P. Ambiente e acessibilidade para pessoas com deficiência no desenvolvimento de atividades esportivas em piscinas: um estudo de casos. 2010. Dissertação (Mestrado em Ambiente e Desenvolvimento) - Centro Universitário Univates, Lajeado, 2010.

Comitê Paralímpico Brasileiro.(S.D.). *Análise histórica dos Jogos Paralímpicos*. Disponível em: <http://www.cpb.org.br/jogos-paralimpicos/>.

COSTA, M. A; SOUZA, B. S (2004). Educação física e esporte adaptado: História, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, 25(3),27-42.

DARIDO, S, C. RANGEL, I, C, A. *Educação física na escola – Implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

DARIDO, Suraya Cristina; OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de. Procedimentos metodológicos para o Programa Segundo Tempo. In: OLIVEIRA, Amauri Aparecido Bássoli de; PERIM, Gianna Lepre (Org.). Fundamentos pedagógicos do Programa Segundo Tempo: da reflexão à prática. Maringá: EDUEM, 2009.

DECLARAÇÃO DE ALAMANCA E ENQUADRAMENTO DA AÇÃO NA ÁREA DAS NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS: ACESSO E QUALIDADE, Salamanca, Espanha, 7-10 de Junho de 1994, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Ministério da Educação e Ciência de Espanha.

Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. *Psicología das habilidades sociais na infancia: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

DRAIBE, Sonia Miriam. *Metodologia de análise comparativa de programas sociais*. Campinas, NEPP-UNICAMP, 1991. Trabalho apresentado em Seminário da CAGIGAL, J. M. Aires: Editorial Kapelusz, S.A. 1979. 118 p.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: PrenticeHall. 1984.

ESTADO DE SÃO PAULO. SECRETARIA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – Memorial da Inclusão.

FARAH, S. F. M. “Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas no nível local de governo”. *RAP – Revista de Administração Pública*, v. 35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001.

FARAH, S. F. M. *Gênero e Políticas Públicas*. *Estudos Feministas, Florianópolis*, 12(1): 360, janeiro-abril/2004

FONSECA, R. T. M. “O trabalho protegido do portador de deficiência”. 2000. (ONLINE), disponível na internet via: http://www.ibap.org/ppd/artppd/artppd_ricardofonseca01.htm, acesso em 28/05/2015.

GARAJAU, Narjara. *Articulação Intersetorial: uma estratégia de gestão para o Programa Cozinha Comunitária* [Dissertação de Mestrado]. Belo Horizonte; 2013.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. *A reorganização do processo de planejamento do governo federal: o PPA 2000-2003*. Texto para Discussão n. 726, Brasília: IPEA, 2000.

GIOVANNI, D.G. *As estruturas elementares das políticas públicas*. 2009.

IBGE *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. Disponível em: <<http://www.brasileirosnomundo.itamaraty.gov.br/a-comunidade/estimativas-populacionais-das-comunidades/estimativas-do-ibge/censo-demografico-ibge-2010.pdf>> Acesso em: 19 jun. 2015.

KINGDON, John. (2003) [1984]. *Agendas, Alternatives, and Public Policies*. 3a. Ed. New York: Harper Collins.

KORSAKAS, P. *O Esporte infantil: as possibilidades de uma prática educativa*. In: DE ROSE, D. *Esporte e atividade física na infância e na adolescência: uma abordagem multidisciplinar*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002. p. 21

KRUG, H. N. *A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na Educação Física Escolar*. Revista do Centro de Educação, n.19,p.2-7, ed.2002.

LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LE GOFF J. 1964 *La civilisation de Occident médiéval*, Arthaud, Grenoble-Paris (trad. portuguesa: Estampa, Lisboa, 1984).

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, EPU, 1986.

LUZ, Ricardo Silveira, *Gestão do Clima Organizacional*. Rio de Janeiro. Qualitymark, 2003.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980

MACHADO, Rosângela. *A (des)integração do aluno portador de deficiência na rede regular de ensino de Florianópolis, 1998*. Monografia (Especialização em Atividade Motora Adaptada). Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Educação escolar de deficientes mentais: problemas para a pesquisa e o desenvolvimento*. Cadernos CEDES. Campinas - SP, n° 46, p. 93 - 107, 1988 a.(A nova LDB e as necessidades educativas especiais).

____ *Integração x Inclusão - educação para todos*. Pátio, Porto Alegre - RS. n° 5, p. 4-5 maio / jun, 1998 b.

MARCELLINO, N. C. et al. *Lazer, cultura e patrimônio ambiental urbano: políticas públicas – os casos de Campinas e Piracicaba/SP*. Curitiba: OPUS, 2007.

MARQUES, Renato Francisco Rodrigues; GUTIERREZ, Gustavo Luis; ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. *O esporte contemporâneo e o modelo de concepção das formas de manifestação do esporte*. *Revista Conexões*. Campinas, UNICAMP V. 6, n.2, 2008.

MARQUES, R. F. R. et al. *Esporte olímpico e paraolímpico: coincidências, divergências e especificidades numa perspectiva contemporânea*. *Rev. Bras. Educ. Fís. Esporte*, São Paulo, v.23, n.4, p.365-77, out./dez. 2009.

MAZZOTTA, M. J. S. Acessibilidade e a indignação por sua falta. In: 1ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ACESSIBILIDADE VOCÊ TAMBÉM TEM COMPROMISSO. Brasília, Caderno de textos, p 30-32, 2006.

MEAD, L. M. *“Public Policy: Vision, Potential, Limits”, Policy Currents*, Fevereiro: 1-4. 1995.

MELO, V. A. Apontamentos para uma história comparada do esporte: um modelo heurístico. *Rev. bras. Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.24, n.1, p.114. - jan./mar., 2010

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio da pesquisa social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p.9-29.

MOREIRA, W. C. et al. Fatores que influenciam a adesão de deficientes motores e deficientes visuais à prática desportiva. *Revista Digital*, Buenos Aires, ano, 11, n. 104, jan. 2007

NERI, A. L. (2003). *Qualidade de vida na velhice*. In J. R. Rebelatto & J. R. S. Morelli (Orgs.), *Fisioterapia geriátrica* (pp.9-34). São Paulo: Manole.

OMS (Org.) *Organização Mundial da Saúde*. Disponível em: <<http://www.who.int/countries/bras/es/>>. Acesso em: 19 Jun. 2015.

ONU – Organizações Das Nações Unidas. (2008) A ONU e as pessoas com deficiência.

PENAFORT, J. D. A integração do esporte adaptado com o esporte convencional a partir da inserção de provas adaptadas: um estudo de caso. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

PEREIRA, Olívia et al. Educação especial: atuais desafios. Rio de Janeiro : Interamericana, 1980. Cap. 1, p.1-13: Princípios de Normalização e de Integração na educação dos excepcionais.

PEREIRA, Márcia Angare (2005). “*Capacitação de funcionários da área de atendimento: relato de uma experiência bem sucedida de melhoria de qualidade dos serviços prestados ao cidadão*”. X Congreso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santiago, Chile, 18 - 21 Oct. 2005.

PELEGRIN, D.A. Equipamentos de Lazer. In GOMES, L.C (org.) Dicionário Crítico do Lazer – Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

PEREIRA, L.Y.K, TEIXEIRA, M.S. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social - Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PRONI, M. W. A Reinvenção dos Jogos Olímpicos: um projeto de marketing.

Revista Esporte e Sociedade, ano 3, n. 9, jul./out., 2008.

RECHIA, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. Revista Movimento, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

ROSSETO JR, A.J.COSTA, C.M.; D'ANGELO, F.L. *Práticas Pedagógicas Reflexivas em Esporte Educacional: unidade didática como instrumento de ensino e aprendizagem*. São Paulo: PHORTE, 2008.

RUBIO(2002) Do Olimpo ao Pós-olimpismo: elementos para uma reflexão sobre o esporte atual. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, 16(2): 130-43, jul./dez., 2002

SAETA, B. P. *Gestão Educacional e alunos com necessidades especiais: novos desafios. In: Inclusão e exclusão Múltiplos contornos da educação brasileira. 2 a ed., São Paulo: Expressão e arte, 2006, p. 59-71.*

SANFINS, M. P; DIAS, R.B. *ANÁLISE DE POLÍTICA: UMA REVISÃO DA LITERATURA Policy analysis: a review. Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social – RGS. 2012.*

SANTOS, T.R; ALVES, F.P; FRANÇA, I.S.X. *Políticas Públicas direcionadas às Pessoas com deficiência: uma reflexão crítica. Revista Ágora, Vitória, n.15, 2012, p. 210-219.*

SÁ-SILVA, J.R; ALMEIDA, C.D; GUINDANI J.F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas - Revista Brasileira de História & Ciências Sociais Ano I - Número I - Julho de 2009 ISSN: 2175-3423. SASSAKI, R. K. *Inclusão: O paradigma do século 21. Inclusão, Brasília, v.1, n.1, p. 19-23, out. 2005.**

SASSAKI, R. K. *Panorama geral da inclusão social. In: SEMINÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA SOBRE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 1., 2003. Disponível em: <<http://www.ceset.unicamp.br>>. Acesso em: 15/05/2015.*

SHITSUKA, Ricardo; ALEXANDRUX, Marcos; GOUVEA, Eduardo Penna.; *VISÃO HISTÓRICA DA SOCIEDADE SOBRE AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS; Revista Científica Brasileira; 2; 45-52; 2008.*

SILVA, R.L.C., DAMACENO, A.D., MARTINS, M.C.R., Sobral, K.M., & Farias, I.M.S. (2009). *Pesquisa Documental: Alternativa Investigativa na Formação Docente. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, Paraná. Anais... Paraná: PUCPR. p. 4554-4566.*

SOUZA, C. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura - Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45*

Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e S621 Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte / Eustáquia Salvadora de Sousa... [et al.]. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

SOUZA, C. M. L. de; BATISTA, C. G. *Interação entre Crianças com Necessidades Especiais em Contexto Lúdico: Possibilidades de Desenvolvimento*. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 21, n.3, 2008, p. 383-391.

SOUZA, Eustáquia Salvadora., Noronha, Vânia., Ribeiro, Carla., Teixeira, Daniel., Fernandes, Duval., & Venâncio, Maria Aparecida. (2010). Sistema de monitoramento & avaliação dos programas Esporte e Lazer da Cidade e Segundo Tempo do Ministério do Esporte. Belo Horizonte: O Lutador.

TEIXEIRA, A. C. M. *Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil*. 2010. 132 f. Dissertação (mestrado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

TUBINO, M. J. G. *Teoria geral do esporte*. São Paulo: Ibrasa, 1987.

TUBINO, J. M. G. *Dimensões sociais do esporte*. São Paulo: Cortez: Autores associados, 1992

TUBINO, M. J. G. *O esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias*. São Paulo: Ibrasa, 1996.

TUBINO, M, J, G. *Dimensões sociais do esporte*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

TUBINO, M. J. G.; GARRIDO, F.; TUBINO, F. *Dicionário enciclopédico Tubino do esporte*. Rio de Janeiro: SENAC, 2006.

TUBINO, M. J. *Estudos brasileiros sobre o esporte: ênfase no esporte-educação*. Eduem, 2010. 163 p.

Vuori H (1991) A qualidade da Saúde. *Divulgação em Saúde para Debate*, 3:17-25.

ZUCHETTO, A. T; CASTRO, R. L. V. G. *As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos*, Rev Kinesis. n.26, p. 52-166, 2002.

ANEXO I

LEGISLAÇÃO FEDERAL BRASILEIRA PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

| DECRETOS/LEIS | DESCRIÇÃO COM RELAÇÃO AO ESPORTE |
|--|---|
| <p><u>LEI Nº 9.615, DE 24 DE MARÇO DE 1998.</u></p> <p>Art. 1º O desporto brasileiro abrange práticas formais e não formais e obedece às normas gerais desta Lei, inspirado nos fundamentos constitucionais do Estado Democrático de Direito. § 1º A prática desportiva formal é regulada por normas nacionais e internacionais e pelas regras de prática desportiva de cada modalidade, aceitas pelas respectivas entidades nacionais de administração do desporto. § 2º A prática desportiva não-formal é caracterizada pela liberdade lúdica de seus praticantes</p> | <p>Art. 2º O desporto, como direito individual, tem como base os princípios: I - da soberania, caracterizado pela supremacia nacional na organização da prática desportiva; II - da autonomia, definido pela faculdade e liberdade de pessoas físicas e jurídicas organizarem-se para a prática desportiva; III - da democratização, garantido em condições de acesso às atividades desportivas sem quaisquer distinções ou formas de discriminação; IV - da liberdade, expresso pela livre prática do desporto, de acordo com a capacidade e interesse de cada um, associando-se ou não a entidade do setor; V - do direito social, caracterizado pelo dever do Estado em fomentar as práticas desportivas formais e não-formais; VI - da diferenciação, consubstanciado no tratamento específico dado ao desporto profissional e não profissional; VII - da identidade nacional, refletido na proteção e incentivo às manifestações desportivas de criação nacional; VIII - da educação, voltado para o desenvolvimento integral do homem como ser autônomo e participante, e fomentado por meio da prioridade dos recursos públicos ao desporto educacional; IX - da qualidade, assegurado pela valorização dos resultados desportivos, educativos e dos relacionados à cidadania e ao desenvolvimento físico e moral; X - da descentralização, consubstanciado na organização e funcionamento harmônicos de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual, distrital e municipal; XI - da segurança, propiciado ao praticante de qualquer modalidade desportiva, quanto a sua integridade física, mental ou sensorial; XII - da eficiência, obtido por meio do estímulo à competência desportiva e administrativa. Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios: <u>(Incluído pela Lei nº 10.672, de</u></p> |

| | |
|--|---|
| | <p>2003) I - da transparência financeira e administrativa; <u>(Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)</u> II - da moralidade na gestão desportiva; <u>(Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)</u> III - da responsabilidade social de seus dirigentes; <u>(Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)</u> IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e <u>(Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003)</u> V - da participação na organização desportiva do País. <u>(Incluído pela Lei nº 10.672, de 2003).</u></p> |
| <p><u>DECRETO Nº 3.298, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999.</u></p> <p>Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.</p> | <p>Art. 6º São diretrizes da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência: I - estabelecer mecanismos que acelerem e favoreçam a inclusão social da pessoa portadora de deficiência; II - adotar estratégias de articulação com órgãos e entidades públicos e privados, bem assim com organismos internacionais e estrangeiros para a implantação desta Política; III - incluir a pessoa portadora de deficiência, respeitadas as suas peculiaridades, em todas as iniciativas governamentais relacionadas à educação, à saúde, ao trabalho, à edificação pública, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à habitação, à cultura, ao esporte e ao lazer; IV - viabilizar a participação da pessoa portadora de deficiência em todas as fases de implementação dessa Política, por intermédio de suas entidades representativas; V - ampliar as alternativas de inserção econômica da pessoa portadora de deficiência, proporcionando a ela qualificação profissional e incorporação no mercado de trabalho; e VI - garantir o efetivo atendimento das necessidades da pessoa portadora de deficiência, sem o cunho assistencialista.</p> |
| <p><u>DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.</u></p> <p>Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras</p> | <p>Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se: VII - edificações de uso coletivo: aquelas destinadas às atividades de natureza comercial, hoteleira, cultural, esportiva, financeira, turística, recreativa, social, religiosa, educacional, industrial e de saúde, inclusive as edificações de prestação de serviços de atividades da mesma natureza;</p> |

| | |
|---|---|
| providências. | |
| Lei nº 9.092, de 12 de setembro de 1995: Destina a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal à Federação Nacional das APAEs e determina outras providências | Art. 1º Será destinada anualmente à Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAEs a renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal ou teste que a suceder. |
| Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996: Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH. | Criar e fortalecer programas de educação para o respeito aos direitos humanos nas escolas de primeiro, segundo e terceiro grau, através do sistema de "temas transversais" nas disciplinas curriculares, atualmente adotado pelo Ministério da Educação e do Desporto , e através da criação de uma disciplina sobre direitos humanos. |
| Lei nº 10.264, de 16 de julho de 2001: Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto . | <p>Art. 2º O art. 56 da <u>Lei nº 9.615, de 1998</u>, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º a 5º: <u>§ 1º</u> Do total de recursos financeiros resultantes do percentual de que trata o inciso VI do caput, oitenta e cinco por cento serão destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro e 15% ao Comitê Paralímpico Brasileiro, devendo ser observado, em ambos os casos, o conjunto de normas aplicáveis à celebração de convênios pela União. <u>§ 2º</u> Dos totais de recursos correspondentes aos percentuais referidos no § 1º, dez por cento deverão ser investidos em desporto escolar e cinco por cento, em desporto universitário. <u>§ 3º</u> Os recursos a que se refere o inciso VI do caput:</p> <p>I – constituem receitas próprias dos beneficiários, que os receberão diretamente da Caixa Econômica Federal, no prazo de dez dias úteis a contar da data de ocorrência de cada sorteio; II – serão exclusiva e integralmente aplicados em programas e projetos de fomento, desenvolvimento e manutenção do desporto, de formação de recursos humanos, de preparação técnica, manutenção e locomoção de atletas, bem como sua participação em eventos desportivos: <u>§ 4º</u> Dos programas e projetos referidos no inciso II do § 3º será dada ciência aos Ministérios da Educação e do Esporte e Turismo. <u>§ 5º</u> Cabe ao Tribunal de</p> |

| | |
|---|---|
| | <p>Contas da União fiscalizar a aplicação dos recursos repassados ao Comitê Olímpico Brasileiro e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro em decorrência desta Lei." (NR).</p> |
| <p>Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003: Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.</p> | <p>Art. 1º-A. A prevenção da violência nos esportes é de responsabilidade do poder público, das confederações, federações, ligas, clubes, associações ou entidades esportivas, entidades recreativas e associações de torcedores, inclusive de seus respectivos dirigentes, bem como daqueles que, de qualquer forma, promovem, organizam, coordenam ou participam dos eventos esportivos. <u>(Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).</u></p> <p>Art. 2º Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva. Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se a apreciação, o apoio ou o acompanhamento de que trata o caput deste artigo.</p> <p>Art. 2º-A. Considera-se torcida organizada, para os efeitos desta Lei, a pessoa jurídica de direito privado ou existente de fato, que se organize para o fim de torcer e apoiar entidade de prática esportiva de qualquer natureza ou modalidade. <u>(Incluído pela Lei nº 12.299, de 2010).</u></p> |

Fonte: Memorial da Inclusão, Secretaria do Estado de São Paulo.

TABELA II – LEGISLAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO DESTINADAS PARA AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

| DECRETOS ESTADUAIS | DESCRIÇÃO COM RELAÇÃO AO ESPORTE |
|---|--|
| Decreto nº 33.823, de 21 de setembro de 1991: Institui o Programa Estadual de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência. | Artigo 3º - O Programa Estadual de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, nos moldes dos objetivos estabelecidos no artigo anterior, será executado, de forma conjunta e integrada, observadas as respectivas áreas de atuação e a competência legal dos dirigentes, pelas seguintes Secretarias de Estado e suas entidades vinculadas: I - da Educação; II - da Cultura; III - da Fazenda; IV - do Menor; V - de Esportes e Turismo; VI - da Saúde; VII - da Infra-Estrutura Viária; VIII - do Trabalho e da Promoção Social; IX - dos Transportes Metropolitanos; X - do Governo. |
| Decreto nº 53.602, de 23 de outubro de 2008: Dispõe sobre a outorga da Medalha do Mérito Esportivo do Governo do Estado de São Paulo. | Artigo 1º - Fica outorgada a Medalha do Mérito Esportivo do Governo do Estado de São Paulo aos seguintes atletas paraolímpicos : I - ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA; II - ODAIR FERREIRA DOS SANTOS; III - DANIELE BERNARDES DA SILVA; IV - FABIANA HARUMI SUGIMORI; V - JOON SOK SEO. |
| Decreto nº 53.603, de 23 de outubro de 2008: Institui o Comitê de Apoio ao Paradesporto , encarregado da elaboração do Plano de Ação Paradesportivo do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. | Considerando que o artigo 217 da Constituição Federal dispõe que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais como direito de cada um; Considerando que o artigo 264 da Constituição Estadual dispõe que o Estado apoiará e incentivará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de todos; Considerando que o artigo 266, inciso V, da Constituição Estadual, dispõe que as ações do Poder Público e a destinação de recursos orçamentários para o setor darão prioridade à adequação dos locais já existentes e previsão de medidas necessárias quando da construção de novos espaços, tendo em vista a prática de esportes e atividades de lazer por parte das pessoas com deficiência, idosos e gestantes, de maneira integrada aos demais cidadãos; Considerando que |

| | |
|--|---|
| | o artigo 267 da Constituição Estadual dispõe que o Poder Público incrementará a prática esportiva às crianças, aos idosos e às pessoas com deficiência; |
|--|---|

Fonte: Memorial da Inclusão, Secretaria do Estado de São Paulo.

ANEXO II

C A R T A D E B A T A T A I S

Esta Carta constitui uma síntese das questões analisadas pelos participantes do "Encontro de Avaliação do Sub-programa de Preparação de Recursos Humanos em Educação Física para Educação Especial", e tem por objetivo estimular reflexões e propor estratégias de ação para a Educação Física, Desportos e Lazer das pessoas portadoras de deficiência.

CONSIDERANDO QUE:

- a UNESCO estabelece que a prática da Educação Física é um direito fundamental de todos e que os programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos no seio da sociedade (Carta Internacional de Educação Física e Desportos, 1978);
- cerca de 10% da população brasileira é portadora de algum tipo de deficiência e que a sua quase totalidade não tem acesso à Educação Física, Desportos e Lazer;
- a Educação Física, Desportos e o Lazer têm um importante papel no processo de educação, de prevenção, de habilitação, de reabilitação e de socialização das pessoas portadoras de deficiência;
- a Educação Física e o Desporto evidenciam o potencial das pessoas portadoras de deficiência, influenciando positivamente no processo de auto-estima e valorização das mesmas pela sociedade;
- as pessoas portadoras de deficiência tem demandado, cada vez mais, a participação em atividades de Educação Física, Desportos e Lazer;
- é dever do Governo e da Sociedade, como um todo, promover a socialização, a saúde, a educação e o lazer das pessoas portadoras de deficiência;
- os órgãos públicos responsáveis pela política de saúde e os complexos hospitalares, na sua maioria, desconsideram a importância da Educação Física, Desportos e Lazer, para as pessoas portadoras de deficiência;
- os órgãos públicos responsáveis pela política de Educação Física, Desportos e Lazer, na sua maioria, tem sido omissos às questões das pessoas portadoras de deficiência;
- a grande maioria das Escolas públicas e privadas não tem oportunizado a prática da Educação Física às pessoas portadoras de deficiência;
- os Clubes Desportivos e de Lazer não tem atendido as necessidades dos seus associados portadores de deficiência;
- a iniciativa privada não tem assumido a sua parcela de responsabilidade na promoção da pessoa portadora de deficiência;
- existe carência de profissionais especializados para a área de Educação Física, Desportos e Lazer, para as pessoas portadoras de deficiência;
- a grande maioria dos recursos humanos que vem atuando na área de Educação Física, Desportos e Lazer para pessoas portadoras de deficiência não possui habilitação para exercer tal função;
- o professor de Educação Física, não tem sido incluído nas equipes interdisciplinares das Instituições de Ensino Especial e de Saúde;
- as Escolas de Educação Física, com raras exceções não tem capacitado profissionais para atuar na área de Educação Física, Desportos e Lazer para pessoas portadoras de deficiência;
- existe carência de documentação e recursos bibliográficos relacionados à Educação Física, Desportos e Lazer para pessoas portadoras de deficiência;
- o número de pesquisas sobre Educação Física, Desporto e Lazer para pessoas portadoras de deficiência, realizadas no Brasil é irrisório;
- existe deficiência de instalação e recursos didáticos para o ensino e a prática da Educação Física, Desportos e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência;

SUGERE-SE:

- o desenvolvimento, por parte dos Governos Federal, Estadual e Municipal, de programas de Educação Física, Desportos e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência;
- uma maior integração entre os diversos órgãos governamentais que atendem as pessoas portadoras de deficiência;
- o incentivo às Empresas e Pessoas Físicas que desenvolvam programas de Educação Física para as pessoas portadoras de deficiência;
- a manutenção pelas Escolas Públicas, Privadas, Confederações, Associações e Clubes, de um sistema que efetive a prática da Educação Física, Desportos e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência;

...

- ...
- a integração da Comunidade, especialmente a Família, aos programas desenvolvidos pelo Governo e pela iniciativa privada, para estímulo à prática de Educação Física, Desportos e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência;
 - a participação das pessoas portadoras de deficiência nos eventos desportivos oficiais e privados;
 - a garantia da inclusão do professor licenciado em Educação Física na equipe interdisciplinar que atenda as pessoas portadoras de deficiência (portaria nº 69/89/MEC/CENESP);
 - a inclusão nos currículos dos cursos de Graduação em Educação Física de disciplina e ou conteúdos relacionados às pessoas portadoras de deficiência;
 - a implantação de Cursos de Pós-Graduação e Atualização destinados à profissionais dessa área;
 - a melhoria das condições de trabalhos dos profissionais que atuam na área de Educação Física, Desportos e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência;
 - a adequação e a ampliação do número das instituições desportivas públicas e privadas e vias de acesso, para facilitar a prática de atividade física para as pessoas portadoras de deficiência;
 - o credenciamento de profissionais de Educação Física junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social, integrando-o à equipe de reabilitação;
 - a criação e ou melhoria de espaços físicos adequados à prática da Educação Física, nos Centros de Reabilitação e Hospitais;
 - o incentivo à produção de equipamentos e materiais esportivos apropriados para as pessoas portadoras de deficiência;
 - a eliminação das barreiras arquitetônicas quando da elaboração e execução dos projetos de instalações desportivas, públicas e privadas e dos equipamentos destinados à Educação Física, Desportos e Lazer, observando as normas técnicas para relacionar a funcionalidade das mesmas;
 - o estímulo à publicação, tradução, documentação e divulgação da bibliografia e pesquisa na área de Educação Física, Desportos e Lazer;
 - o fomento à pesquisa na área de Educação Física, Desportos e Lazer para as pessoas portadoras de deficiência, por parte das agências financiadoras e Instituições de Ensino.

BATATAIS/SP - Dezembro de 1.986

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES

- | | |
|--------------------------------|--|
| - Alberto Martins da Costa | - Univ. Fed. de Uberlândia. |
| - Aldo Carlitos Potrich | - Ass. Riograndense de Paralíticos e Amputados - ARPA. |
| | - Inst. Educacional Nazareth - APAE - Porto Alegre. |
| - Almir Liberato da Silva | - Univ. Fed. do Amazonas. |
| - Antonio João M. Conde | - Inst. Benjamin Constant |
| - Barbara Ann Baptista | - Secretaria Municipal de Esportes de Belo Horizonte. |
| | - APAE - Batatais. |
| - Carmen Luiza C. Belga | - APAE - Batatais. |
| - Celia Cristina C. Villena | - Fundação Catarinense de Educação Especial. |
| - Eduardo Carneiro Schutz | - Univ. Fed. de São Carlos - Fac. de Educ. Física de Batatais. |
| | - Sec. de Educação de Rondônia. |
| - Eduardo Ravagni | - SEED/MEC |
| | - Univ. Est. de Londrina. |
| - Edson Lucio Kozan | - Federação Brasileira das APÉFs |
| - Eron Beresford | - Univ. Fed. do Rio Grande do Sul. |
| - Ervino Nesello | - Sec. de Ed. do Pará - DEFID |
| - Eustáquia Salvadora de Sousa | - SEED/MEC |
| - Francisco Camargo Netto | |
| - Franklin Ronaldo M. Tavares | |
| - Idalina A. Lucas Costa | |

...

- ...
- Ivair de Lucca
 - Kátia Euclides L. e Borges
 - Maria Cesarina G.B. Santos
 - Maria Cinto Campeiz
 - Marina Beatriz Neves
 - Martha Oliva Matte
 - Osmani Cesar Campeiz
 - Paulo Eduardo C. de Mello
 - Pe. Roque Vicente Beraldi
 - Pedro Américo S. Sobrinho
 - Renato Henrique Silveira
 - Reré de Deus Tranquilini
 - Rivaldo Gonçalves Martins
 - Sidney de Carvalho Rosadas
 - Salomão Abid Neto
 - Tânia M^a de A. Alagão
 - Tania Regina P. Braga
 - Valdir Fischer
 - Vanilton Senatore
 - Verena Junghanel
 - Univ. Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CEFID-UDESCO).
 - Sec. de Esporte Lazer e Turismo de Minas Gerais.
 - Fac. de Ed. Física - PUC/Campinas/São Paulo.
 - Fac. de Ed. Física de Batatais.
 - Sec. de Ed. Especial/MEC.
 - APAE/Guaíba/RS.
 - Fac. de Ed. Física de Batatais.
 - APAE/Pirassununga/SP.
 - Fac. de Ed. Física de Batatais.
 - Univ. Fed. de Minas Gerais.
 - Fund. Catarinense de Ed. Especial.
 - Organização Santamarense de Ed. Cultura-OSEC/SP.
 - Academia Classe A - DF.
 - Fac. Int. Castelo Branco - FICAB/Rio de Janeiro.
 - Univ. Gama Filho (Dep. de Educação Física).
 - DEMEC/SP.
 - Fund. RioGrandense de Atendimento ao Excepcional - FAERS/RS.
 - Associação Salgado de Oliveira de Educ. e Cultura/RJ.
 - DEMEC/RS.
 - Coordenação Nac. de Integração da pessoa Deficiente.
 - SEED/MEC.
 - Escola de Educação Física USP/SP.

ANEXO III

Os painelistas que debateram o tema do esporte, cultura e lazer na III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2012, foram: Andrew George Parsons, graduado em Jornalismo & Marketing e atual Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB); Cláudia Werneck, pós-graduada em Comunicação e Saúde pela Fiocruz e Jornalista; Márcia Helena Gonçalves Rollemberg, Ministério da Cultura e especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde, além de ser a Secretária da Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura; e Wilken Souto, do Ministério do Turismo e Bacharel em Turismo, pós-graduado em Gestão de Projetos e especialista em Administração Pública, além de ser o coordenador – Geral de segmentação do Turismo. São profissionais formados em diferentes áreas, porém ligados ao tema das pessoas com deficiência, a introdução da discussão sobre o esporte nessa conferência, mostra um avanço e um olhar diferenciado em relação ao que se entende por esporte e a sua contribuição para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, ou seja, outras áreas começam a discutir a importância do esporte como um instrumento para a inclusão social. Foram discutidos os seguintes pontos, retirados do relatório final da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência:

“1) Implantar e implementar, nas três esferas, Políticas Públicas de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo para as pessoas com deficiência (incluindo autismo e albinismo), com transtornos globais e com altas habilidades/superdotação, contemplando: a) Destinação de recursos públicos para a criação e a adaptação de espaços físicos públicos e privados acessíveis, considerando o desenho universal, como também a pintura das modalidades paradesportivas, e adequados para a prática desportivas, nas diversas modalidades esportivas, inclusive visando projetos esportivos paradesporto, culturais e turísticos; b) Garantia de aparelhos e equipamentos específicos com adaptações para a participação efetiva dessas pessoas, inclusive nas associações, academias ao ar livres e nas praias (velas, surf, caiaques, dentre outros); c) Designação de equipe multidisciplinar, em todas as áreas profissionais, nos programas de participação e rendimento, com profissionais e professores de apoio habilitados (fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, professores de educação física e especialistas em treinamento esportivo, dentre outros) e qualificados para execução das atividades, utilizando quando necessário a língua brasileira de sinais – libras; e) Realização de programa de capacitação continuada dos profissionais para execução das atividades e f) Implantação de programas de turismo acessível, alinhados a política nacional de turismo.” (BRASIL, 2012 p.39).

“2) Adequar e criar espaço cultural multiuso considerando o desenho universal, nas três esferas de governo, bem como promover eventos culturais com participação das Pessoas com Deficiência com o objetivo de promover a inclusão social. Fazer cumprir a lei de acessibilidade

universal em todas as atividades e eventos culturais organizadas por empresas, órgãos e instituições com ofertas | 40 | Propostas Aprovadas | Esporte, Cultura e Lazer de serviços turísticos como, por exemplo, interpretação em Libras, material promocional em Braille, fonte ampliada, tecnologias assistivas e acessibilidade em língua de sinais, audiodescrição, entre outros, possibilitando assim, que as informações turísticas sejam disponibilizadas através da Libras e sistema de voz em passeios, roteiros, visitas, Mostras e Museus, entre outros.” (BRASIL, 2012 p.39).

“3) Divulgar e disponibilizar o acesso de livros no Sistema Braille, Sistema de voz e vídeos em Libras em Casas de Cultura, Bibliotecas, ponto de cultura e ponto de leitura.” – (BRASIL, 2012 p 40).

“4) Criar e fomentar nos três níveis federativos, núcleos de paradesporto, centros de referência paralímpica e surdolímpica, valorizando e fomentando a utilização dos espaços públicos e de instituições de ensino e institutos federais já existentes no Brasil e outras, para o desenvolvimento de ações que favoreçam a inclusão social das pessoas com deficiência (crianças, jovens, adultos e idosos), tendo a preocupação da universalização das estruturas físicas nas ações paradesportivas, garantindo a contratação, capacitação e formação continuada de profissional especializado para execução do treinamento das praticas paradesportivas.” – (BRASIL, 2012 p.40).

“5) Garantir a igualdade de premiação para pessoas com deficiência participantes de competições e modalidades paradesportivas individuais e coletivas, que estejam ligadas a paralimpíada e surdolimpíada, de acordo com os rankings nacionais, estaduais e municipais, organizados ou não pelas federações.” (BRASIL, 2012 p. 41).

“6) Garantir recursos financeiros do Ministério do Esporte para eventos paradesportivos, nas três esferas, para investimento em atividades esportivas, culturais, turísticas e de lazer, contemplando todas as áreas da deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e surdolímpicos.” (BRASIL, 2012 p. 41).

“7) Garantir que o repasse financeiro do Ministério da Cultura, do Ministério do Turismo e da iniciativa privada para os municípios e estados sejam feitos através de programas que contemplem os grupos que trabalham e desenvolvem atividades de arte e cultura com pessoas com deficiência, seja efetivado mediante comprovação da promoção e inclusão dessas pessoas.” (BRASIL, 2012 p. 41).

“8) Criar e prover os seguintes fundos, nas três esferas, com gestão dos conselhos de pessoas com deficiência: a) Fundo permanente de apoio financeiro aos paratletas, surdoatletas e profissionais especializados, contemplando treinamento e competições; b) Fundo permanente de apoio financeiro para promover o acesso das pessoas com deficiência para a pratica de atividades paradesportivas, recreativas e de lazer; c) Fundo para promover a inclusão de pessoas com deficiência no turismo.” (BRASIL, 2012 p. 41).

“9) A União, Estados, Municípios e o Distrito Federal deverão garantir um percentual no Fundo de Apoio a Cultura – FAC (ou similar) para que seja oportunizada a criação de uma bolsa artística em prol da iniciação cultural e produção cultural dos artistas com deficiência e entidades de representação dos artistas com deficiência.” (BRASIL, 2012 p. 41).

“10) Implementação de políticas efetivas de âmbito nacional no que diz respeito a ações articuladas junto as coordenadorias dos municípios com cofinanciamento das diferentes esferas do governo, visando a adequação e a implantação de espaços de cultura e lazer, garantindo a contratação, capacitação e formação especializada de artistas e arte educadores, assegurando espaços, materiais adaptados para a prática de atividades de cunho artístico cultural, voltadas para a pessoa com deficiência.”(BRASIL, 2012 p. 42).

“11) Garantir o acesso e acessibilidade à informação e comunicação nos eventos culturais, esportivos, religiosos, artísticos, turísticos e de lazer, promovendo e incentivando a participação em atividades esportivas, concursos de prêmios no campo das artes, letras, representações artísticas, comuns em todos os níveis, disponibilizando os recursos necessários como: intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) materiais em braile e em fonte ampliada.” (BRASIL, 2012 p. 42).

“12) Instalar projetos paradesportivos e surdodesportivos escolar Inclusivo em áreas de vulnerabilidade, tais como morros, favelas, assentamentos, escolas rurais, quilombos, tribos indígenas e beneficiários de Programas Sociais, com incentivo da prática de atividade física para as crianças e adolescentes com deficiência, assegurando que as crianças com deficiências possam em igualdades e condições com as demais, participar de jogos, atividades recreativas esportivas e de lazer no formato de clube inclusivo (Convenção da ONU art. 30 item 4, alínea d).”

“13) O Estado, nas três esferas governamentais, deverá dar suporte, na criação de apoio financeiro, através de convênios, bolsas e incentivos destinados a garantia das pessoas com deficiência na pratica do rendimento, Esporte, Cultura e Lazer aos paratletas e surdoatletas, técnicos e entidades de praticas paradesportivas e surdodesportivas em todas as modalidades.” (BRASIL, 2012 p. 42).

“14) A União, Estados, Municípios e o Distrito Federal deverão aprovar lei de incentivo ao atleta/artista com deficiência para que as empresas particulares, entidades públicas escolares garantam a liberação, sem prejuízo das suas funções profissionais ou escolares, bem como de seu acompanhante, para participação em eventos de competições, convocações esportivas e eventos culturais com representação nacional, estadual, municipal e do Distrito Federal.” (BRASIL, 2012 p. 42).

“15) Criar lei que garanta a redução de impostos para órteses, próteses e equipamentos esportivos para atletas do paradesporto.” (BRASIL, 2012 p. 42).

“16) Divulgação, incentivo e garantia de maior abrangência na transmissão em canal aberto das Paralimpiadas e Surdolimpiadas pela emissora que detiver o direito de exclusividade de exibição das Paralimpiadas e Surdolimpiadas, com legenda em janela de LIBRAS.” (BRASIL, 2012 p. 42).

“17) Promover a formação inicial e continuada para professores de educação física, técnicos, árbitros e demais profissionais que atendam às pessoas com deficiência e suas necessidades.” (BRASIL, 2012 p. 42).

“18) Assegurar às pessoas com deficiência o direito à prática de educação física escolar, com no mínimo três aulas por semana, nas escolas estaduais, municipais e especiais, nos ensinos fundamental e médio, garantir a participação das pessoas com deficiência em eventos esportivos e culturais nas esferas municipal, estadual e federal.” (BRASIL, 2012 p. 42).

Os pontos que prevalecem na discussão do esporte para a pessoa com deficiência, na III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, em 2012, foram: a questão da acessibilidade; de aparelhos e equipamentos adaptados; recursos financeiros; capacitação dos profissionais; ter uma equipe multidisciplinar; e a redução de impostos. E o tema da inclusão social é discutido explicitamente nos itens dois, três, sete e doze, através da promoção de eventos culturais e mais especificamente relacionando com o esporte através da acessibilidade, de recursos financeiros e projetos paradesportivos visando à inclusão escolar.

